

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Inês Cristina dos Santos

**A INFLUÊNCIA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS:
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E RUY MAURO MARINI**

Marília-SP

2014

Inês Cristina dos Santos

**A INFLUÊNCIA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS:
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E RUY MAURO MARINI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: *Determinações do mundo do trabalho: sociabilidade, política e cultura.*

Orientadora: Angélica Lovatto

Marília-SP

2014

Santos, Inês Cristina dos.

S237i A influência da Teoria da Dependência nas Ciências Sociais: Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini / Inês Cristina dos Santos – Marília, 2014.
125 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2014.

Bibliografia: f. 127-136

Orientador: Angélica Lovatto.

1. Cardoso, Fernando Henrique, 1931-. 2. Marini, Ruy Mauro, 1932-1997. 3. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. 4. Relações econômicas internacionais. 5. Ciências sociais. I. Título.

CDD 330.1

Inês Cristina dos Santos

**A INFLUÊNCIA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS:
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E RUY MAURO MARINI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP – FFC/Marília, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Angélica Lovatto (orientadora)
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
Universidade Estadual Paulista – UNESP, FFC/Marília

Dr. Lúcio Flávio de Almeida
Departamento de Ciências Políticas.
Pontifícia Universidade Católica, PUC/São Paulo.

Dr. Marcos Tadeu Del Roio
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
Universidade Estadual Paulista – UNESP, FFC/Marília

Marília, 04 de Fevereiro de 2014

**Aos professores Paulo Meksenas (*in memoriam*),
Angélica Lovatto e Paulo Barsotti,
por me mostrarem o caminho.**

**Meus pais João e Josefa, meu irmão Ivonildo,
por acreditarem em mim.**

**Luiz Carlos e Giovana de Souza,
pelo carinho.**

**Renato, Renan e Fernanda,
por tudo.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos professores Fábio Ocada, Jair Pinheiro e Marcos Del Roio que compuseram a banca do concurso de ingresso no Programa de Pós Graduação da UNESP, pelo apoio incondicional desde o início desta minha trajetória.

Ao professor Antonio Carlos Mazzeo, orientador de boa parte desta dissertação, por toda contribuição, apontamentos e sugestões que permitiram conhecer novos aspectos da teoria da dependência.

Aos membros da banca do exame de qualificação, professores Marcos Del Roio e Anderson Deo pelas valiosas sugestões. Com relação ao professor Marcos Del Roio, pessoa a quem vejo com a maior admiração e respeito. Não sei exatamente como exprimir minha gratidão, mas gostaria de deixar registrado também o ser humano fantástico que ele é, bem como sua qualidade essencial – humildade. Também aceitou participar da banca de defesa e acompanhou de perto a construção desta dissertação, encaminhando sempre indicações de artigos, livros e vídeos, essenciais para enriquecer a bibliografia e conhecimento acerca do assunto abordado.

Ao professor Lúcio Flávio de Almeida pela participação na banca de defesa, cuja produção teórica no campo do pensamento brasileiro muito enriquece as arguições.

Aos professores Eliel Machado e Jair Pinheiro todo meu respeito. São pessoas fundamentais que me apoiaram com suas palavras de confiança e incentivo. Aos professores Paulo Ribeiro da Cunha, Meire Mathias, Décio Saes, Célia Tolentino e Francisco Luiz Corsi pelo estímulo e força.

Aos funcionários da UNESP de Marília, em especial à Tatiana, Ana Paula e Caroline da seção de pós-graduação, e Maria Elisa e André Sávio da biblioteca, pelo profissionalismo, seriedade e auxílio em todas as questões inerentes a parte burocrática que também faz parte deste trabalho.

Um agradecimento também a um professor da graduação que sempre me apoiou, motivou, torceu e que ficará feliz com essa conquista, professor Nelso Stepanha.

Ao professor Paulo Meksenas (in memoriam), que me apresentou ao marxismo no curso de Magistério (1985-1986), do Colégio Castro Alves de Vila Industrial, agradeço a consciência que passei a ter e que me permitiu entender o que meu pai passava na prática

enquanto metalúrgico da General Motors (1978-1982) e Ford (1982-1986), no período histórico das greves dos metalúrgicos do ABC paulista.

Além de todo o apoio acadêmico que obtive, não posso deixar de agradecer aos do Jardim Panorama, bairro que cresci na Zona Leste de São Paulo, em especial Razuva e Laerte Machado e Laercio e Alvaro Machado (*in memoriam*) amigos companheiros de trabalho da Eriott Fiação e Malharia e Rommel & Halpe dos idos anos de 1983-1992 que se engajaram comigo nos movimentos de greve e me fizeram pensar a exploração da categoria. Éramos todas costureiras (muitas com pouca alfabetização) sem entendimento político e acadêmico, mas que compreendíamos na prática a exploração trabalhista ou no mínimo que algo estava errado.

Agradeço a todos os colegas da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), período de 1992-1994, em especial a Maria Soledade Sousa e Altair Neri Bezerra.

Aos amigos da Itaú-Unibanco Vida e Previdência (1994-2010) que muitas vezes não me entenderam, mas nas suas defesas pelo “pão de cada dia” fizeram com que eu tivesse uma visão extremamente crítica do sistema financeiro e da superexploração que não acreditam sofrer. Em especial Elisabete Marques Brum, Odalício Vivian, Alexandre Folli, Rita de Cássia Oliveira Silva, Marion de Goes Mazza e Margarida C. S. Chagas.

Aos colegas da Sinseg, nas pessoas de Fábio Cavalcante Moretto, Giuliano Zambon Khatib, Reinaldo Tadeu Belloto, e Alexandre da Silva pela paciência e por compreenderem que o mestrado é minha prioridade da qual não abriria mão.

Aos meus alunos do Cursinho Nossa Senhora do Sagrado Coração (2004-2006), os sociólogos: Leila, Lauro Fiaes dos Santos e Marcelle Aparecida Duarte Abdalla que também fizeram Ciências Sociais no Centro Universitário Fundação Santo André, como eu. Ao querido Ewerton, que em 2004 entrou no curso de Ciências Sociais na USP. Todos, não mais alunos, mas colegas de profissão. Ao querido José Maurílio, grande biólogo; Rodrigo Agappes, que será um excepcional psicólogo; às queridas Andreia de Barros, Aline Lisboa, Fabiana Holanda e Carmem Sobral, alunas dedicadas e especiais.

Aos alunos do Jardim Elba e Conjunto Theotônio Vilella (2010): Cleide Silva, Luciana Zamorra, Denise Pereira, Deborah Christina, Daiane Pereira, Sheron e Samantha Meneses, Giovana e Aninha Bucci, Cristiani Felix, Roseane, Misslene, Camila Soares, Jéssica Matias, Nayara Bezerra, Nandinha Preta, Paulinha e André. Enfim, a vocês que me motivam todos os dias a buscar ser uma pessoa melhor e me permitem acreditar que estou no caminho correto.

À querida Adélia Evangelista de Souza pela contribuição e tradução do artigo de Marini – “Mais-valia extraordinária e acumulação de capital” –, e à Angélica Beatriz Halcsik pela revisão da redação do primeiro capítulo deste trabalho.

Aos companheiros que estudam a Teoria Marxista da Dependência: Roberta Traspadini, Fernando Correa Prado, Mathias Seibel Luce, Carla Ferreira e Marisa Amaral que tive o prazer de conhecer no evento “40 anos da dialética da dependência: Ruy Mauro Marini”, realizado em 2013, na ENFF. Também aqueles que se dedicam entender as categorias subimperialismo e superexploração do trabalho propondo alternativas e demonstrando por meio de seus trabalhos acadêmicos o caminho a seguir. Também aos demais dependentistas que ainda não tive a oportunidade de conhecer, mas que suas pesquisas forneceram elementos fundamentais para escrever esta dissertação.

Ao Dr. João C. Becker e a Dra. Miriam, por minha vida.

Aos companheiros Bráulio (Neto), Rodrigo Maia e Marcelo Lira que tive o prazer de conhecer, compartilhar minhas dificuldades, receber apoio incondicional e aos quais devo a maior gratidão e amizade.

Aos amigos Rodrigo Morente de Andrade, Silvia Letícia Marques, Marília Rovaron e Lauro Fiaes dos Santos, pessoas que compartilham dos mesmos ideais, são pessoas essenciais e continuarão sempre fazendo parte da minha vida.

À Danielle Cristine Ribeiro e Paola Baldovinotti Serpa mais que amigas, minhas irmãs e confidentes. Presentes que tive o privilégio de ganhar quando adentrei na Unesp, que me acolheram e apoiaram, bem como passamos a dividir momentos de alegria e dificuldade, proporcionando-me confiança e equilíbrio nesta jornada.

Aos mestres Angélica Lovatto (orientadora desta pesquisa) e Paulo Barsotti que já fazem parte da minha história desde os idos anos de 1995 quando eu sequer vislumbrava a possibilidade de um dia fazer o Mestrado. Apontar o caminho e mostrar que seria possível ir além da graduação é mérito deles, sem os quais não teria chegado até aqui;

Por fim agradeço a minha família. Aos meus pais João e Josefa e em especial ao meu irmão Ivonildo que de cuidou dos meus pais para que eu conseguisse me dedicar à dissertação. Ao Luiz Carlos, companheiro que tentou do seu jeito me apoiar fazendo o possível para que eu seguisse adiante. Aos meus filhos: Renato e Renan razões da minha existência, simplesmente por tudo. À minha neta Fernanda Marina Loyola da Silva a quem espero que por meio do exemplo, eu possa, de algum modo mostrar o caminho, e assim ela possa fazer suas escolhas.

*Até agora os filósofos se preocuparam em interpretar
o mundo de várias formas. O que importa é transformá-lo.*

Karl Marx.

*Um dia, quando olhares para trás, verás que os dias
mais belos foram aqueles em que lutaste.*

Sigmund Freud.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi demonstrar a influência da teoria da dependência nas Ciências Sociais, especialmente no pós 1964, particularmente as teses de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini que, de maneiras distintas, apresentaram os problemas inerentes ao capitalismo dependente brasileiro, cada qual apontando categorias diversas, como forma de se pensar a superação ou no mínimo uma solução para os problemas advindos dessa forma específica de subordinação. Além de apresentar as ideias principais dos autores, também foram expostas as diversas análises que pesquisadores, das mais diversas áreas do conhecimento – a partir das alternativas que Cardoso e Marini propuseram para a solução da dependência brasileira – discutiram, avaliaram e opinaram sobre as contribuições dos autores para a compreensão dos problemas econômico-políticos da subalternidade brasileira. A partir da hipótese de que foi a tese de Cardoso que mais teve influência nas Ciências Sociais propondo um desenvolvimento brasileiro associado-dependente, foram expostos os motivos pelos quais, a possível predominância desse pensamento obstaculizou o debate acerca da teoria da dependência, fazendo com que, durante anos, houvesse a divulgação de uma espécie de “pensamento único”, aceito como inquestionável, e que fez com que as teses de Marini fossem mal compreendidas ou no mínimo ficassem em segundo plano. A partir disso, os pesquisadores e comentadores dessas obras passaram a ter grande importância nesta pesquisa, posto que apresentaram as razões pelas quais não teria havido, no Brasil, um debate acerca dos autores dependentistas marxistas – Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra – expondo as razões históricas do “não-debate”. Além disso, foram expostas as críticas de Fernando Henrique Cardoso e José Serra a Ruy Mauro Marini, bem como a defesa do último, que até o ano 2000 não havia sido publicada no Brasil. Desta forma, com a exposição das ideias de Cardoso e Marini entendeu-se que a predominância das teses do primeiro nos estudos sobre a dependência, ocorreu, entre outras coisas, por ter encontrado ressonância numa certa manutenção do *status quo* que coincidiam com o que desejavam os “donos do poder” nesse período.

Palavras-chave: Teoria da dependência. Dependência Associada e Interdependência. Superexploração do Trabalho e Subimperialismo. Fernando Henrique Cardoso. Ruy Mauro Marini.

ABSTRACT

The aim of this study was to demonstrate the influence of dependency theory in the social sciences, especially after 1964, particularly theses Cardoso and Ruy Mauro Marini that, in different ways, presented the problems inherent to the Brazilian dependent capitalism, each pointing various categories as a way of thinking to overcome or at least a solution to the problems created by this particular form of subordination. Besides presenting the main ideas of the authors, the various analyzes that researchers from various fields of knowledge were also exposed - from the alternatives that Cardoso and Marini proposed for the solution of the Brazilian dependency - discussed, evaluated and commented on draft contributions authors to understand the economic and political problems of the Brazilian inferiority. From the assumption that was the thesis that Cardoso had more influence in the Social Sciences proposing an associated -dependent Brazilian development, the reasons for the predominance of this thinking can be hampered the debate about dependency theory were exposed, making for years, there was the release of a kind of "single thought", accepted as unquestionable, which made Marini's theses being misunderstood or at least staying in the background. From this, the researchers and commentators, these works have gained great importance in this research, since it showed the reasons why there would have been, in Brazil, a debate about authors dependent Marxists - Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos and Vania Bambirra - exposing the historical reasons for this "non-debate". Moreover, the criticism of Fernando Henrique Cardoso and José Serra to Ruy Mauro Marini, as well as the defense of the latter, which until 2000 had not been published in Brazil were exposed. Thus, with the exposition of ideas of Cardoso and Marini was understood that the predominance of the theses of the first studies on addiction occurred, among other things, to have found resonance in a certain status quo which matched what they wanted the "power brokers" in this period.

Keywords: Dependency theory. Associated dependence and Interdependence. Overexploitation of Labor and sub-imperialism. Fernando Henrique Cardoso. Ruy Mauro Marini.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	13
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E AS ANÁLISES DOS PRINCIPAIS ENTRAVERES PARA O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL.....	21
1.1. – <i>A escravidão como impedimento para o desenvolvimento de um capitalismo pleno.....</i>	22
1.2. – <i>O empresariado industrial brasileiro e seus limites para impulsionar o “progresso”.....</i>	31
1.3. – <i>O caminho para o desenvolvimento brasileiro com vistas a um capitalismo dependente-associado.....</i>	44
CAPÍTULO 2 – RUY MAURO MARINI E A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA.....	58
2.1. – <i>A categoria superexploração do trabalho e sua atualidade nas Ciências Sociais.....</i>	59
2.2. – <i>Apontamentos e debate sobre a relevância da categoria subimperialismo.....</i>	73
CAPÍTULO 3 – O DEBATE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA EM SUAS TRÊS VERTENTES.....	85
3.1. – <i>A atualidade da teoria da dependência: a teoria nacional-dependente.....</i>	86
3.2. – <i>Os antecedentes do “não-debate” acerca da teoria da dependência.....</i>	93

3.3. – <i>As desventuras da dialética da dependência: a execração das teses de Ruy Mauro Marini</i>	103
3.4. – <i>As razões do neodesenvolvimentismo: uma réplica sem tréplica</i>	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPOCS - Associação Nacional de pós graduação de Ciências Sociais.

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

CEPAL- Comissão econômica para a América Latina.

CESIT - Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho.

CIA - *Central Intelligence Agency* (Agência central de inteligência dos EUA).

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

ILPES – Instituto Latino-americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social.

IRT – Índice de relação de troca

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

JK – Juscelino Kubitschek de Oliveira.

MIR – *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (Chile)

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

POLOP – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária.

TMD – Teoria Marxista da dependência.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

USP – Universidade de São Paulo.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A escolha do tema desta dissertação refletiu o interesse em pensar o Brasil inserido na dinâmica do desenvolvimento capitalista e suas contradições. A condição de país dependente suscitou nas Ciências Sociais do Brasil o desenvolvimento de um conjunto de teorias explicativas dessa condição econômico-social. Por isso, entendeu-se que seria necessário explicitar em que essas “teorias” contribuíram para o avanço dessa discussão. Assim, a abordagem aqui tratada privilegiou a influência da teoria da dependência nas Ciências Sociais, em especial de suas interpretações no pós-1964 até os dias atuais.

Todavia, são muitos os autores dependentistas. Foi necessário fazer escolhas. Optamos por Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. Esta seleção não foi fácil, e, para fazê-la foi pensada a relação entre o autor e o escopo do nosso estudo. Como o intuito foi mostrar a influência da teoria da dependência nas Ciências Sociais, não poderíamos deixar de lado Fernando Henrique Cardoso que foi, sem dúvida, o autor mais lido e comentado. A escolha do segundo dependentista elencado, Marini, deu-se por pelo menos dois motivos: suas obras foram inseridas tardiamente no Brasil e suas teses estão sendo resgatadas e analisadas recentemente nos espaços acadêmicos brasileiros. Ademais, Marini teve um debate profícuo com Cardoso, mas que não recebeu espaço no meio acadêmico e, de certa forma, também nos espaços políticos.

Com o tema definido e os autores selecionados, chegou-se ao questionamento que pauta este trabalho: por qual motivo foram as teses de Cardoso e não as de Marini aquelas que mais se destacaram nas Ciências Sociais do pós 1964? A partir da hipótese de que foi a tese de Cardoso que mais teve influência nas Ciências Sociais propondo um desenvolvimento brasileiro associado-dependente, foram expostos os motivos pelos quais, a possível predominância desse pensamento obstaculizou o debate acerca da teoria da dependência, fazendo com que, durante anos, houvesse a divulgação de uma espécie de “pensamento único”, aceito como inquestionável, o que fez com que as teses de Marini fossem mal compreendidas ou no mínimo ficassem em segundo plano. A partir disso, os pesquisadores e comentadores dessas obras passaram a ter grande importância nesta pesquisa, posto que apresentaram as razões pelas quais não teria havido, no Brasil, um debate acerca dos autores

dependentistas marxistas – Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra – expondo as razões históricas do “não-debate”.

Para fazer este percurso e dar resposta à indagação que fundamenta nossa hipótese foram selecionadas as seguintes obras de Cardoso: a) *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* (1962); b) *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (1964); e, c) *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica* (1970)¹.

A seleção das teses de Marini foi mais complexa. Foi com a leitura de “*As memórias*” publicadas no livro: *Ruy Mauro Marini: vida e obra* (2007), que houve a definição dos textos: a) *Subdesenvolvimento e Revolução* (1969) e b) *Dialética da Dependência* (1973).

Entretanto em cada uma dessas obras a quantidade de conceitos/categorias que impactaram e influíram nas Ciências Sociais é considerável. Assim, o foco da pesquisa foi abordar o assunto que está no âmago desta dissertação: a teoria da dependência. A busca se deu por elementos que unissem as obras dos autores e o fio condutor de suas análises no decorrer do tempo. Por exemplo: notamos que Cardoso desde quando escreveu *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* esteve preocupado com os entraves ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Também em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* esse é o coração da obra: a falta de uma burguesia nacional e a forma pela qual os empresários pensam o desenvolvimento brasileiro. Do resultado dessas análises é que se encontra o embrião da tese desenvolvida em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, ou seja, a associação da burguesia brasileira com o capital internacional. Marini por sua vez, analisa em seus textos a questão da superexploração do trabalho como elemento da dependência, e coloca o Brasil em um *status* diferente dos demais países dependentes. Para Marini o Brasil seria subimperialista. São essas as duas categorias de Ruy Mauro apresentadas nesta dissertação – superexploração do trabalho e subimperialismo brasileiro.

Como já se destacou os comentadores e estudiosos das obras em pauta possuem uma importância primordial nesta pesquisa, pois são os que repercutiram e deram abrangência (ou não) às teses defendidas por Cardoso e Marini para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

¹ Cardoso afirma que começou a desenvolver as ideias explicitadas no livro entre os anos 1965-66 e a conclusão dessas teses se deu em 1968. Doravante, o livro foi publicado no Brasil em 1970. Quando escreveu *Dependência e desenvolvimento na América Latina* em co-autoria com Enzo Faletto, Cardoso estava residindo no Chile.

É certo que os autores aqui elencados discutem a teoria da dependência de prismas distintos. Cardoso² e Falleto, com o conceito de *dependência associada e interdependência* e, Ruy Mauro Marini com as categorias *subimperialismo* e *superexploração do trabalho*. Contudo, foi apresentada também a concepção de Luiz Carlos Bresser-Pereira que, embora tenha menor predominância nas Ciências Sociais afirma o entendimento de uma terceira interpretação da teoria da dependência: a “nacional dependente”. Essa terceira discussão está presente neste trabalho com o intuito de fundamentar a importância e atualidade do tema.

Passados mais de 40 anos das discussões sobre a teoria da dependência, encontramos, ainda, autores que reivindicam novas análises. Assim, longe de estarem esgotados os debates sobre o assunto, é perceptível que a teoria da dependência ainda faz parte da análise do pensamento social e político brasileiro e as pesquisas sobre o assunto estão longe de serem esgotadas.

A discussão acerca da dependência econômica latino-americana foi iniciada por André Gunder Frank e Raúl Prebisch. Cardoso diz ter escrito a esse último, a princípio, seu “ensaio” de interpretação sociológica que culminou com o livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. A principal obra de Marini, *Dialética da dependência*, foi publicada em 1973. Bresser-Pereira parte das ideias nacionalistas de Hélio Jaguaribe³, desenvolvidas principalmente nos tempos em que o último esteve no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)⁴, nos anos 1950-60 e de algumas propostas de Celso Furtado, desenvolvidas na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (Cepal)⁵.

² Utilizaremos preferencialmente a designação de “Cardoso” ao longo deste trabalho para referir-se ao autor, embora em alguns momentos a sigla FHC possa também ser utilizada.

³ Importa saber que Jaguaribe não é especificamente um autor dependentista. São suas ideias nacionalistas que levaram Bresser-Pereira a pensar uma terceira corrente da teoria da dependência.

⁴ O ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi criado pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura, e extinto em 1964 com o golpe militar brasileiro. Fizeram parte do Instituto, diversos intelectuais brasileiros, dentre eles: Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, entre outros. Para maiores esclarecimentos consultar NAVARRO (1982) e LOVATTO (2010).

⁵ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - Cepal foi criada em 25 de fevereiro de 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosop) e tem sua sede em Santiago do Chile. Sua criação teve como objetivo incentivar a cooperação econômica entre os seus membros. Ela é uma das cinco comissões econômicas da Organização das Nações Unidas (Onu) e possui 44 estados e oito territórios não independentes como membros. Os Estados-membros são: Alemanha, Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Espanha, Estados Unidos da América, França, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Itália, Jamaica, Japão, México, Nicarágua, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República Dominicana, República da Coreia, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

De acordo com os objetivos aqui apresentados, os temas de cada capítulo foram assim definidos:

O capítulo 1 tratou a partir das três obras de Cardoso alguns pontos fundamentais que encontraram elogios e críticas nas mais diversas áreas do conhecimento. Assim, dividimos o capítulo em 3 itens, cada qual para tratar de uma das obras elencadas.

No item 1.1 a proposta foi apresentar o debate ocorrido com o conceito chave “escravo-coisa” na Historiografia além das Ciências Sociais. Por se tratar de um livro que abordou a questão da escravidão como forma de atualizar e dar nova significação a obra de Gilberto Freyre - referência do tema até aquele momento – sua repercussão foi significativa entre os historiadores, que em parte, discordaram da tese de que o escravo teria sido uma coisa, ou uma “pessoa” cujas atitudes beiravam a infantilização. Além dessa abordagem, Cardoso buscou mostrar que a escravidão foi um entrave para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro se comparado aos países andinos, em especial ao Uruguai que já vivia em um sistema de assalariamento. Também foi significativa as insinuações de João José Reis, historiador brasileiro, quanto a similaridade das teses de Cardoso em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* e as de *Slavery: a problem in american institutional and intellectual life*, do historiador estadunidense, M. Stanley Elkins. O livro de Elkins foi publicado às vésperas de Cardoso defender seu doutorado, as ideias expostas em ambas as teses são semelhantes e, teria existido a possibilidade de F.H.Cardoso ter tido contato com o livro do norte-americano, entretanto, não há qualquer referência, em seu doutorado, sobre tal livro.

No item 1.2 o objetivo se pautou em demonstrar pelas teses de Cardoso a não existência de uma burguesia nacional no Brasil, bem como a necessidade da associação dessa burguesia ao capital internacional como alternativa de desenvolvimento para o capitalismo brasileiro. Para isso, Cardoso tentou mostrar historicamente as deficiências da burguesia brasileira, suas origens, formas de pensar, bem como a sua conformação como “sócia-menor” do capital internacional para se manter enquanto classe. O debate de *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* se deu principalmente com o Iseb, posto que alguns dos intelectuais desse instituto acreditavam que existiria no Brasil uma burguesia nacional e que essa seria capaz de conduzir o desenvolvimento do país por meio de um projeto nacionalista. Nessa obra surgiu o embrião das teses desenvolvidas por Cardoso e Faletto acerca dos estudos sobre a dependência.

O item 1.3, último deste capítulo, foi coroado com a principal obra de Cardoso, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação sociológica. Por meio das observações feitas por intelectuais que leram a obra, bem como, por comentários posteriores do próprio Cardoso, tentou-se demonstrar os motivos pelos quais esse livro teve tanta aceitação e se tornou uma importante referência nas Ciências Sociais. Além da proposta que é o escopo da tese, ou seja, que para o Brasil se desenvolver seria necessária uma dependência associada ou interdependência foram apresentadas algumas avaliações acerca de algumas “brechas” que Cardoso teria deixado. Foi essa uma das funções da exposição da obra *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso* da autora Roberta Traspadini, como contraponto as teses desenvolvidas pelo autor.

Se o capítulo 1 constituiu o desenvolvimento das obras do sociólogo da escola paulista, o capítulo 2 foi dedicado ao estudo das teses de Ruy Mauro Marini. Como a obra do autor, infelizmente, só teve alcance nas Ciências Sociais brasileira em momento recente, a discussão acerca de seu trabalho é menor do que o ocorrido com Cardoso.

No item 2.1 consistiu a apresentação da categoria superexploração do trabalho, fundamental na obra do autor, bem como os debates recentes sobre a importância, fundamentação e atualidade da tese. Ficou evidente a pertinência do resgate de tal categoria, pois em 2013 foi organizado o livro *Dependência e desenvolvimento: Cátedra Ruy Mauro Marini*, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sendo que a maior parte das contribuições trazidas pelos estudiosos se deu em torno das análises da superexploração do trabalho. E este foi nosso foco neste capítulo, mostrar os debates atuais que estão sendo realizados sobre o tema. Isto reforça, no mínimo, que este debate está longe de ser superado.

O item 2.2 foi apresentado o que seria para Marini a categoria subimperialismo, bem como as discussões a respeito do tema. Também em 2013, a Revista Crítica Marxista, apresentou um dossiê intitulado: *Imperialismo brasileiro*, em que os autores debatem sobre a questão e atualidade do subimperialismo, e por consequência das teses de Ruy Mauro Marini. Foram as argumentações desses autores que embasaram a relevância da discussão, bem como os “pontos de vista” distintos.

Buscou-se no capítulo 3 mostrar os elementos que asseguram a atualidade da teoria da dependência.

Logo no item 3.1 se faz a apresentação da tese de Luiz Carlos Bresser-Pereira que reivindica uma terceira interpretação da teoria da dependência: a “nacional-dependente”.

No item 3.2 foi apresentado os antecedentes históricos do “não-debate” sobre a teoria da dependência no Brasil, e a predominância de um certo “pensamento único” nas Ciências Sociais durante longos anos.

Na sequencia, ou seja, no item 3.3, reservou-se o espaço para apontar as críticas de Fernando Henrique Cardoso e José Serra a Ruy Mauro Marini, por meio do famoso artigo “As desventuras da dialética da dependência”.

E, para encerrar este trabalho, no item 3.4, foi dada ênfase especial para a resposta de Marini a Cardoso e Serra com as citações, por vezes extensas de “As razões do neodesenvolvimentismo”.

Percorrendo este caminho, tentou-se responder a hipótese desta dissertação: Porque foi a “teoria da dependência” de Fernando Henrique Cardoso a que mais teve influência nas Ciências Sociais do pós 1964? Por ser um autor com respeitabilidade intocada e por sua influência não apenas como intelectual das Ciências Sociais, mas também pelo seu papel enquanto Presidente da República Federativa do Brasil, por dois mandatos consecutivos, tentou-se, de algum modo, demonstrar que “nem tudo é o que parece”.

CAPÍTULO 1

CAPÍTULO 1

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E AS ANÁLISES DOS PRINCIPAIS ENTRAVES PARA O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL

1.1 – A escravidão como impedimento para o desenvolvimento de um capitalismo pleno

Hoje, eu seria mais cuidadoso na transposição da visão marxista-lukacsiana sobre a impossibilidade de o escravo compreender o modo de funcionamento escravocrata (a “totalidade social”) a partir de sua “perspectiva de casta” (CARDOSO, 2003, p. 11).

Fernando Henrique Cardoso iniciou o trabalho sobre a abordagem da escravidão em seu Mestrado na Universidade de São Paulo. O resultado de tal pesquisa foi publicado no livro *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*, em parceria com Octávio Ianni⁶. Ambos faziam parte da chamada Escola Paulista de Sociologia e participavam de um grupo orientado por Florestan Fernandes, que estudava a questão da escravidão no Brasil⁷. Esses estudos foram iniciados por Florestan Fernandes e Roger Bastide⁸ nos idos dos anos 1950/1960, e também

⁶A dissertação acabou se transformando no primeiro livro publicado por Fernando Henrique Cardoso, Companhia Editora Nacional, SP, 1960, prefaciado por Florestan Fernandes e contendo também um texto de Octávio Ianni. O livro foi reeditado em 2000, pela editora Insular, com o título *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*.

⁷ Marcam os estudos da Escola Paulista a ruptura com a forma que os negros eram apresentados na historiografia brasileira. O trabalho de referência para analisar a relação entre brancos, negros e índios após o “descobrimento do Brasil” foi *Casa Grande & Senzala* (1933). Nessa obra, Gilberto Freyre fala em “democracia racial”. Para ele a relação entre negros e brancos seria harmoniosa e por isso o “brasileiro” passou a ser miscigenado. Em sua análise, por falta de mulheres brancas os colonizadores tomavam para si negras e índias, passando, depois de algum tempo, a preferir as negras para o sexo. Esta relação vinha desde a infância, segundo Freyre. A tarefa destas incluía os cuidados e a amamentação (mãe de leite) dos filhos dos senhores de escravos. Na puberdade, a iniciação sexual dos jovens brancos também se daria com as escravas. Desta forma, quando da vida adulta, o “objeto” escolhido para saciar seus anseios, seus desejos, seria mais uma vez as negras.

⁸ Trata-se da obra *Branco e negro em São Paulo* de Bastide e Fernandes.

fizeram parte dessa equipe: Octavio Ianni, Emília Viotti da Costa, Paula Beiguelman, entre outros. O tema escravidão foi “proposto por Florestan Fernandes para ampliar o conhecimento sociológico sobre o preconceito racial no Brasil alcançado em trabalhos anteriores de sua autoria e de Roger Bastide⁹” (CARDOSO, 2003, p. 25).

No doutorado, Cardoso continuou suas investigações sobre a questão da escravidão. As teses de sua pesquisa foram publicadas em *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. A pesquisa foi realizada, particularmente, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esse levantamento foi feito entre os anos 1950-1960 por Cardoso e Ianni, e nos primeiros dois anos com a colaboração de Renato Jardim Moreira¹⁰.

A abordagem da escravidão partiu de um prisma distinto de Gilberto Freyre, cuja obra até então era uma referência. O objetivo era contrapor as ideias que estavam em voga na historiografia brasileira e da qual a Escola Paulista de Sociologia discordava. Entretanto, em um artigo que Cardoso escreveu, analisou a importância de *Casa Grande & Senzala* para a sociologia brasileira. Em sua avaliação, assegura:

Eu próprio escrevi trabalho sobre o negro no Rio Grande do Sul para contrastar com a visão idealizada de Gilberto Freyre, do que era até mesmo as relações com as mucamas, o que era o escravo doméstico, a distinção entre o escravo do eito, da lavoura, e o escravo doméstico, a “bondade” na relação com o escravo doméstico, e a influência da mucama sobre o senhorzinho. Tudo isso é visto de uma perspectiva bastante adulterada, bastante deformada. Mas, dentro dessa deformação, que é inegável a partir de qualquer ângulo mais objetivo de análise sociológica, na verdade Gilberto Freyre pintou um mural. E talvez seja essa a primeira razão pela qual um livro como *Casa Grande e Senzala* permanece vivo: tem a capacidade de sintetizar. [...] Na hora da síntese muito se esfuma, desvanece. Uma porção de aspectos, especialmente a rugosidade do real, que é sempre desagradável, podem desaparecer na síntese, sempre purificada de eventuais distorções ou imperfeições, à luz da teoria que se quer enaltecer. (CARDOSO, 1993b, p. 25).

Baseando-se nas análises freyreanas, pode-se dizer que no Brasil a relação entre brancos e negros seria distinta de outras localidades. Ao comparar o Brasil e os Estados Unidos da América, por exemplo, pode-se dizer que no Brasil, esta relação, seria mais amena, menos conflituosa, isto é, aqui não teria havido o *apartheid*. Para Freyre, isto é significativo, pois o companheiro de brincadeiras do sinhozinho era o escravo e a negra exercia, de alguma

⁹ Trecho do prefácio à 1ª edição, escrito por Cardoso em junho de 1962.

¹⁰ Sociólogo formado na Universidade de São Paulo. Participou dos grupos de estudos de Florestan Fernandes e, foi casado com Maria Sylvia Carvalho Franco.

forma, a “maternidade”. Assim, inconscientemente, desenvolver-se-ia um afeto por parte dos portugueses para com os negros.

O autor não esconde que o colonizador estuprava, castigava e matava. Mas, apesar desta relação de força, a falta de orgulho de raça do português permitia que ele tivesse filhos “bastardos”, os quais acabaram povoando o território brasileiro. Desta maneira, esses são os mulatos, uma nova “raça forte”, que se adaptou de uma forma mais saudável, geneticamente, ao país tropical¹¹.

José Carlos Reis, em *As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC* (1999), aponta que para Freyre:

A invasão, escravização e estupro de negras e índias pelos portugueses não foi “seca”: foram lubrificadas pela doçura africana, pela forte excitação da mulher indígena, pelos presentes e novidades dos brancos, pela adaptabilidade, aclimatabilidade, miscibilidade, plasticidade e falta de orgulho de raça do português. (REIS, 2007, p. 68).

Se a premissa de Freyre era essa, a de Cardoso se baseou na discussão sobre a formação e dissolução da sociedade escravista no Rio Grande do Sul, com suas particularidades, inseridas em um modo de produção capitalista. A análise se pautou a partir da situação social que os negros e senhores assumiam diante da escravidão. Para Cardoso a escravidão brasileira seria uma forma de organização da produção mercantil capitalista em uma localidade em que havia carência de mão de obra. Ou seja, a escravidão seria a solução encontrada pela metrópole para organizar a produção da colônia visando a expansão do mercado e do lucro. Entretanto, esta forma de organização da colônia, através da escravidão, seria um entrave para o desenvolvimento pleno do capitalismo, principalmente se comparada a situação da região platina que já se organizava pelo trabalho assalariado¹².

Em 2003, quando *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* teve uma nova edição pela Editora Civilização Brasileira, o historiador, João José Reis, fez uma resenha do

¹¹ Os apontamentos de Reis, com base nas ideias de Freyre seria a de que “no Brasileiro não subsiste, como nos Estados Unidos, duas metades inimigas, uma branca e outra negra. Somos duas metades confraternizadas, que se enriquecem mutuamente de valores e experiências diversas”. (REIS, 2007, p. 77).

¹² Destaca-se outro aspecto importante da obra de Cardoso. Para saber a respeito, ler o artigo: *FHC errou? A economia da escravidão no Brasil Meridional*, desenvolvido pelo economista Dr. Leonardo Monteiro Monastério. Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A40.pdf>, acessado em 12 de março de 2013.

livro para a Folha de São Paulo¹³. Ele apontou em seus comentários acerca da importância desta nova publicação alguns problemas na obra, que levou a ser objeto de discussão nos círculos acadêmicos brasileiros. Um deles é a semelhança entre as teses de Cardoso com as do historiador estadunidense Stanley Elkins¹⁴.

Elkins lançou, em 1959, o livro *Slavery: a problem in American institutional and intellectual life*, que tem uma abordagem distinta sobre a questão da escravidão moderna. “Coincidentemente”, segundo João Reis, esse livro aparece “às vésperas de Cardoso iniciar a redação de sua tese”. O historiador relata que, “segundo Elkins, a natureza selvagemmente capitalista da escravidão no sul dos Estados Unidos, ao contrário do que aconteceria em países como o Brasil” – ele usa a obra de Freyre – “teria levado o sistema a um tal nível de brutalidade e desumanização do trabalhador escravizado que as unidades produtivas escravistas seriam comparáveis a campos de concentração”. Para Elkins, o “resultado” da escravidão nos Estados Unidos foi que “os escravos desenvolveram personalidades infantilizadas semelhantes às vítimas daquelas instituições nazistas” (REIS, 2003, p.2). João Reis insinua que:

Elkins era um intelectual progressista que assim buscava radicalizar, retrospectivamente, a denúncia à escravidão norte-americana para esclarecer a origem histórica da situação do negro e do racismo em seu país. A comparação com o projeto intelectual de Cardoso é tentadora. (REIS, 2003, p. 2)¹⁵.

Entretanto, na tese de Cardoso, não há qualquer referência ao historiador estadunidense, o que, para o João Reis causa estranheza, dada a aproximação do pensamento de Cardoso e de Elkins, e considerando que a repercussão do livro escrito pelo norte-americano foi significativa, e seria difícil o autor brasileiro não ter conhecimento.

¹³ Resenha escrita para a Folha de São Paulo, publicada em 13 de setembro de 2003, no Jornal de Resenhas, Edição Especial, 02 páginas. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs1309200302.htm>, visitado em 10 de março de 2013.

¹⁴ M. Stanley Elkins é um historiador estadunidense e professor emérito de História da *Smith College*. O livro ao qual nos referimos, *Slavery: a problem in american institutional and intellectual life*, foi o resultado da tese de doutorado defendida na Universidade de Columbia. Suas ideias foram inovadoras e influenciaram a historiografia estadunidense na ocasião, sendo rejeitada nos dias de hoje. A ideia controversa de sua tese e que se aproxima da defendida por Cardoso, segundo João José Reis, é a de que a experiência da escravidão foi psicologicamente infantilizadora para os escravos. Cardoso, ao descrever os escravos como sendo uma coisa, aponta para essa direção, ou seja, a alienação dos escravos beirava a infantilização. Entretanto, mesmo sendo a obra de Elkins de 1959, ou seja, anterior à tese de Cardoso, o último não remete em suas referências bibliográficas o trabalho do historiador estadunidense.

¹⁵ Idem.

Dada a proximidade das teses desenvolvidas pelo sociólogo brasileiro com o autor estadunidense, João Reis demonstra que, da mesma maneira que *Capitalismo e escravidão* teve influência na historiografia brasileira, *Slavery: a problem in american institutional and intellectual life*, teria tido enorme importância para a estadunidense, fazendo com que outros importantes autores publicassem teses de réplica a Elkins. Para João Reis: “algo semelhante aconteceria com a historiografia brasileira da escravidão ao longo dos últimos 20 anos, que reagiu a interpretações tipicamente representadas por esta obra de Cardoso” (REIS, 2003, p. 2).

Na introdução do livro *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, Cardoso nos informa que “o propósito mais geral do presente trabalho”, foi o de “estudar um momento da história da luta do homem contra a alienação”. Para isso, a análise partiu “do escravo como mercadoria com a análise do negro enquanto homem” (CARDOSO, 2003, p. 44). Em entrevista a Record¹⁶, Cardoso conta que a Unesco “patrocinou uma pesquisa para verificar se o Brasil era uma sociedade democrática racialmente”. O intuito era o de “ampliar o conhecimento sociológico sobre o preconceito racial estudado em trabalhos anteriores de autoria de Florestan Fernandes e de Roger Bastide”. Os trabalhos de Fernandes e de Cardoso abarcaram a situação da escravidão em São Paulo e no Rio Grande do Sul, fazendo com que ficasse latente que a tese proposta por Freyre era equivocada e que “não havia nada de democracia racial”. Essas noções levantadas pelos sociólogos paulistas causaram problemas, posto que as ideias de Freyre se consolidavam com a “ideologia oficial do governo brasileiro, que se aproveitava da segregação racial norte-americana para estabelecer um contraponto favorável ao nosso modelo” (CARDOSO, 2003b, p 4).

José Carlos Reis, no livro *As identidades do Brasil*, resgata a análise de Jacob Gorender em *A escravidão reabilitada (1990)*¹⁷, a respeito de *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, e cita que, segundo Gorender, “em sua análise da escravidão, [Cardoso] salientou a coisificação do escravo, enfatizou o tratamento coercitivo e sem direitos que recebiam”. Para FHC, “a coisificação social do escravo foi até a sua coisificação subjetiva – o escravo se auto-representava como não-homem, a partir da representação branca dominante”. Sendo assim, era possível identificar por meio do “comportamento passivo” e de, “uma

¹⁶ Entrevista dada ao grupo editorial Record, por Fernando Henrique Cardoso, quando da publicação da nova edição de *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* em 2003. Disponível em http://www.record.com.br/autor_entrevista.asp?id_autor=1&id_entrevista=228, visitado em 12 de março 2012.

¹⁷ Gorender, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

incapacidade para agir, fazer a história, lutar a luta de classes” (REIS, 2007, p. 248). O sociólogo da escola paulista alega que, em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*,

não dá para analisar a escravidão no Brasil nos termos marxistas, quer dizer, escravo não é operário, o operário pode ter consciência de classe e propor que a sociedade se modifique à sua semelhança. O negro escravo não tem consciência de classe, porque não é classe e não pode propor que a sua situação se generalize, porque ele não vai propor a escravidão, ele vai querer o oposto, ele vai querer assemelhar-se ao outro, não é transformar o outro nele, enquanto que o trabalhador quer transformar o burguês nele, trabalhador. Isso é diferente, conceitualmente falando. Igualmente, você não pode falar de capital variável quando você compra um escravo. Enfim, faço opções e elucubrações conceituais para mostrar que não dá para usar no Brasil as categorias que se aplicam ao desenvolvimento do capitalismo na Europa. (CARDOSO, 2008, p. 13-14).

Assim, uma mudança significativa foi identificada no modo pelo qual se passou a apresentar a situação do negro no sistema escravista brasileiro. A historiografia contaria então com outra perspectiva. Cardoso expressa que “se o escravo era socialmente uma *coisa*, [...] os senhores, por outro lado, objetivavam a existência e a vontade através da vida e do trabalho do escravo, e nesta medida alienavam-se” (CARDOSO, 2003, p. 161). Não foi apenas a condição de escravo que tomou novo significado, “a análise da camada senhorial tal qual ela se inseria na realidade histórica como um modo determinado, e também alienado, de existência é o reverso da medalha da análise da mão-de-obra escrava” (CARDOSO, 2003, p. 41).

A coisificação do escravo se tornou objeto de estudo para os intelectuais da década de 1980, que tiveram como tarefa mostrar uma tese distinta das de Freyre e Cardoso. João José Reis diferentemente dos autores referidos, afirma que:

o escravo, enfim, era uma propriedade que trabalhava muito, mas que também dava muito trabalho. Ele não permitiu que a escravidão fosse perfeita, como prevalece na obra de Cardoso, exatamente porque não permitiu que sua vontade apenas refletisse a vontade do senhor. Pelo contrário, a vontade do escravo amiúde parecia ao senhor como sua própria vontade. Artimanhas de escravo. (REIS, 2003, p.2).

Mas, a tese de Cardoso é de que o negro seria um “escravo-coisa” e faz a análise do trabalho escravo em uma sociedade gerida pelo sistema capitalista¹⁸, parametrizando suas

¹⁸ Cardoso chama este período de “capitalismo-escravista”.

considerações nas teses de Caio Prado Junior que teria rompido com aquelas das etapas históricas: escravismo-feudalismo-capitalismo¹⁹.

José Carlos Reis assegura que “discutindo o modo de produção brasileiro antes da abolição”, Cardoso “recusou a tese feudal e preferiu falar de economia colonial”, abarcando assim a ideia caiopradiana²⁰ (REIS, 2007, p. 247). Para Cardoso, “a escravidão brasileira é uma escravidão que se insere no capitalismo mercantil”, ou seja, “a escravidão supunha um trabalho forçado, mas para produzir mercadorias a serem vendidas no mercado internacional”. (CARDOSO, 2008, p. 14).

Para Fernando Henrique, uma das teses de *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*: “é o seguinte, temos um sistema escravocrata no Brasil, essa escravidão se insere no quadro do capitalismo, é um sistema que já nasceu com o capitalismo comercial – logo, não é igual à escravidão antiga.” (CARDOSO *apud* LEONI, 1997, p. 92).

Pensando a escravidão dentro de um modelo econômico capitalista, Cardoso diverge, como foi dito, de outros autores. Nesse aspecto, Décio Saes, em seu livro *A formação do estado burguês no Brasil*, faz sua crítica, indicando que:

uma segunda objeção é decorrência da identificação abusiva entre, de um lado, comércio, lucro comercial e moeda e, de outro, capitalismo; nessa perspectiva, que é a de autores como Max Weber ou Henri Pirenne, o latifúndio escravista das Américas, por ter produzido objetos comercializados no mercado mundial, seria necessariamente capitalista (por exemplo, Fernando Henrique Cardoso). Os defensores dessa posição teórica não pecaram apenas ao tornar o termo capitalismo aplicável a qualquer época da história [...] erraram também [...] porque tendiam, implícita ou

¹⁹ No ensaio biográfico *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*, escrito por Brigitte Hersant Leoni, jornalista francesa, que inclui depoimentos de diversas personalidades que acompanharam Fernando Henrique Cardoso desde a juventude, como: Bento Prado Jr., Boris Fausto, Darcy Ribeiro, Almino Affonso, Florestan Fernandes, Fernando Pedreira, Francisco Weffort, Ruth Cardoso, Roberto Schwarz, entre outros, Schwarz afirma que: “A originalidade de Fernando Henrique consistiu em dizer que existe uma escravidão moderna que não passa por essas três etapas, e mostrar que essa é uma das particularidades da sociedade brasileira.” (LEONI, 1997, p. 92-93). Entendemos que a originalidade destas teses não está em Cardoso. Não faz parte do escopo desta dissertação a análise das etapas históricas. Entretanto, indicam-se três artigos com visões distintas que analisam esta questão: BORGES, Maria Angélica. Particularidade e objetivação do capitalismo. *Nova Escrita Ensaio*, São Paulo, ano IV, n. 08, p. 69-80, 1981; - DEL ROIO, Marcos. Sodré e o feudalismo no Brasil: uma tentativa de atualização do problema. In: CUNHA, Paulo Ribeiro; CABRAL, Fátima (orgs). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora Unesp, 2006; - MAZZEO, Antônio Carlos. Notas sobre o “modo de produção escravista colonial”. *Nova Escrita Ensaio*, São Paulo, ano IV, n. 08, p. 81-95, 1981; - MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo: Cortez, 1997.

²⁰ Na nota de rodapé de nº 50, Cardoso assegura que “Caio Prado Junior foi o primeiro a salientar na análise da econômica escravocrata as consequências anticapitalistas do trabalho escravo [...] Infelizmente, Caio Prado apenas enunciou a tese na nota e não pôde, pela própria natureza do livro, desenvolvê-la em face aos problemas da economia cafeeira que o preocupavam no capítulo em que ele inseriu esta nota tão importante.” (CARDOSO, 2003, p. 235). Cardoso refere-se à nota de rodapé nº 57, do livro *História econômica do Brasil* escrito por Caio Prado Jr.

explicitamente, a dar um tratamento autônomo ao processo de circulação, ao invés de analisá-lo em sua relação com a esfera da produção [...]. Esse procedimento não somente os impediu de chegar ao conhecimento das leis que explicam a reprodução de certas relações de produção/forças produtivas; mas também os levou a ignorar as particularidades do processo de circulação em cada modo de produção [...] Sobre a particularidade do processo de circulação próprio ao modo de produção escravista dominante no Brasil colonial. (SAES, 1985, p. 61-62).

Os estudos sobre o sistema escravista no Brasil se centravam, principalmente, no Nordeste brasileiro, pois a “necessidade” desse tipo de mão-de-obra estaria mais vinculada à plantação de açúcar. A reflexão sobre o trabalho escravo na região sul do país era inédita. O estudo buscou compreender a utilização da “mão-de-obra escrava como base da economia exportadora do Rio Grande do Sul” e o “que se procura desenvolver no livro é o *processo de constituição* de uma totalidade histórica que implicou a dupla alienação de senhores e escravos” (CARDOSO, 2003, p. 40). Para Cardoso, “o sentido da escravidão na sociedade gaúcha define-se em sua totalidade. [...] A sociedade escravocrata gaúcha constitui-se como uma tentativa para organizar a produção mercantil capitalista numa área onde havia escassez de mão-de obra” (CARDOSO, 2003, p. 42).

Não foi apenas a questão do “escravo-coisa” na obra de Cardoso que foi inédita, analisar a sociedade escravocrata a partir de uma perspectiva de entrave para o desenvolvimento do capitalismo também mostrou originalidade. As análises de Cardoso, no que diz respeito à questão econômica na presente obra, de fato são inéditas, aspecto ressaltado pelo próprio autor, pois, quando remete às abordagens econômicas, ele busca aquilo que, em sua concepção, aprendeu em Marx. Entretanto, ao falar das questões políticas, sua abordagem será weberiana. Cardoso adverte: “embora eu tivesse tido uma forte influência marxista e a dialética, nunca me identifiquei com a filosofia da história marxista. *Eu sempre achei que a parte mais débil do marxismo era a política*” (CARDOSO, 2008, p. 35, grifos nossos). Assim, fica evidente, como ele já mencionava no prefácio de seu livro, que seu método era uma mistura de leituras e abordagens construídas durante sua vida acadêmica.

Em seu conceito, ser eclético e abrangente lhe daria uma visão original e não pré-determinada, posto que:

a incompreensão do jogo de poder e uma visão idealista de que é um sujeito social privilegiado, o proletariado, que vai substituir tudo e resolver as questões. Eu nunca tive essa visão teológica da sociedade, de um destino final, eu nunca acreditei muito nisso de existir uma marcha inexorável para um destino qualquer. (CARDOSO, 2008, p. 35).

FHC ressalta que não costuma ficar ligado a valores do passado e muito menos preso a determinados assuntos, quando esses estão ultrapassados, portanto, busca constantemente novas orientações. Com relação à revolução do proletariado, ele assevera seu ceticismo. Considera-se, “menos religioso, menos determinista, por consequência mais probabilista, com uma visão menos encadeada da história”. Por esse motivo, em todas as suas obras, o autor conseguiria se afastar do chamado “determinismo marxista” e buscado uma alternativa. Cardoso acredita que em sua trajetória, uma frase que abarcaria o modo como as coisas ocorrem em sua vida seria “quando você está esperando que aconteça o inevitável, acontece o inesperado. Não há o inevitável nem o predestinado na História” (CARDOSO, 2008, p. 35).

Se para o autor, a parte mais débil do marxismo é a política, é em Weber que ele encontra a solução para abordar o patriarcalismo. Em suas palavras: “a ideia do patriarcalismo escravista vem de Weber” (CARDOSO, 2003, p. 12). A partir desta premissa que ele desenvolve sua tese.

O resultado de suas análises sobre a escravidão brasileira apontaria para que esta fosse, também, a causa do atraso da industrialização no país. Para isso, fez uma comparação do trabalho dos negros no Rio Grande do Sul, em especial nas charqueadas, e aquele nos saladeiros dos países platinos. Enquanto no Brasil o trabalho era escravo, no Uruguai era livre e assalariado e seria esta a razão de o desenvolvimento uruguaio se dar de forma mais dinâmica, não encontrando competição no mercado brasileiro.

A análise de Cardoso ocorreu entre os anos 1780 e o final da escravidão. Sua apreensão sobre a abolição é que esta não foi “revolucionária”, mas uma etapa necessária, pois com o fim do tráfico negreiro sustentar o regime escravocrata havia ficado ainda mais caro, na medida em que já era um regime desnecessário se comparado aos países vizinhos que tinham o trabalho livre e assalariado. Manter o escravo, em tempos de crise, era oneroso, além de ser um entrave para a expansão do sistema capitalista. A abolição, portanto, era algo completamente necessário para que o país se desenvolvesse, entretanto, após a tão esperada abolição, os escravos não foram agregados ao sistema de trabalho como seria de se esperar. O Brasil passou a contar com novos trabalhadores: os imigrantes. Historicamente existe uma ampla discussão do motivo desta troca de mão de obra, uma das correntes alega que haveria a necessidade de um “branqueamento” da população brasileira, pois após séculos de miscigenação, a população mestiça estava em demasia.

Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional seria, para Cardoso, “uma obra que para em pé”²¹. Independentemente de ter tido menor repercussão na historiografia brasileira e demais áreas do conhecimento do que suas teses posteriores, as abordagens levantadas foram de grande valia para o debate acadêmico. O sociólogo paulista rompeu com os conceitos de Gilberto Freyre, possibilitando que novas gerações pudessem partir de uma nova linha de pensamento.

É possível identificar o traço fundamental que permeará as obras elencadas para o presente trabalho. Trata-se do cerne da análise cardosiana: a avaliação crítica de determinada classe social, seja ela os “escravos” ou a “burguesia” como barreira para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Se os escravos foram um atraso para o Brasil, a falta de preparo dos empresários também será um entrave para o desenvolvimento do capitalismo no país.

1.2 – O empresariado industrial brasileiro e seus limites para impulsionar o “progresso”

*A política é como a perfuração lenta de tábuas duras. Exige tanto paixão como perspectiva. Certamente, toda experiência histórica confirma a verdade que o homem não teria alcançado o possível se repetidas vezes não tivesse tentado o impossível. (Max Weber, Ciência e Política – Duas vocações)*²².

*Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*²³ é um trabalho que foi apresentado em novembro de 1963, como tese de livre-docência em Sociologia, à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP).

Para Cardoso, “o problema central discutido no livro – a participação dos empreendedores industriais no desenvolvimento econômico do Brasil – é novo na literatura sociológica brasileira”. Na época em que fez sua pesquisa, começavam “surgir estudos

²¹ Em 1994, Cardoso usou pela primeira vez a expressão de que a “obra parava em pé”. Em entrevista quando da nova edição do livro pela Editora Civilização Brasileira em 2003, reafirma: “Não sei se é uma obra muito importante, mas que foi pouco lido, realmente foi. Não é um livro de acesso fácil, trata-se de uma tese de doutorado que discute o tema de forma acadêmica. Digo que ele ‘para em pé’ porque academicamente este talvez seja o meu trabalho mais sólido”.

²² Texto citado por FHC em seu primeiro discurso no Senado.

²³ “Reúne o resultado parcial de pesquisas que realizei ou orientei entre julho de 1961 e outubro de 1962 e de reflexões a que me tenho dedicado há alguns anos, no campo da análise sociológica da industrialização e do desenvolvimento econômico.” (CARDOSO, 1972, p. 5).

concretos sobre a formação da sociedade industrial e, quase sempre, [deveu-se] à literatura econômica as contribuições pioneiras” (CARDOSO, 1972, p. 5).

José Carlos Reis avalia a mudança de objeto do estudo de Cardoso da seguinte forma: “depois de pesquisar o escravo, F. H. Cardoso foi investigar o empresário brasileiro e as possibilidades do desenvolvimento industrial brasileiro”, pois “se o escravo não era sujeito, pois não se representava como tal, F.H. Cardoso foi conhecer a auto-representação do sujeito modernizador do Brasil: o empresário industrial.” (REIS, 2007, p. 248). Tal escolha, por sua vez, era inédita, posto que “ao trabalhar com os empresários, enquanto muitos teóricos de esquerda trabalham com a classe operária, faz uma escolha incomum e se distingue dos demais pesquisadores” (LEONI, 1997, p. 96).

Além da mudança de escopo da pesquisa e da originalidade da escolha, o prisma em que se pautava também era novo. A esse respeito, o sociólogo analisou o livro e apontou que:

mostra, na análise estrutural da sociedade e na caracterização do padrão de desenvolvimento econômico prevalecente, a inconsistência da política populista para levar adiante a expansão do capitalismo industrial. A ideologia que afirmava a viabilidade da aliança entre a burguesia nacional, parte da massa popular urbana e do Estado para produzir transformações estruturais capazes de dinamizar o desenvolvimento econômico em bases nacionais, revelou sua fragilidade diante dos dados do estudo feito²⁴ (CARDOSO, 1972, p. 14).

Fernando Henrique Cardoso, “marca uma transição na linha de pesquisa do grupo de sociólogos uspianos reunidos na Sociologia I. Depois de se deter por vários anos sobre a questão das relações raciais no Brasil, o grupo passa a preocupar-se com as questões relacionadas ao desenvolvimento brasileiro.” (ROMÃO, 2006, p. 21-22).

Na verdade, não existe uma ruptura nos trabalhos de Cardoso. Pois, mesmo analisando a questão do escravo, o escopo da tese não era apenas a questão racial. Isto está evidente no título dado à pesquisa. Trata-se da análise do “capitalismo” e da “escravidão” no Brasil Meridional. A questão racial, a forma como o escravo era tratado é analisada paralelamente a posição do sistema escravista em relação ao “capitalismo” brasileiro.

Empresário Industrial se divide em duas partes, na primeira, o objetivo seria: mostrar o que é um capitalista; a diferença entre capitalista, administrador, empreendedor; as diferenças entre os tipos de empresas industriais: Sociedade Anônima e Ltda. e, a forma de

²⁴ Trata-se do prefácio do livro, escrito pelo próprio autor.

associação com capitais estrangeiros, etc²⁵. A segunda parte do livro trata sobre a reflexão e as conclusões da pesquisa de campo desenvolvida com empresários de São Paulo, Belo Horizonte, Blumenau, Recife e Salvador.

Ao fazer uma reflexão da obra o autor afirma:

a parte mais débil do estudo é, a meu ver, a solução insatisfatória da combinação entre os dados coligidos por intermédio das entrevistas em profundidade e as informações que retirei do *survey* sobre as características das grandes empresas de São Paulo que o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho – CESIT –, da Universidade de São Paulo, havia realizado. (CARDOSO, 1972, p. 16).

Cardoso explica que,

a utilização dos dados deste *survey* levou alguns leitores a pensar que a análise sobre os empresários baseou-se nos 288 questionários do *survey* (que, de fato, foram usados apenas para complementar e fornecer informações gerais) quando, na verdade, fundamentou-se nas 82 entrevistas feitas em 1961-1962, que foram tratadas qualitativamente²⁶ (CARDOSO, 1972, p. 16).

De fato, o método utilizado por Cardoso, bem como o resultado da pesquisa foi motivo de muitas controvérsias. Mais uma vez ele vai contra a corrente da historiografia brasileira que com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), na figura de Hélio Jaguaribe, colocava a burguesia industrial como parceira do proletariado para o impulso no processo de industrialização brasileiro.

a reconstituição histórico-estrutural da formação da sociedade industrial e a análise do comportamento e das atitudes dos empresários mostram-me, no decorrer da investigação, os equívocos da ideologia predominante à esquerda e a inconsistência política das propostas. (CARDOSO, 1972, p. 14).

²⁵ Para a fundamentação de sua análise Cardoso recorreu, no decorrer do primeiro capítulo, a autores como: Mannheim, Schumpeter, Sombart, Weber, Marx, Dahrendorf, Berle, Rostow, Strachey, State, Lerner, Galbraith, Druker, Dunlop, Kerr, entre outros.

²⁶ No livro, *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*, a autora diz que “o tema do empresariado não é totalmente novo para Fernando Henrique. Ele já o havia abordado em 1953, quando realizou suas primeiras pesquisas sobre o processo de industrialização em São Paulo. Pediu então a 288 empresários de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belo Horizonte que respondessem a um questionário. “O objetivo era estudar as empresas, conhecer os tipos de relações externas e internas que elas mantinham”, explica Florestan Fernandes, que dirigia os trabalhos de Fernando Henrique. Mesmo não sendo uma novidade, o tema dos empresários se torna, com o CESIT, o ponto de partida de suas pesquisas” (LEONI, 1997, p. 96).

Assim, o resultado da pesquisa realizada junto aos empresários atestaria que suas teses estariam corretas em detrimento daquelas desenvolvidas por Jaguaribe no Iseb. A resposta dos empresários ao *survey* sustentaria a inexistência, no Brasil, de uma burguesia nacional e que esta não tinha, nem estaria buscando, um projeto de desenvolvimento econômico para o país. Isto teria uma razão: a classe dos industriais brasileiros era recente e heterogênea. A origem de classe, por sua vez, também era recente e a “diversidade dos grupos de origem” era grande. Tudo isto teria dificultado a difusão semelhante dos modos de “pensar, sentir e agir”, o que teria também atravancado a formação de uma “ideologia industrial” capaz de conduzir a “ação de todos em função dos interesses comuns” (CARDOSO, 1972, p. 171).

Deste modo, avaliando o resultado da pesquisa e somando à análise história da formação do capitalismo no Brasil, percebia-se que as teses apresentadas pelo Iseb eram ideológicas e não científicas. Assim, havia uma necessidade premente em demonstrar que a realidade era outra, e dentro da realidade histórica e científica averiguada, buscar as alternativas corretas para alavancar o desenvolvimento econômico brasileiro. Afinal a análise da tese desenvolvida por Cardoso se pautava no “empresário industrial” e no “desenvolvimento econômico” no Brasil.

No Iseb, Jaguaribe tinha como um dos propósitos educar a burguesia industrial, pois essa não tinha “consciência” do papel que precisava desempenhar na representatividade das demais classes. Assim, o Instituto mostraria à burguesia qual papel lhe cabia e em seguida passariam educar e esclarecer as “massas”, posto que,

as classes trabalhadoras – rural e urbana – e as classes médias não sabiam que seus interesses situacionais coincidiam com os da burguesia industrial. Por isso, precisavam ser conscientizadas, precisavam tomar ciência desse fato, precisavam ser esclarecidas sobre aquilo que realmente lhes devia interessar (LOVATTO, 2010, p. 105)²⁷.

Esse esclarecimento se daria por intermédio da ampla “educação social”, que possibilitaria ao Brasil se desenvolver economicamente, pois “o que mais angustiava Jaguaribe era o fato de que nem mesmo a burguesia brasileira tinha ainda tomado consciência de seu papel na intervenção decisiva na realidade nacional e, mais do que isso, não sabia

²⁷ Lovatto, em sua dissertação de Mestrado que resultou no livro *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: os tempos do Iseb*, desenvolveu uma crítica ao pensamento conservador de Hélio Jaguaribe, analisando principalmente a produção teórica dos anos em que este atuou no Iseb: 1955 a 1959). A pesquisa cobriu, ademais, o período pós-isebiano do autor, em livros em que o cientista político posicionou-se sobre o golpe de 1964 até 1974.

como fazê-lo”. Deste modo, “se nem a burguesia sabia o que devia ser feito, mas só ela podia fazer o que tinha que ser feito, a tarefa mais urgente da *intelligentsia* brasileira seria educar a burguesia brasileira, daí o papel do Iseb” (LOVATTO, 2010, p. 106).

Esse é um dos maiores debates de Cardoso com Jaguaribe no decorrer de sua obra, pois, para o sociólogo uspiano, o caráter desta burguesia não é o mesmo idealizado pelos autores do Iseb. Cardoso rebate da seguinte maneira: “nossa interpretação diverge da tese geralmente aceita de que a iniciativa privada, isto é, a burguesia empresarial, constitui a mola propulsora inicial do desenvolvimento e da modernização do Brasil”, ou seja, “a obtenção de lucros, que é a condição de existência da burguesia, poderia ter sido feita pela simples expansão das indústrias de bens de consumo, pela associação da ‘livre empresa’ com o Estado em novos empreendimentos estrangeiros” (CARDOSO, 1972, p. 88-89). A iniciativa privada

como adiante se verá, encontra-se numa situação em que para expandir a indústria precisa integrá-la nos quadros do capitalismo internacional e, com isto, perde parte da autonomia. Para escapar deste dilema só restaria o caminho revolucionário, miragem que paira sempre como uma esperança e uma ameaça, entre cujos polos líderes populares e dirigentes industriais vacilam constantemente, temendo, a justo título, que sejam deslocados pelo processo que vierem a desencadear. Como uma constante oculta, o temor da escolha do caminho mais radical consubstancia quando a idéia de revolução se metamorfoseia na aspiração bonapartista velada de ‘golpes militares’ e na disposição popular de “contragolpes”²⁸ (CARDOSO, 1972, p. 91).

Dentro desta perspectiva, Cardoso conclui que a tese do Iseb e as análises de Jaguaribe seriam errôneas. Portanto após “afastada a hipótese de que a burguesia nacional, no primeiro momento, impulsionou o processo de mudança social”, era necessário retomar “a indagação sobre os grupos sociais que pressionaram a antiga ordem no sentido de transformá-la”. O autor ainda discorre que, devido às alterações ocorridas nesta etapa histórica, houve o “aparecimento na cena política de um novo interlocutor, que embora afônico, marcou com sua presença o início da quebra das soluções rotineiras dos problemas nacionais: as massas populares” (CARDOSO, 1972, p. 92). Acrescenta ainda que “formou-se uma pequena burguesia urbana cujas aspirações e cujos modos de vida definiam-se fora dos quadros tradicionais de existência” (CARDOSO, 1972, p. 93), ou seja, existiria nova categoria de classe social surgindo no decorrer do processo de industrialização então analisado:

Exprimiou-se através do nacionalismo como uma ideologia ‘desenvolvimentista’ e ‘estatizante’ que teve a defendê-la estudantes,

²⁸ Percebem-se nitidamente os argumentos pelos quais Cardoso encaminhará a sua “teoria da dependência”.

profissionais liberais, militares, funcionários públicos, técnicos etc., que pertenciam às chamadas elites intelectuais. [...] Estas, por causa da tradição antiga de valorização abstrata do ‘poder da razão’ e pela defesa da ideia de ‘interesse nacional’, [...] se propuseram transformar o nacionalismo num movimento de inspiração intelectualista capaz de tornar-se ‘aspiração de todo o povo’. A vontade coletiva deveria exprimir-se no Estado que, acima das classes e orientado por planos racionais de base técnica, deveria conduzir o desenvolvimento econômico. Ao impulso básico nesta direção dado pelos setores de classe média a que aludimos, fizeram coro, embora orientados por outros valores, grupos políticos de esquerda e sindicatos operários, que viram nas campanhas nacionalistas uma possibilidade de sensibilizar as massas para os problemas políticos e, ao mesmo tempo, uma forma de levar parte dos grupos dominantes a reagir contra o imperialismo. (CARDOSO, 1972, p. 94).

Para Cardoso, era essencial demonstrar as incongruências das teses do Iseb, posto que o pensamento nacionalista defendido por Jaguaribe estaria arraigado em muitos brasileiros e, mesmo seus familiares partilhavam desta ideologia, incluindo seu pai, Leônidas Cardoso (1889-1965), militar de carreira, assim como seu avô, General Joaquim Inácio Batista Cardoso (1860-1924)²⁹. FHC recorda:

meu nacionalismo teve a influência de meu pai. Eu participei na luta pelo ‘petróleo é nosso’. Mas isso não entrava nos escritos, nos estudos. [...] De alguma forma, eu era nacionalista de coração, de tradição, associado a uma ciência social profundamente universalista. (CARDOSO, 2008, p.12-13).

Entretanto, esse pretense nacionalismo, como descreve, não fez com que se apegasse a tais ideias. O nacionalismo seria uma ideologia e ele, Cardoso, era um homem da ciência. Possivelmente, quando se propôs a fazer a pesquisa inicial exposta em *Empresário Industrial*, já teria a resposta ao seu levantamento, entretanto era necessária a comprovação de suas teses. Foram as respostas ao questionário enviado aos empresários que endossaram a certeza de que suas ideias estariam corretas. Existem dúvidas quanto às perguntas formuladas aos empresários. Seria uma “análise concreta de situações concretas”? Ou, as questões foram feitas com o objetivo de comprovar apenas o que já se tinha por certo? Cardoso alega que ao escrever sua

²⁹ A família de Cardoso é de militares: pai, avô, tios e primos fizeram carreira militar. Entre eles: Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso (tio) foi Ministro da Guerra entre 1931 e 1933; Cyro do Espírito Santo Cardoso (primo) Ministro da Guerra no segundo governo Vargas, de 1952 a 1954. Desta forma, percebemos que Cardoso cresceu em um ambiente que se falava e se participava da história política do Brasil. Para saber mais sobre a biografia de Leônidas Cardoso ver o *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, 1930-1983, Rio de Janeiro: Forense Universitária / FGV-CPDOC / Finep, 1984.

tese de livre docência sobre o empresariado industrial, que acredito foi entre 1961 e 62, nós já estávamos em plena ebulição Janguista. A visão do partido comunista era: você tem o imperialismo e tem a luta antiimperialista. Quem eram os aliados dos trabalhadores do Brasil? Todos menos os imperialistas, as empresas estrangeiras e o latifúndio. O resto era burguesia progressista, eram os intelectuais, era o povo e tal. Quando eu fui fazer a pesquisa encontrei só dois empresários com uma ideologia de “burguesia nacional”: o Fernando Gasparian e o Ermírio de Moraes, José, o antigo senador. Eram os únicos, os outros todos estavam em plena conspiração contra o Jango (eu não sabia). Então você pode ver que minha análise era heterodoxa, mas já era parte direta do debate político. (CARDOSO, 2008, p. 11).

Desta forma, a tese de livre-docência de Cardoso, teve alcance internacional e, segundo Daniel Pécaut³⁰, trata-se de “um livro que é bem mais do que uma tese universitária, pois apresenta uma tese política que vai de encontro àquelas que prevaleciam no seio da esquerda” (PÉCAUT *apud* LEONI, 1997, p. 98).

No prefácio a 2ª edição do livro *Empresário industrial*, escrito em 1971, Cardoso admite que seria necessário introduzir algumas correções em suas teses, que refez alguns pontos de análise no artigo “Hegemonia Burguesa e Independência Economia: raízes estruturais da crise política brasileira”, escrito em 1967 e publicado em 1969 no livro *Mudanças Sociais na América Latina*. Entretanto, a conclusão estaria clara:

mostrar que a burguesia industrial havia optado ‘pela ordem’, isto é por abdicar de uma vez por todas de tentar a hegemonia plena da sociedade, satisfeita já com a condição de sócio-menor do capitalismo ocidental e de guarda avançada da agricultura que muito lentamente se capitaliza. (CARDOSO, 1972, p. 15)³¹.

Para ele, o que após o golpe militar era óbvia, não o era quando apresentou a tese um ano antes. Outra colocação de Cardoso é a de que não há dúvida quanto à existência de uma classe burguesa no Brasil, mas o seu argumento é que não era possível dizer que se tratasse de uma burguesia nacional.

Para isso, Cardoso faz no livro uma análise da origem da burguesia no Brasil mostrando que se trata de uma classe que teve uma formação desorganizada, sempre muito arraigada no modelo patrimonialista. A classe burguesa, no Brasil, “nasce” da burguesia agrária tradicionalista ou dos imigrantes e de seus descendentes. Em decorrência do

³⁰ Pesquisador da Maison des Sciences de l’Homme em Paris.

³¹ No prefácio à 2ª edição há um erro de digitação e a palavra está escrito como sócio-maior, mas na verdade consiste em sócio-menor conforme constante da conclusão do livro (de onde foi tirada), às páginas 198.

“nascimento” complexo, sem bases estruturais, a classe burguesa no Brasil teria se mostrado insegura durante todo o processo de industrialização que aqui se deu. Para o sociólogo não se trata de uma burguesia no sentido clássico, mas de uma classe que ascendeu em um país periférico.

Fazendo uma análise da história brasileira e contextualizando o país no cenário internacional, Cardoso classificaria o Brasil como país dependente, com uma burguesia que faria acordo com quem fosse necessário, objetivando lucro e sem pensar em um projeto nacional, como idealizava Jaguaribe. Para resolver esse problema o autor se deu conta pela primeira vez da possibilidade de um desenvolvimento econômico associado ao capital estrangeiro. Está aqui o embrião que desenvolverá em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*.

Ao tratar da questão do desenvolvimentismo, ponto principal das análises dos integrantes da Cepal, o autor é direto e objetivo. Em sua concepção, “insiste-se em que o principal centro de decisões é o Estado e, por isso, o ‘desenvolvimentismo’ como ideologia do desenvolvimento concentra suas expectativas e pressões sobre a ação estatal” (CARDOSO, 1972, p. 84). Para Cardoso, “não há como obscurecer o fato de que a passagem da sociedade de base agrária exportadora politicamente dependente, para a sociedade industrial autônoma, supôs no Brasil uma rearticulação no sistema de poder e um novo arranjo nas relações de barganha no mercado mundial” (CARDOSO, 1972, p. 85).

Apesar de os debates de Cardoso serem diretamente com o Iseb na fase em que Jaguaribe estava, outro intelectual isebiano de uma segunda fase, diferentemente de Cardoso, acreditava e defendia que no Brasil existia uma burguesia nacional. Esse intelectual é Nelson Werneck Sodré.

Sodré foi um intelectual de uma perspectiva política no campo da esquerda e de concepção teórica no campo marxista. Paulo Ribeiro da Cunha, no livro *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*, de sua autoria, dedicou um espaço para abordar o assunto, no capítulo denominado: A burguesia existe e pode ser nacional, no qual expõe o pensamento nacionalista de Sodré. Assegura que,

uma outra polêmica na esquerda brasileira e, de certa forma, também referida a uma reflexão na obra de Nelson Werneck Sodré, está relacionada à existência ou não de uma burguesia nacional e que tantas discussões suscita ainda hoje no debate acadêmico ou político. [...] O historiador dedicaria um singular esforço teórico a essa reflexão e pontuaria com o clássico *História*

da Burguesia Brasileira, publicado em 1964, a afirmação de uma leitura que, para muitos de seus críticos e até aliados, sugere a fundamentação daquelas teses. Sem dúvida, ao adjetivar a titularidade da burguesia como brasileira, admite sua concordância por antecipação com essa propositiva: ela pode ser nacional e, quiçá, até nacionalista. (CUNHA, 2002, p. 127).

Durante os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek, considerados por alguns pesquisadores como “governos populistas”, as ideias nacionalistas ganharam força. Em tais períodos, estavam ocorrendo algumas mudanças importantes na estrutura socioeconômica brasileira. Nesse momento, tiveram origem os movimentos populares de cunho nacionalista que se punham em luta contra o subdesenvolvimento e o imperialismo, os quais encontraram limite em seu êxito, pois dependiam da ação de pequeno-burgueses que os “sustentavam”. Por sua vez esses tinham interesse em se aliar a novos grupos que estavam ascendendo no cenário do país, para assim continuar a preservar sua situação de classe.

Pode-se, assim, mais uma vez, afirmar que a burguesia, na análise de Cardoso, faria o que fosse necessário para manter-se no poder, e nesse momento, era necessária a aliança de classes com o capital estrangeiro. Nessa premissa, dentro dessa “nova ordem, o Estado, que nunca foi, obviamente, ponto de encontro neutro do interesse de todos, fortaleceu-se graças ao maior número de cidadãos engajados como ‘massa de manobra’ dos interesses políticos”. Entretanto, “continuou a ser controlado nas decisões fundamentais pela aliança entre a burguesia industrial e os grupos agrários e financeiros tradicionais, que, por sua vez, exprimem a dominação imperialista e o subdesenvolvimento” (CARDOSO, 1972, p. 96).

Na análise de José Carlos Reis, na obra *Empresário Industrial e desenvolvimento no Brasil*, Cardoso

fez também a história da burguesia brasileira, mas mais empírica. Descobriu que a classe burguesa no Brasil era heterogênea e desorganizada. Os burgueses desconfiavam das associações de classe, pois achavam que promoviam apenas os seus dirigentes, os quais tampouco apreciavam. Desprezavam a atividade política e contavam somente com a sua disciplina e trabalho individual. Para F.H. Cardoso, não se podia perceber um projeto consciente que unisse os interesses industriais (REIS, 2007, p. 248).

Questionamentos pairavam a respeito da consciência de classe da burguesia industrial. Quais seriam seus interesses? Dominar economicamente e não politicamente, como se esperava que ocorresse? Cardoso acredita que a burguesia industrial, assim como a dominação tradicional partilhava dos mesmos interesses: o clientelismo e a reivindicação de favores.

Como resultado da pesquisa realizada para *Empresário Industrial*, Cardoso identifica dois tipos de industriais:

1. O que se associou ao capital estrangeiro; e,
2. O que conseguiu crescer por meio da aplicação dos capitais adquiridos no campo.

Para o autor, apenas os industriais do segundo tipo poderiam pensar a questão do nacionalismo, os quais pediriam a proteção do Estado contra o capital estrangeiro, acreditando que a industrialização brasileira seria capaz de criar uma “política estatal” contra o subdesenvolvimento e que tudo se desenvolveria apenas com o capital nacional. Ao pensar como classe: se conseguiram acumular determinada quantia de capital (sem se associarem ao capital estrangeiro) a possibilidade de uma nova estrutura econômica com base no capital nacional não seria utópica. No entanto, Cardoso avalia que a distinção dos dois “tipos” apresentados não seria tão evidente, pois enquanto aquele associado ao capital estrangeiro já pensa estrategicamente na abertura do mercado, o segundo, todavia, quando consegue acumular uma grande quantidade de capital, também busca associação com o capital internacional. O “nacionalismo”, portanto, acaba aí.

Após esta análise, Cardoso concluiu que a tendência dos industriais brasileiros é a associação com o capital estrangeiro na medida em que o processo de industrialização cresce. Em suma, o que o empresário industrial defende é a “propriedade, democracia e prosperidade”. A classe burguesa no Brasil é, portanto, “mais pragmática do que revolucionária” e está ligada “ao poder tradicional, comprometendo-se com o velho Brasil”. Muda suas estratégias conforme conveniente e não faz parte de um projeto nacionalista e nem o tem. Quando necessário associar-se-iam com a “prosperidade ocidental³²”. É uma classe de reação, mas não de ação.

A burguesia no Brasil se apoiaria e excluiria as massas quando necessário, não sendo possível, portanto, que as teses do PCB se realizassem. Na concepção de Fernando Henrique, não havia possibilidade de associação da burguesia com as massas para fazer a revolução burguesa. Cardoso assegura que

a liderança intelectualizada e pequeno-burguesa dos movimentos nacionalistas e os comandos partidários da esquerda não podiam obviamente

³² A prosperidade ocidental, para Cardoso, seria o capitalismo do centro, em especial dos Estados Unidos da América.

conduzir o processo de desenvolvimento em nome de uma abstração como os interesses da Nação. Faltava-lhes, por outro lado a transformação das “massas” em “classe” para tentar impor uma política concreta. Persistiram, no entanto, em rejeitar como retrógrada a política “populista” baseada na demagogia e na liderança carismática, e insistiram na necessidade de uma “política ideológica”, como se demonstra em análise recente³³. Perderam, rapidamente, por todos estes motivos o controle no processo que iniciaram e que, de fato, não podiam estruturalmente manter. (CARDOSO, 1972, p. 97).

Para Cardoso, “a participação das camadas populares no processo político não só é manipulada, em grande parte, pelos meios de comunicação de massa, como a ineficácia dos partidos e movimentos políticos organizados foi substituída pela ação dos líderes carismáticos e de demagogos que se tornaram um veículo de ligação entre o povo e o Estado”. O sociólogo sentencia que os meios de comunicação de massa passam a ser um instrumento decisivo “para o controle do governo e da nação” (CARDOSO, 1972, p. 96).

Para fundamentar sua ideia, ele ainda utilizou a análise de Florestan Fernandes em *A Sociologia numa Era de Revolução Social*:

A república converteu-se em uma transação precária do “antigo regime” com a nova ordem social, preservando-se, através do coronelismo e de outras formas de mandonismo, as formas tradicionais de dominação patrimonialista. Os partidos assumiram o caráter de coligações de interesses das camadas dominantes, sem especificidade ideológica, alvos políticos íntegros e influência dinâmica própria que lhes assegurassem a coordenação e direção do regime presidencialista. Na verdade, a eclosão das massas populares na arena política processou-se independentemente e acima dos partidos, sob o influxo estimulante dos demagogos, substitutos dos cabeças de parentela e dos mandões políticos – os grandes eleitores do passado. Entre os dois caminhos que se abriram à sua atuação política, a preparação das massas populares para a democracia e a acomodação ao estilo de liderança política forjada pelo demagogo, as camadas conservadoras preferiram a segunda alternativa. Por mais hábil, inteligente e independente que seja, o demagogo não pode escapar à tutela dessas camadas sociais, das quais muitas vezes é um representante nato, mais ou menos “progressista”. Como instrumento político, apresenta a vantagem irresistível de traduzir posições conservadoras e até reacionárias através de linguagem inteligível e de intentos aprováveis pelo homem do povo. Em consequência, a demagogia tornou-se um subterfúgio, que permite conferir ao “despotismo esclarecido” atualidade com o sistema eleitoral, ao mesmo tempo que permite impedir o pleno exercício dos direitos cívicos pela grande massa dos cidadãos-eleitores” (FERNANDES, 1963, p. 262-263 *apud* CARDOSO, 1972, p. 96-97).

³³ Cardoso indica como análise recente Francisco Correia Weffort “Política de Massas”, 1963. O texto foi lido no manuscrito.

Se, por um lado, a classe burguesa no Brasil não cumpriu o papel que os nacionalistas acreditavam que lhes cabia – a partir de dada perspectiva – ela teria tido, segundo Cardoso, a “sagacidade” e o “realismo” para conter a hesitação e não vacilar onde outros o haviam feito.

O sociólogo paulista atesta que o empresariado industrial, ou seja, a burguesia, “transformou rapidamente o nacionalismo em ‘mera ideologia’, fazendo da falsa consciência pequeno-burguesa uma falsidade da consciência, para parafrasear Lukács” (CARDOSO, 1972, p. 97). Com vistas aos seus interesses “lançou-se com ardor ao ‘desenvolvimentismo’ e fez esquecer em cinco anos o que o movimento nacionalista levaria cinquenta para tornar verdade para todos: que a “independência nacional” conseguida através do planejamento estatal e da intensificação dos investimentos públicos era o caminho para o desenvolvimento” (CARDOSO, 1972, p. 97). Não há dúvidas, para o autor, que “o nacionalismo continuou a existir como polarização ideológica”. Todavia,

a partir do segundo momento do processo de mudança social, o “desenvolvimento econômico”, por um lado, e, pelo outro, “penetração do capitalismo” e “dominação burguesa”, passaram a ser facetas da mesma moeda, permitindo de novo que as análises econômicas correntes as tomem como *necessariamente* relacionadas, ou como *dadas*, ainda que historicamente não mais o sejam. (CARDOSO, 1972, p. 97-98, grifos do autor).

Cardoso, em *Empresário Industrial*, busca classificar o “tipo especial de pessoas” e suas categorias: sejam empreendedores, líderes, *managers*, empresários, dentre outros. Dentro desta tipologia é possível demonstrar que o empresário industrial brasileiro não se enquadra no perfil do internacional, pois “o homem de empresa é hoje, mais do que tudo, um líder no sentido político” (CARDOSO, 1972, p. 32). Como já foi citado, no caso brasileiro, o empresário se coloca economicamente e não politicamente. Por toda a forma em que se deu a industrialização no Brasil, o controle patriarcal e familiar não possibilitou a “delegação de autoridade para pessoas de fora do círculo familiar, o que impede a diferenciação burocrática da administração e o aproveitamento de técnicos e especialistas”. Isso impedia que as empresas se classificassem internacionalmente como empresas modernas, pois “não apenas a administração faz-se através de membros da família proprietária, como a maior soma de autoridade é exercida unipessoalmente pelo ‘patriarca’, chefe da família” (CARDOSO, 1972, p. 103).

Para o autor, essa prática faz com que as empresas percam oportunidades de expansão. A pesquisa mostrou que, se em alguns estados, como o caso de Minas Gerais, percebeu-se que

a gestão patriarcal impede a prática empresarial moderna, no Nordeste, refletir o planejamento da empresa era como se pensar o comunismo, como se fosse face da mesma moeda. Em São Paulo, a gestão empresarial seria distinta, pois os industriais eram, geralmente, descendentes de imigrantes que valorizavam a educação e assim seus filhos obtiveram “um diploma”, o que permitiu uma diferenciação dos outros estados. Os diretores das empresas paulistas são, muitas vezes, técnicos especializados não ligados aos grupos familiares.

Entretanto, na maioria dos estados analisados, a visão patrimonialista fez com que se houvesse uma valorização demasiada do nome deixado “pelo fundador da empresa” e a capacidade que esses “tiveram de fazer da fábrica ‘uma família’, unindo operários, funcionários e patrões” (CARDOSO, 1972, p. 105). Daí o senso comum de que algumas empresas são como uma mãe. Nessa pesquisa verificou-se que

um antigo industrial *self-made-man*, que dirige uma organização tecnicamente reputada como das melhores do ramo, abriu mão de oferta feita por um grupo estrangeiro para formar uma nova sociedade em outra empresa alegando formalmente que ele se orgulhava de poder ostentar em suas firmas seu nome de família (CARDOSO, 1972, p. 109).

Com essa “mentalidade”, a burguesia industrial, não conseguiria promover o desenvolvimento econômico do país. Os empresários não teriam conseguido superar suas ligações com um modo patrimonialista e antiquado de gerir suas empresas, sendo necessária uma mudança. Na pesquisa desenvolvida em *Empresário Industrial*, Cardoso teria identificado à forma de pensar dos empresários brasileiros constatando que, para que houvesse essa mudança, a solução deveria ser a associação com as empresas estrangeiras (que tinham um modelo de administração moderno), haja vista que aquelas que eram controladas pelo padrão doméstico de administração estariam fadadas a ruína ou marginalização. Nem sempre os filhos dos empresários teriam condições para levar adiante os negócios da família e se não houvesse a contratação de pessoa competente para fazê-lo, a falência seria inevitável.

Cardoso concluiu que, para se afirmar como classe dominante politicamente e continuar a expansão econômica, a burguesia industrial se via forçada a romper os laços com os grupos de dominação tradicional, mas concomitantemente se considerou “embaraçada com os únicos aliados com que pode contar em situações-limite: as forças urbanas e populares”. Assim, dá dois passos à frente e volta um atrás, recua “um pouco no presente para não perder tudo no futuro”. (CARDOSO, 1972, p. 197). Entretanto,

as decisões fundamentais não dependerão apenas da burguesia industrial que, parece, optou pela ‘ordem’, isto é, por abdicar de uma vez por todas de tentar a hegemonia plena da sociedade, satisfeita já com a condição de sócio-menor do capitalismo ocidental e de guarda avançada da agricultura que muito lentamente se capitaliza. (CARDOSO, 1972, p. 198).

Sobre as conclusões de Cardoso, Jaguaribe sentencia:

A meu ver, para ser esclarecido, esse problema exigiria um esforço empírico muito maior do que o que se fez, e que consistiria uma nova pesquisa, nas condições de hoje, por exemplo, em que os conflitos entre os setores nacionais da burguesia e os setores vinculados às multinacionais já se fazem novamente sentir. Creio que assim seria possível detectar posições distintas daquelas referidas por Fernando Henrique Cardoso em 1965. (JAGUARIBE, 2005, p. 40).

José Carlos Reis afirma que a “pesquisa sobre o industrial brasileiro e a conclusão a que chegou terá uma grande consequência sobre o seu pensamento acerca do Brasil e da América Latina”. É com base nas conclusões desta pesquisa que desenvolverá as teses de “*seu Dependência e desenvolvimento na América Latina*”. Ele assegura que “F.H. Cardoso perderá esses escrúpulos populares e nacionalistas e assumirá o projeto burguês, com o seu pragmatismo sem grandezas” (REIS, 2007, p. 249). Na conclusão de sua tese Cardoso assegura que

resta verificar qual será a reação das massas urbanas e dos grupos populares e qual será a capacidade de organização e decisão de que serão capazes para levar adiante a modernização política e o processo de desenvolvimento econômico do país. No limite, a pergunta será então: subcapitalismo ou socialismo? (CARDOSO, 1972, p. 198).

A obra analisada a seguir trará a resposta ao questionamento do autor.

1.3 – O caminho para o desenvolvimento brasileiro com vistas a um capitalismo dependente-associado.

“Eu cheguei aqui, meu Deus, e eles estavam em pleno guevarismo... E toda a minha experiência latino-americana não apontava para o guevarismo. Nem o meu livro” (CARDOSO *apud* LEONI, 1997, p. 145).

A “teoria da dependência”³⁴, de Fernando Henrique Cardoso, desenvolvida em seu livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (2010) – em coautoria com Enzo Faletto e publicado pela primeira vez em 1968 – já foi objeto de análises acadêmicas e políticas. Esse “ensaio” foi escrito “sob a forma de relatório, a ser encaminhado a Raúl Prebisch” e, “as versões iniciais foram feitas, provavelmente, em 1965, mas o texto só tomou forma a partir de 1966” (CARDOSO, 2010, p. 7).

A tese desenvolvida por Cardoso e Falleto, nesse livro, é a de que era possível haver desenvolvimento com dependência, e de que esse desenvolvimento ocorreria com a associação da burguesia brasileira ao capital internacional.

Cardoso escreve esse livro com uma terminologia marxista e isso acabou sendo um dos pontos mais polêmicos da obra. Tratava-se de identificar se ele seria um intelectual de uma perspectiva política no campo da esquerda e também se a sua perspectiva teórica era, de fato, marxista. Alguns trabalhos acadêmicos tentaram demonstrar que, na obra do autor, apesar de usar a terminologia marxista, sua convicção era weberiana. Uma possibilidade era tentar demonstrar que o sociólogo recorreria, muitas vezes, para classificar seus objetos de estudo, aos tipos ideais. Assim sendo, o novo prefácio de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* é de extrema importância. Cardoso vem definitivamente (acredita-se), elucidar esta questão assegurando que,

Para que esses mesmos críticos não nos jogassem, como diziam “ao lixo da história” (meu Deus, quanta barbaridade! Tratar os clássicos desta maneira), na vala comum do método funcionalista ou do “weberianismo” dos tipos ideais, tínhamos que reafirmar nossa visão como sendo dialética, histórico estrutural. O prefácio a 1ª edição em inglês deste livro, de 1979, contém uma complicada (e, aos olhos de hoje desnecessária) explicitação do método utilizado. Quem reler aquele texto verá que voltamos à Introdução do livro sobre Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional, e, que o resgate do marxismo de sua versão vulgar se fez saturando os conceitos de historicidade. (CARDOSO, 2010, p. 9-10).

³⁴ O termo está entre aspas, pois Cardoso afirma que não fez a teoria. Segundo ele “nunca me interessei em produzir ‘teoria pura’”. Ele afirma que “[...] quando começaram a dizer que havia uma teoria da dependência, eu protestei. Não existe a teoria da dependência, existe a teoria do capital. A dependência é uma noção, porque teoria implica que o objeto seja um modo de produção específico, que tenha regras próprias, e a dependência não é isso” (CARDOSO, 2008, p. 16).

Ainda em tal prefácio, Cardoso afirmou que “ligado vagamente, pela força das coisas, a esta tradição “neomarxista”, ou que nome se queira dar, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* surfou nas ondas do sucesso acadêmico”. Para ele, o fato de o livro, que foi escrito originalmente em espanhol, ter mais de 30 edições pela Editora Siglo XXI e continuar sendo publicado – bem como traduzido para diversas línguas, entre elas português, inglês, francês, italiano, romeno, chinês, russo, entre outras –, mostra a sua relevância. Alega ainda que não sabe “se foi lido, mas, foi difundido e catalogado entre os congêneres já citados, que sustentavam ponto de vista bem distinto dos nossos” (CARDOSO, 2010, p. 10). Sobre a atualidade desse ensaio de interpretação sociológica, esclarece:

ousou dizer, ele inova. Inova, e digo isso o tendo relido agora, quarenta anos depois de sua escrita, porque quebra o simplismo de considerar todas as situações de dependência iguais e submetidas mecanicamente à “lógica do capital” e porque, ao descrever o que chamamos de “a nova dependência”, fez uma das primeiras caracterizações do que se designa hoje “globalização” (CARDOSO, 2010, p. 10).

Com relação à importância da obra, FHC deduziu que apontou “razões suficientes para justificar, tantos anos depois do lançamento de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, uma edição mais cuidada, como esta da *Civilização Brasileira*”. Considera que, “se o escrevesse hoje, acrescentaria algo, tentaria aprofundá-lo, teria de torná-lo mais atual, considerando a evolução histórica, mas não o mudaria essencialmente” (CARDOSO, 2010, p. 12).

Por quais motivos *Dependência e desenvolvimento* seria ainda atual e porque teria sobrevivido? “Possivelmente porque – além de ter entrado em onda com a moda (mas toda a moda é ocasional) – ele oferece uma visão sintética de uma região diversificada, mas com pontos de identidade entre os vários países, e porque, ousou dizer, ele inova” (CARDOSO, 2010, p. 10).

As teses abordadas em *Dependência e desenvolvimento* já estavam presentes em suas pesquisas anteriores. Nas palavras do autor: “as idéias iniciais sobre as quais este ensaio se baseou, derivaram da confluência de antigas preocupações minhas desde quando escrevi, ao final dos anos cinquenta e início dos sessenta, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*” – sua tese de doutorado, “e, mais tarde, em 1962-63, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*” – sua tese de livre docência (CARDOSO, 2010, p. 7).

A “teoria da dependência” de Cardoso³⁵, sinteticamente descrevendo, afirmaria que o Brasil, por não ter uma burguesia nacional, poderia se desenvolver economicamente por meio de uma parceria com o capital estrangeiro, chamada de dependência associada pelo autor.

A questão da não existência de uma burguesia nacional vem do resultado de sua tese em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. Segundo ele “a burguesia brasileira não vai ter o papel que teve a burguesia francesa, é outra coisa, ela não se percebe como classe dominante” (CARDOSO, 2008, p. 14).

No período em que Cardoso começou a pensar a questão da dependência, a Cepal, juntamente com os teóricos Raúl Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto, dentre outros, colocou acento no progresso técnico, com o objetivo de aumentar a produtividade. Já na questão da industrialização – como pressuposto para se escapar “da lei de bronze”, que consistia na perda constante de valor dos produtos agrários e minerais exportados em comparação com os preços dos bens manufaturados e equipamentos importados – o Estado seria o agente principal para acelerar a acumulação de capitais. Desta forma, apesar da questão “nacionalista” de tal pensamento, é possível também contemporizar o investimento estrangeiro. No entanto, o Estado é quem deveria planejar e executar as metas de crescimento e criar condições para o desenvolvimento econômico do país.

Para Cardoso, também havia uma outra análise sobre o Brasil que era propagada nas universidades e movimentos políticos e que disseminava a ideia de que as economias subdesenvolvidas, ou seja, periféricas, somente cresceriam se ocorresse uma transformação radical nas sociedades e nos sistemas econômicos. Nesta visão, a vitória do socialismo, tendo como base a intensificação do nacionalismo “terceiro-mundista”, romperia com os laços de dependência colonial e de submissão ao imperialismo. Quando se refere às teses que apontam como solução para a dependência o socialismo, Cardoso se remete, quase sempre, a corrente da teoria marxista da dependência.

Em ambas visões, reflete Cardoso, existia algo que se poderia classificar como “economicismo” ou como “voluntarismo político”. Entretanto, após o Golpe Militar de 1964, no Brasil, o pensamento progressista, (com certa razão – afirma Cardoso), via as artimanhas dos Estados Unidos da América e por isso acreditava que a estagnação era inevitável se não acontecesse algum tipo de revolução.

FHC afirma que seu ensaio teve o intuito de mostrar que os distintos modos econômicos – economias dos países periféricos e dos países desenvolvidos – criavam “teias

³⁵ Apesar da co-autoria de Faletto, trataremos a partir de agora como de Cardoso.

de relações políticas e de interesse”, e que a união dos dois tipos de economia, “desenvolvidas e subdesenvolvidas”, moldavam formas diferentes de desenvolvimentos político e social em cada país da América Latina. Entretanto, na época a palavra dependência tinha um caráter mágico, e, em vez de as pessoas lerem o livro “nos termos acima”, a leitura foi feita no contexto de outros trabalhos políticos e acadêmicos, os quais insistiam a noção de dependência como um sinônimo da relação entre os países periféricos e os de economia de centro, como se a dinâmica das sociedades dependentes fossem determinadas tão somente pelos interesses e objetivos dos países dominantes, especificamente do imperialismo estadunidense. Assim sendo, nesse período, alega Cardoso, “tudo ou quase tudo” se interpretava como uma consequência da “lógica do capital” monopolista ou das determinações dos governos imperialistas. Também ressalta que ele e Faletto tentaram convencer seus leitores de que não partilhavam deste simplismo, ou seja, não acreditavam na “moda que era vigente”. Mas, por outro lado, para que não deixassem de serem lidos, ou fossem jogados ao “lixo da história”, tinham que reafirmar a visão dialética de *Desenvolvimento e dependência na América Latina*.

No entanto, Fernando Henrique Cardoso afirma que seu esforço em tentar demonstrar as distinções de sua análise, fora – em primeiro momento – em vão, pois as obras escritas à época tais como “o livro do Debray sobre a guerrilha e o castrismo e os textos do Che Guevara”, encontravam consonância com os debates ocorridos na Cepal e que com isso “tiveram um peso avassalador e influenciaram a leitura que se fez do meu livro com Faletto” (CARDOSO, 2010, p. 9-10).

Portanto, houve “uma leitura errada, que não entendeu o sentido que dávamos à noção de desenvolvimento associado (entre o centro e a periferia)”, o que se fazia era dar “ênfase na ideia de dependência, como uma relação de dependência impeditiva do desenvolvimento” (CARDOSO, 2008, p. 16).

Além do livro de Debray e dos textos de Guevara, outros como: *As veias abertas da América Latina* de Eduardo Galeano; o livro sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento de Gunder Frank: *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*; e ainda com as publicações de *Dialética da Dependência* de Ruy Mauro Marini, *O novo caráter da Dependência* de Theotonio dos Santos, e tantos outros que consolidaram a “escola desenvolvimentista”, acabaram, nas palavras de Cardoso (2010), engolindo-os.³⁶

³⁶ Isto é contraditório principalmente quando se fala de Brasil. Durante o período do Golpe Militar as obras citadas tiveram pouca inserção no país.

Alain Touraine, em uma entrevista fornecida à Brigitte Hersant Leoni para o livro *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*, fala da importância de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Para ele,

O livro deles sobre a teoria da dependência é extremamente importante, pois rejeita uma teoria extrema da dependência para a qual um país dependente é um país que não possui dinâmica social interna própria, que não é independente, e que por isso mesmo nada pode fazer. A única coisa que pode fazer é romper esse elo de dependência, isto é, fazer o que propõem Che Guevara ou Régis Debray. Enzo Faletto e Fernando Henrique se colocaram numa posição intermediária. Eles disseram: é preciso fazer uma análise em termos de classes sociais e de grupos de interesse. É preciso fazer uma análise de dependência externa e de integração nacional. É isso o que explica a importância do livro deles, porque se você diz que tudo é dependente, você está dentro da lógica dos sistemas, e deixa então um espaço para o político. Fernando Henrique e Faletto deixam um espaço para o político, enquanto os outros propõem a revolução, ou seja, matar ou morrer. (TOURAINÉ *apud* LEONI, 1997, p. 127-128).

Cardoso diz que quando escreveu “sobre desenvolvimento e dependência”, estaria

polemizando para dentro e para fora da Cepal. Para fora, com as teorias comunistas do imperialismo, que eram incorretas para compreender o tipo de associação que se estava estabelecendo entre o centro e a periferia do capitalismo, que pouco tinha a ver com os processos ocorridos no século XIX” (CARDOSO, 2008, p. 16).

Assim, se o debate que fez em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* foi com as teses desenvolvidas pelo Iseb, em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* se daria com as teorias da Cepal.

Alguns teóricos acreditam que foi o impacto da Revolução Cubana (1959) na América Latina, que influenciou um debate mais aprofundado sobre a questão da dependência. Segundo Sorj, “Nas ciências sociais a nova geração intelectual influenciada pelo impacto da revolução cubana estabeleceu um duplo debate: com os partidos comunistas, por um lado, e com o pensamento da Cepal, por outro”. (SORJ, 2001, p. 22). Entretanto, Cardoso não partilhava da opinião dos outros dependentistas, para ele havia um extremismo. Desta forma, seria necessária uma alternativa para responder a sua pergunta: subcapitalismo ou socialismo? Bernardo Sorj também compartilha da ideia de Cardoso, para ele “a noção de dependência foi uma espécie de campo intelectual comum à intelectualidade latino-americana dos anos 60 e

início dos anos 70, campo que adquiriu diversos significados, na maioria dos casos bastante imprecisos”, e assegura que “neste debate, foi central o livro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, escrito numa primeira versão em 1965 e na versão final em 1966-67” (SORJ, 2001, p. 23).

Para Cardoso, declarar que o Brasil não se desenvolveria dentro de uma perspectiva capitalista era ir contra as interpretações de Marx, pois no capitalismo existe desenvolvimento – desigual, mas existe. A perspectiva de uma estagnação definitiva dos analistas da Cepal confluía para soluções que eram radicais na visão do autor. A solução radical seria: subcapitalismo ou socialismo? Para derrubar esta radicalização seria imperioso demonstrar que havia possibilidade de desenvolvimento no Brasil na perspectiva capitalista. Esta perspectiva seguia uma lógica que encontrava o apoio das classes dominantes, mas, que não fora interpretada de maneira positiva por diversos intelectuais brasileiros. Deve-se levar em conta que parte dos pensadores apontados por Cardoso como “os mais lidos” à época que escreveu *Desenvolvimento e Dependência* – Guevara, Galeano, entre outros – eram pensadores com perspectiva política e acadêmica de esquerda e, alguns deles, marxista. Assim, o motivo dessa interpretação equivocada por parte de quem fez a leitura da obra, num primeiro momento, poderia ter se dado por dois motivos: 1) ou por não ter sido entendido, como afirma; 2) ou o contrário, por entenderem que houve uma ruptura no pensamento de esquerda do autor que estava inserido nos grupo de estudos do *Capital*. Ainda hoje, esta polêmica persiste – uma gama de intelectuais defende que existe uma ruptura no pensamento do autor, entretanto, há quem também acredite que não houve ruptura, mas que Cardoso esteve sempre, de alguma forma, ligado aos interesses das classes dominantes.

Para Fernando Henrique Cardoso, pensar na possibilidade de uma reprodução da Revolução Cubana no Brasil era absurda, bem como qualquer ideia que apontasse para uma cisão com o capitalismo. Cardoso não rompeu com a burguesia, sempre teve planos para esta classe assim como Jaguaribe, mas, ao invés de pensar em uma “burguesia nacional”, pensava em uma burguesia que, associando-se ao capital estrangeiro – que já se encontrava consolidado –, teria condições de se desenvolver de forma “segura” e “moderna”.

Também com a intenção de desenvolver ideias diferenciadas das produzidas no Iseb, em maio de 1969, Cardoso, em conjunto com outros intelectuais, criaram o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)³⁷ — que, tinha missão anti-isebiana. O Centro tinha

³⁷ “o Cebrap foi fundado em 3 de maio de 1969. Na ata de constituição 27 pessoas constavam como fundadoras do instituto que, sob a presidência de Cândido Procópio Ferreira Camargo, começou a funcionar numa casa da rua da Bahia, em São Paulo” (SORJ, 2001, p. 31).

como objetivo se tornar referência de análise científica distinguindo-se do Iseb, que seria uma “fábrica de ideologias”³⁸.

Cardoso assegura: “tomei, junto com outros professores da USP, a decisão de fundar o Cebrap. Procurei o pessoal da Fundação Ford, porque eu me havia familiarizado com esse mundo das fundações enquanto estive na Cepal”, mas, essa ação se tornou polêmica. Ele assegura que “foi uma decisão difícil procurar a Fundação Ford, que era representada no Brasil por uma pessoa de coragem, que se tornou um amigo, o Peter Bell. O Florestan era contra, o Otavio Ianni era contra, pois, afinal, era dinheiro americano, do imperialismo” (CARDOSO, 2008, p. 19).

A sua perspectiva como intelectual da USP, era se diferenciar, e isso não se dava apenas por buscar abordar suas teses com “base científica”, mas, principalmente, porque procurou ao longo de sua vida acadêmica manter uma “distância” de seus colegas de esquerda, pois não compartilhava tal pensamento. Cardoso acreditava que os colegas que pensavam perspectivas e soluções para o Brasil, seja do ponto de vista da economia, sociologia ou política, acabavam tendo na revolução de cunho socialista a solução para os problemas brasileiros, e, em sua concepção, a solução estaria em “outra alternativa”. A alternativa encontrada por FHC era a da “dependência associada”.

Segundo Fernando Pedreira,

Fernando Henrique talvez tenha tido mais dificuldade do que qualquer um de nós para se libertar da esquerda, pois continuou a frequentar um meio, a universidade, em que a esquerda era muito presente. Mas de qualquer maneira ele nunca foi um esquerdista sério. (PEDREIRA *apud* LEONI, 1997, p. 78).

Para Bento Prado Junior:

Seria ele desde essa época mais um homem de centro do que um marxista? Sua sensibilidade de esquerda não pode ser posta em dúvida, mas ele já está à direita da esquerda, é um moderado, não é nem um revolucionário nem um radical. É uma pessoa que acredita no diálogo e no compromisso. É um intelectual de esquerda que tem uma vantagem considerável sobre muitos outros ideólogos, por ser capaz de se fazer ouvir e entender pela direita. (PRADO JUNIOR *apud* LEONI, 1997, p. 101).

³⁸ Para uma análise sobre o assunto ver *ISEB, fábrica de ideologias* de Caio Navarro de Toledo (1982).

Como um intelectual que teria partilhado de ideias de esquerda, mas que conseguia dialogar politicamente com ideólogos de direita, Cardoso teria encontrado uma alternativa, dentro de seus ideais acadêmicos para o problema da dependência. Ele relembra: “nos anos 60, muitos pensavam de maneira bastante simplista, que a única alternativa para os países latino-americanos era o socialismo, que a revolução era iminente, e que não havia possibilidades de desenvolvimento capitalista para os países de Terceiro Mundo” (CARDOSO *in* LEONI, 1997, p. 122). Porém, ele não pensava assim e, buscando alternativas começou a discutir o assunto com o sociólogo chileno Enzo Falleto. Falleto era um “leitor de Weber, e que tinha grande conhecimento da América Latina”. Foi destas conversas que “nasceu o livro sobre a teoria da dependência”. Nesta época, Fernando Henrique trabalhava com José Medina Echevarria e, segundo ele “como eu era um pouco weberiano, e ele totalmente”, aqui fala de Echevarria, “gostou de ver alguém da América Latina que não fosse marxista puro”. (CARDOSO *apud* LEONI, 1997, p. 122 e 126).

A solução encontrada para se opor às teorias da Cepal e dar uma alternativa ao pensamento revolucionário foi a de pensar a dependência não apenas do prisma econômico, mas de um pensamento integrado. Em suas palavras,

não é suficiente substituir a interpretação “econômica” do desenvolvimento por uma análise “sociológica”. Falta uma análise integrada que forneça elementos para dar resposta de forma mais ampla e matizada às questões gerais sobre as possibilidades do desenvolvimento e estagnação dos países latino-americanos, [só assim seria possível responder] às perguntas decisivas sobre seu sentido e suas condições políticas e sociais. (CARDOSO, 2010, p. 24).

Como resultado de sua reflexão e em resposta a esta pergunta, sua explicação é a de que a evolução dos países dependentes não é

um problema de relações externas, mas decorre das estruturas internas criadas por um desenvolvimento tardio. A contribuição dos sociólogos vai ter uma importância considerável, pois eles vão encarar o problema como um problema da sociedade, um fenômeno que é preciso estudar dentro de estruturas sociais particulares. (FURTADO *apud* LEONI, 1997, p. 125).

Em afinação com o resultado de suas análises – de que não existe uma burguesia nacional – um projeto nacional-desenvolvimentista não seria a resposta aos problemas brasileiros. Para Cardoso, a experiência política brasileira dos anos 1950, pautadas no

“populismo” e no “nacionalismo”, já tinha mostrado sua ineficiência e limites. Ele acredita que a proposta nacional-desenvolvimentista poderia até funcionar, entretanto, a longo prazo não se sustentaria, pois não estaria de acordo com a evolução do processo do capital.

Roberta Traspadini analisa o pensamento de Cardoso e contextualiza que, para o sociólogo, o

desenvolvimento dependente e associado seria a única alternativa para que estas economias conseguissem obter ganhos no comércio internacional, uma vez que a internacionalização das economias e a tendência à unificação dos mercados tornar-se-ia um pressuposto fundamental da nova perspectiva imperialista. Ao invés de lutar contra a atual ordem mundial, tornar-se-ia condição *sine qua non* juntar-se a ela para que se consiga conciliar as crises e os ganhos mundiais com as vantagens competitivas que as empresas pretendem adquirir internamente. (TRASPADINI, 1999, p. 70).

Para Fernando Henrique, não há como pensar em desenvolvimento se esse não estiver relacionado às tendências mundiais. Assim sendo, ocorre um erro quando se pensa em desenvolvimento para dentro, o que seria fruto da perspectiva nacionalista, tendo em vista que esta é contrária à internacionalização da economia e, em vez da opção pela associação com o capital internacional, priorizaria tal forma de desenvolvimento.

Para Traspadini, a análise de Cardoso “não alcança, em sua plenitude, a discussão do nível econômico bem como de seus conflitos inerentes”. Logo “ao fazer uma análise limitada economicamente, constatamos que para ele a questão da distribuição de renda não era um obstáculo ao processo de desenvolvimento. O problema estaria centrado na fragilidade político-social das economias latino-americanas” (TRASPADINI, 1999, p. 74).

Ao longo da obra de Cardoso, foi possível perceber que não houve intenção de abordar o resultado econômico de suas teses para a classe trabalhadora, ele ressalta em alguns momentos as lutas de classes, mas o cerne do livro consiste em levantar os obstáculos existentes para o desenvolvimento dependente. Também era necessário deixar claro que não estaria no capital internacional a responsabilidade pela estagnação ou pelo atraso do desenvolvimento nas sociedades periféricas. Assim, realizou-se a análise do processo de desenvolvimento para dentro e para fora, economia de enclave e ruptura do pacto-colonial. Foram mostradas as diferenças entre a evolução do capitalismo no Brasil, na Argentina, no Uruguai, na Venezuela, no México, entre outros países latino-americanos, para se contrapor às análises da Cepal, as quais, segundo Cardoso, não observara as especificidades de cada país, abarcando a situação de dependência de forma homogênea a todos. Portanto,

“acreditando nas limitações cepalinas tanto no diagnóstico quanto ao próprio enfoque, Cardoso estrutura seu livro com o intuito de mostrar o porquê de todas estas fragilidades na análise dessa corrente de pensamento”. Desta forma, “apoiado no processo de industrialização ocorrido na economia brasileira e demais economias a partir dos anos 50, Cardoso pretende mostrar as contradições dos teóricos do desenvolvimento autônomo” (TRASPADINI, 1999, p. 75). Mas,

se por um lado, Cardoso avançou metodologicamente, como salientam alguns teóricos desenvolvimentistas, ao não responsabilizar o setor externo pelo atraso das economias latino-americanas em comparação com os estruturalistas, dado que não visualizava como antinômica a dicotomia “desenvolvimento nacional – dependência”, devemos, por outro lado, nos perguntar que tipo de desenvolvimento almeja essa nova linha de pensamento. Este questionamento faz sentido porque Cardoso não leva em consideração duas questões fundamentais: a tendência inexorável à concentração de renda e à forma de atuação das grandes corporações, a partir do processo de internacionalização da economia, elementos suficientes para configurar o desenvolvimento latino-americano e brasileiro como excludentes para grande parcela da população. (TRASPADINI, 1999, p. 77).

De fato, como já mencionado, não foi objetivo de Cardoso entrar por estas reflexões nem na obra aqui apontada ou quando buscou aplicar a teoria à prática em seus mandatos na Presidência da República³⁹. O seu objetivo sempre foi muito claro: mostrar que era possível o país se desenvolver economicamente mesmo sendo dependente. Todavia esta dependência esteve sempre vinculada aos interesses dos países de centro, em especial com os EUA.

Cardoso, de algum modo, estaria em consenso com o pensamento liberal brasileiro que entendia “que a industrialização do Brasil deveria ser um processo mais lento, com limitada intervenção estatal, com limites claros a qualquer tipo de democracia e que deveríamos nos vincular estreitamente aos interesses geo-estratégicos dos EUA” (DEL ROIO, 2006, p. 12). Assim foi na teoria, assim se mostrou na prática.

Para quem ainda acreditava que Cardoso era um homem de esquerda, houve um certo espanto na sua atuação como Presidente, como numa nova avaliação daquilo que escrevera como sociólogo. Nos depoimentos colhidos por Brigitte Leoni, entre outubro de 1994 e julho de 1996, para ser publicado no livro *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*, o sociólogo afirmou que um de seus tantos objetivos com *Dependência e desenvolvimento* era

³⁹ O autor, quando se tornou Presidente da República buscou incorporar a teoria à prática? São muitos os estudos que se seguiram para analisar as distinções ou aproximações entre o “Político e o Sociólogo”. Sobre os governos de FHC indicamos, entre outras, a leitura de Anderson Deo: *A consolidação da social democracia no Brasil: forma tardia de dominação burguesa nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial*, defendida em abril de 2011, no programa de pós graduação em Ciências Sociais da UNESP/Marília.

“abrir o espírito contra a visão comunista populista e contra a visão cepalina”. (CARDOSO *apud* LEONI, 1997, p. 130).

Para Roberto Schwarz,

o que Fernando Henrique vai dizer é muito importante, pois mais uma vez será o diálogo com a esquerda, para esquerda. Se o livro tivesse sido escrito por alguém vindo da direita, não teria tido o mesmo impacto, pois a esquerda não teria dado ouvidos. É por isso que ele vai conquistar uma certa autoridade no interior da esquerda e se tornar ao mesmo tempo uma espécie de interlocutor da esquerda para a direita. (SCHWARZ *apud* LEONI, 1997, p. 130).

Fernando Henrique Cardoso seria apenas um homem de esquerda que compreende a direita?

Em *Desenvolvimento e dependência na América Latina* o que Cardoso deixou para explicitar no sexto capítulo é fundamental. Com o título “A internacionalização do mercado: o novo caráter da dependência”, o autor legitima sua análise e passa a usar uma nova palavra: “interdependência”, que traz nova significação para os dependentistas segundo Roberta Traspadini, pois

Cardoso já começa a esboçar teoricamente claras evidências de que o conceito de dependência deve dar espaço a uma nova perspectiva, dado que a partir de meados dos anos 40 desenvolve-se uma tendência a um espaço unificado nas relações econômicas internacionais, pressupondo um certo tipo de (inter)dependência. (TRASPADINI, 1999, p. 71).

Assim, até o seu ensaio, a maioria das teses desenvolvida sobre a dependência latino-americana eram de caráter econômico, desenvolvidas principalmente por intelectuais da Cepal. Na perspectiva de Cardoso, o grande fracasso de parte destas teses era o de pensar no desenvolvimento para dentro, ou seja, um desenvolvimento nacionalista como solução para a dependência. Nesta corrente, imputando ao capital estrangeiro a responsabilidade pela estagnação econômica e situação de subdesenvolvimento latino americano. O que levaria a perspectivas radicais: socialismo ou fascismo?

Para Leoni, “a originalidade de Fernando Henrique Cardoso e de Enzo Faletto estará em dizer que a estagnação econômica não conduz sistematicamente ao socialismo, e que pode existir um desenvolvimento dependente”, ou seja, eles “ousarão dizer que a internacionalização dos mercados pode oferecer uma saída para o desenvolvimento de um

país como o Brasil.” (LEONI, 1997, p. 127). Nesta perspectiva, “*Dependência e desenvolvimento na América Latina*, [...] vai se tornar, a partir de sua publicação em 1969, um verdadeiro *best seller*. Isto porque ousa questionar o que a esquerda tradicional afirmava. O livro irá desencadear uma verdadeira polêmica no interior da esquerda e suscitar um novo debate” (LEONI, 1997, p. 129).

Esse debate se daria em torno da concepção de desenvolvimento apontada por Cardoso, não mais de “estagnação econômica”. As premissas adotadas pelos demais dependentistas seriam deixadas de lado posto que haveria uma solução para a situação de dependência. Não era necessário a radicalidade. Essa já teria sido freada com o Golpe Militar de 1964, as possibilidades, portanto, eram outras. O Brasil iria se desenvolver com associação ao capital internacional e acabaria assim, definitivamente, com a ameaça vermelha, com o “malfadado” comunismo.

Assim sendo, se *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* se tornou um *best seller* nas Ciências Sociais e demais áreas do conhecimento, *Dialética da Dependência* de Ruy Mauro Marini não teve a mesma sorte. A divulgação do livro no Brasil foi quase inexistente, e a polêmica maior em torno da obra foi a crítica de Fernando Henrique Cardoso e José Serra à obra. Cardoso alega que “não há superexploração imperialista na relação de dependência” como supõe Marini, pois, “a exploração capitalista se baseia na exploração da mais-valia relativa e no aumento da produtividade”. Deste modo, “não há desenvolvimento do subdesenvolvimento, mas dependência & desenvolvimento capitalista”.

Quem seriam os beneficiários dessa associação? “As empresas estatais, as multinacionais e as empresas locais, são elas os agentes do desenvolvimento dependente e associado”. Se restavam dúvidas sobre como conciliar dependência e industrialização, posto que para alguns autores a dependência presumia que o Brasil não se industrializaria, Cardoso esclarece: “dependência & desenvolvimento são processos contraditórios e correlatos, que se reproduzem, se modificam e se ampliam. A expansão capitalista na América Latina não produz miséria”. Para a massa trabalhadora, a resposta seria a seguinte: “o desemprego é um flagelo também no centro”. É assim que se pauta a diferença ou a novidade na teoria da dependência de Cardoso: “o desenvolvimento pela industrialização sob o controle das multinacionais, e não por uma luta nacional contra elas. Apesar de continuar a haver dependência tecnológica e financeira, há desenvolvimento” (REIS, 2007, p. 251-252).

Isto posto, entende-se que o autor está correto em afirmar que existe uma linha de raciocínio coerente e fluída desde os tempos de sua tese de Doutorado, ou seja, quando

escreveu *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional* até chegar às teses que compõem *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Cardoso pensa nos entraves históricos para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e avalia quais seriam as soluções para o problema. A escravidão era um entrave? Então, era fundamental superar esse problema. A forma como a burguesia industrial brasileira se punha seria um impedimento para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil? De alguma maneira, sim. Assim, associar-se à burguesia internacional seria uma solução. Deste modo, avaliando os conceitos das obras, observou-se que as respostas dadas aos problemas brasileiros foi, de fato, uma explicação alternativa.

Nesta mesma perspectiva da teoria da dependência, será avaliado o pensamento de Ruy Mauro Marini, buscando entender o que o autor analisa sobre esse momento brasileiro e o debate existente, atualmente, nas Ciências Sociais das suas obras.

CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 2

RUY MAURO MARINI E A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

2.1 – A categoria superexploração do trabalho e sua atualidade nas Ciências Sociais

Lançado à circulação, meu ensaio provocou reações imediatas. A primeira crítica veio de Fernando Henrique Cardoso, em comunicação feita ao Congresso Latino-Americano de Sociologia, que se realizou em Santiago, em 1972, e publicada na Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales. Defendendo com zelo a posição que conquistara nas ciências sociais latino-americanas, e que ele acreditava, ao parecer, ameaçada pela divulgação do meu texto, e referindo-se ainda ao artigo que saíra em Sociedad y Desarrollo, que não incluía a análise do processo de industrialização, a crítica de Cardoso inaugurou a série de deturpações e mal-entendidos que se desenvolveu em torno do meu ensaio, confundindo superexploração do trabalho com mais-valia absoluta e me atribuindo a falsa tese de que o desenvolvimento capitalista latino-americano exclui o aumento da produtividade. Respondi a estes equívocos no post-scriptum que – com o título de En torno a Dialéctica de la Dependencia – escrevi para a edição mexicana de 1973. (MARINI, 2007b, p. 91-92).

A discussão sobre a questão da dependência latino americana não é nova, nem tampouco começou a partir dos anos 1960, nesse período, ela se intensificou. Em seu artigo “Nacionalitarismo, anti-imperialismo e democracia: um desafio teórico-prático que se repõe para o marxismo no século XXI”, Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, nos traz alguns elementos que retrocedem as discussões pautadas nos anos 1960-1970, assegurando ser necessário entender a condição nas quais determinados países se classificariam. Assim, seria de extrema importância para apontar uma proposta correta rumo a superação de determinados problemas, distinguir quais eram as situações inerentes a determinadas localidades. Os conceitos abordados e dos quais não se chegava a uma determinante eram a falta de distinção entre as tríades “coloniais”, “semicoloniais” e “dependentes”. E, seria

constante o deslizamento do segundo termo em direção ao primeiro ou ao terceiro, o que [acabava] contribuindo para o obscurecimento de uma importante particularidade destacada nas teses leninianas: a diferença qualitativa produzida pela formações sociais estatais nacionais dependentes. (ALMEIDA, 2012, p. 117).

Foram a partir do V e VI Congressos da Internacional Comunista que esta questão teve mais ênfase. Contudo, Lúcio Flávio de Almeida destaca que o último foi alvo de “forte ataque de Caio Prado Jr em *A Revolução Brasileira*.”. Sendo que, “uma das críticas de Caio Prado dirige-se precisamente à ignorância, no Programa do Congresso, das ‘diferenças profundas’ entre ‘os países asiáticos – ‘coloniais’ e ‘semicoloniais’ na nomenclatura consagrada – e os países ‘dependentes’ da América Latina”. (PRADO JR, 1965, p. 47 *apud* ALMEIDA, 2012, p. 117).

Apesar da consistência de algumas críticas de Prado Junior ao Programa do VI Congresso da Internacional Comunista, Almeida aponta que no item 3 do programa é feita a distinção entre a tríade “coloniais”, “semicolônias” e “dependentes”:

- 1) Países de capitalismo de tipo superior: EUA, Alemanha, Inglaterra, etc (p.286-7);
- 2) Países de um nível médio de desenvolvimento de capitalismo: Espanha, Portugal, Polônia, Hungria, países balcânicos, etc (p. 287);
- 3) Países coloniais e semicoloniais (China, Índia, etc) e os países dependentes (Argentina, Brasil etc). É aí (p. 287) que se misturam questões em poucas frases, mas também é aí que Caio Prado Jr, detecta a confusão sem explicitar que a referida distinção é pelo menos mencionada.
- 4) Países ainda mais atrasados. (ALMEIDA, 2012, p. 118).

Almeida, também esclarece que em *A Revolução Brasileira*, Caio Prado Junior “dirige-se muito mais contra a tese da existência de um feudalismo no Brasil do que a uma análise das teses e do programa da VI I.C” (ALMEIDA, 2012, p. 118, nota de rodapé nº3).

Os esclarecimentos que Almeida nos apresenta são importantíssimos para contextualizar historicamente que o debate acerca da questão da dependência latino-americana não se deu apenas na Cepal (que foi criada tão somente em 1948). As discussões são bem anteriores, o que ocorreu, a partir dos anos 1960 foi uma intensificação dos estudos sobre a questão da dependência latino-americana, bem como, possíveis propostas para resolução do problema. Foi também, nesse período que foram criadas diversas categorias das quais elencaremos, neste momento, as duas mais importantes na obra de Marini: superexploração do trabalho e subimperialismo.

Em Dialéctica de la dependência, publicado em 1973 pela editora mexicana Era, Marini apresenta suas ideias sobre a teoria da dependência. Aqui, como o título já demonstra, seu intuito é debater a questão da dialética da dependência na América Latina, assegurando que: “minha relutância em publicar *Dialéctica de la dependência* devia-se à consciência que eu tinha de que o texto era insuficiente para dar conta do estado das minhas investigações e ao meu desejo de desenvolvê-lo” (MARINI, 2007b, p. 94). No entanto,

essa relutância foi vencida, em parte [...] pela dificuldade que tive de impedir sua difusão e, em parte, porque o avanço do processo chileno me convocava de modo crescente a uma participação mais ativa, obstaculizando minha concentração nas questões teóricas gerais que me preocupavam. A partir de fins de 1971, assumi responsabilidades políticas cada vez maiores, que acabaram por me absorver. (MARINI, 2007b, p. 94).

Entre essas responsabilidades, uma das mais importantes foi sua participação no MIR – *Movimiento de Izquierda Revolucionaria*⁴⁰. Marini, tanto no Brasil quanto no exílio, participou ativamente de movimentos de esquerda. Essa militância revolucionária foi extremamente rica. No entanto, o autor soube, quando necessário, fazer a crítica alguns movimentos e dentre eles à esquerda armada. Embora comente que, de alguma forma, durante a intensificação de suas atividades políticas não pôde se dedicar as práticas acadêmicas.

Sua contribuição à teoria da dependência, é apontada por Almeida Filho da seguinte forma:

nos anos 1970, abre-se uma discussão interna a respeito do caráter da dependência, que terá como consequência uma divisão entre a concepção weberiana de Fernando Henrique Cardoso e a concepção marxista de Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini. A divisão teve repercussão tão importante que parte dos historiadores – Diana Hunt (1989)⁴¹, por exemplo – passa a se referir ao aporte da dependência, denotando acordo apenas parcial dos estudiosos do tema em relação ao objeto de estudo, porém significativas diferenças metodológicas (ALMEIDA FILHO, 2013, p. 11).

⁴⁰ Marini também foi um dos fundadores da POLOP. Theotonio dos Santos relembra: “Ainda muito jovem, Ruy Mauro levantou na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), que fundamos, um conjunto de militantes brasileiros de várias origens em 1961, a polêmica sobre as tendências bonapartistas na política brasileira e identificou a relação entre o populismo e as tendências autoritárias em que deveria desembocar o Estado Brasileiro”. Entrevista completa ver em <http://theoniodossantos.blogspot.com.br/2011/12/site-sobre-ruy-mauro-marini.html>, acessado em 11/04/2013.

⁴¹ Diana Hunt é autora do livro *Economic theories of development: an analysis of competing paradigms*.

Embora essa contribuição de Marini seja particular e significativa, pois sua forma de apresentar os problemas inerentes aos países dependentes se pautasse de um prisma distinto dos demais autores dependentistas no que se refere aos seus apontamentos sobre o subimperialismo e a superexploração do trabalho, seu pensamento não alcançou êxito no Brasil, até recentemente, por diversas razões: a) devido ao golpe militar de 1964 que obrigou Marini a se exilar; b) as derrotas dos movimentos revolucionários na América Latina, no período; c) as estratégias burguesas de redemocratização, com apoio da Fundação Ford, que articularam um “novo consenso ideológico” e a fragmentação das ciências sociais em disciplinas autônomas, tendo como expoente Fernando Henrique Cardoso, que:

foi pioneiro na articulação do papel que a Fundação Ford exerceu no Brasil e na América Latina. O resultado foi a formação de uma comunidade acadêmica liberal, comprometida com a dominação burguesa e subordinada à hegemonia estadunidense, mas que rechaçava a ditadura e, em menor grau, o imperialismo, enquanto formas políticas de exercício do poder. (MARTINS, 2013, p. 15).

Assim, dentro do novo cenário político, econômico e social que o Brasil se encontrava e da correlação de forças, o sociólogo da Universidade de São Paulo, por meio da sua influência, ajudou a obstaculizar o acesso às obras de Marini no Brasil. Este ponto será tratado de maneira mais apurada no próximo capítulo. Além dos motivos do “não-debate”, retrataremos a crítica de Cardoso e Serra a Marini, bem como a réplica de Marini aos seus críticos. Mas, não é demasiado reforçar que, apesar da importância histórica e da contribuição de Marini para as Ciências Sociais brasileiras, sua obra não teve impacto porque sequer foi publicada no Brasil até 1998. Nesse ano, houve a publicação de um dos dois textos inéditos de Marini em língua portuguesa, que viriam a ser editados naquele momento. Um deles foi o da revista *Lutas Sociais* que publicou o artigo “Duas notas sobre o socialismo”⁴². O outro foi a tradução de “Subdesenvolvimento e revolução”, que será referido adiante⁴³. Para Carlos Eduardo Martins o motivo de não ter ocorrido a divulgação do pensamento de Marini teria se dado pois determinada

⁴² MARINI, Ruy Mauro. Duas notas sobre o socialismo. *Lutas Sociais*, São Paulo: Neils PUC/SP, n. 5, 1998, p. 107-123, tradução de Ilse Gomes Silva, Jair Pinheiro e Lúcio Flávio de Almeida.

⁴³ Para maior aprofundamento sobre o assunto ler: PRADO, Fernando; CASTELO, Rodrigo. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. Disponível:

<http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MM2013/Trabalhos/Amc324.pdf>. Acesso em 05 de Outubro de 2013.

comunidade consolidou posições na universidade brasileira e nos meios de comunicação de massa e se opôs à reintegração do enfoque latinoamericanista à cultura política brasileira. A publicação no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), financiado pela Ford, de uma crítica de Cardoso e José Serra à obra de Marini – sem a resposta do autor, durante a vigência da ditadura, censurando o debate ocorrido no México – contribuiu para distorcer a obra de Marini no Brasil. Finalmente, o sucateamento das universidades públicas pela ofensiva neoliberal dificultou a reconstrução de ciência social articulada ao interesse das grandes maiorias. (MARTINS, 2013, p. 15-16).

Entretanto, a partir de 1998 com a publicação dos dois primeiros textos de Marini, e em seguida com a publicação de *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini* em 2000, livro organizado por Emir Sader – atualmente esgotado – se deram os primeiros passos para que fossem recobrados os debates em torno do pensamento do autor. Para Sader dentro das teorias marxistas que falam sobre a dependência foi a de Marini “a que mais influência teve sobre o tema, chegou a merecer um longo artigo de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, publicado na Revista Mexicana de Sociologia (em seu número extraordinário de 1978), que contém também a resposta de Ruy Mauro Marini.⁴⁴” (SADER, 2000, p. 9).

Recentemente o pensamento de Marini voltou a ser estudado, analisado e debatido. Suas teses sobre subimperialismo e a superexploração se tornaram objeto de estudo e de várias dissertações e teses, nos últimos anos, não apenas no México, onde seu pensamento é mais conhecido, mas também no Brasil. Theotônio dos Santos um importante teórico dependentista ressalta a importância do resgate às obras de Marini. Em sua análise, avalia como

extremamente positivo encontrar mais uma tentativa de aprofundar essas incursões teóricas de Ruy Mauro; desta vez, sob a forma de uma Cátedra Ruy Mauro Marini que pretende analisar os problemas do desenvolvimento brasileiro à luz das contribuições de um pensador brasileiro de dimensão e influência internacional. O livro que o leitor terá a oportunidade de ler [*Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*] é um levantamento das questões articuladas pela medula do esforço teórico de Ruy Mauro: a questão da superexploração como fundamento das formações sociais dependentes. Lembre-se inclusive que nos seus estudos mais recentes ele encontra uma tendência à superexploração nos setores de ponta do capitalismo mundial. (SANTOS, 2013, p. 9).

⁴⁴ Retomaremos a esses trabalhos no capítulo três desta dissertação.

Da obra *Dialética da dependência*, uma das categorias mais discutidas nas Ciências Sociais é a de superexploração do trabalho. Os debates em torno do conceito e atualidade das ideias de Marini motivaram, em 2013, diversos pesquisadores a apresentarem suas teses no livro *Desenvolvimento e dependência: Cátedra Ruy Mauro Marini*. O livro possui oito capítulos, sendo seis com as reflexões em torno da categoria de superexploração. Dessa forma, neste momento esse passa a ser o foco neste capítulo.

Marini acreditava que a classe trabalhadora dos países periféricos seria mais explorada, pois se os trabalhadores do centro recebiam um salário necessário para a subsistência, nos países periféricos ou dependentes isso não aconteceria. Como o exército industrial de reserva das periferias tende a ser enorme, e o trabalho realizado não precisa ser conduzido por um especialista, pois os empregos que exigem especialização são realizados em sua maioria nos centros, não seria necessário “cuidar” do trabalhador da economia dependente. Para cada trabalhador dispensado, incapacitado ou em qualquer circunstância do tipo, haveria outro trabalhador pronto para substituí-lo. Algumas características são essenciais para a caracterização da superexploração da força de trabalho que poderá ser verificada em locais em que:

são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos [intensificação do trabalho e prolongação da jornada de trabalho], porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último [expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho], porque lhe é tirada inclusive a possibilidade de consumo estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 2007, p. 156-157).

Para Ruy Mauro Marini a transição ao capitalismo se daria de modo distinto, ou seja: “o sistema misto de servidão e de trabalho assalariado que se estabelece no Brasil, ao se desenvolver a economia de exportação para o mercado mundial, é uma das vias pelas quais a América Latina chega ao capitalismo”. (MARINI, 2007, p. 160). Apesar de não ser o “objetivo estudar [...] as formas econômicas particulares que existiam na América Latina antes que esta ingressasse efetivamente na etapa capitalista de produção” (MARINI, 2007, 161), sabemos que a gênese deste pensamento constituirá e permeará caminhos distintos para os intelectuais que assim compreendem. Pois, partindo de determinado pressuposto sobre a

formação econômica brasileira, Marini se centra na questão de modo totalmente *sui generis*. Marini como Cardoso entendia que não houve feudalismo no Brasil, essas questões foram discutidas quando de sua participação na Polop. A caracterização de como se deu as “etapas históricas” reforçava, de alguma forma, os caminhos necessários para a transformação do país.

Na obra de Marini alguns conceitos são essenciais para distinguir a forma pela qual concebe a dependência. Para Roberta Traspadini e João Pedro Stedile: “a superexploração é a principal categoria desenvolvida por Marini para explicar a particularidade histórica que cumpre a América Latina no âmbito geral de reprodução do capital”. (TRASPADINI e STEDILE, 2007, p. 34). Todavia, a superexploração distinguiria da categoria de exploração da força de trabalho.

Entender essa distinção, bem como precisar em quais condições a categoria se aplica, seria fundamental para que não houvesse tantas distorções das teses de Marini. Segundo Jaime Osorio⁴⁵:

Se entendemos por exploração em geral o processo de apropriação de trabalho alheio, no capitalismo este processo toma a forma particular de apropriação pelo capital do *valor criado* pela força de trabalho na produção, valor que *excede o próprio valor da força de trabalho*. Em outras palavras, a força de trabalho, ao trabalhar, tem a capacidade de repor o valor do salário (equivalente ao valor de troca) sob a forma de valores de uso produzidos e de *gerar mais valor*, a mais-valia, que constitui propriedade do capital. A superexploração é uma *forma particular de exploração* e esta particularidade consiste em que é uma exploração na qual *o valor da força de trabalho é violado*. Tal violação pode ocorrer por diversos mecanismos, seja no mercado – no momento de sua compra e venda –, seja no próprio processo de trabalho – por um desgaste “anormal”, extensivo ou intensivo. Em todo caso, o salário recebido já não é equivalente ao valor da força de trabalho, não cobre seu valor diário ou seu valor total. (OSORIO, 2013, p. 49).

As formas de superexploração do trabalho se dariam da seguinte forma:

- 1) Aumento do tempo de trabalho (horas extras) sem a devida remuneração equivalente;
- 2) Aumento do valor da intensidade do trabalho sem a devida remuneração equivalente;
- 3) Aumento do valor da força de trabalho devido à qualificação, sem a devida remuneração equivalente; e
- 4) Arrocho salarial.

⁴⁵ Teórico marxista, aluno de Ruy Mauro Marini, professor da UNAM (MÉXICO), desenvolveu a partir das teses de Marini a categoria de “padrão de reprodução do capital”.

Destarte,

Ao se prolongar a jornada de trabalho, o desgaste da força de trabalho aumenta, o que faz elevar seu valor. O pagamento das horas extras pode ser uma forma de que tal aumento se expresse, por sua vez, em salário. Mas pode acontecer que nem mesmo o aumento do salário seja suficiente para compensar o desgaste derivado das horas a mais trabalhadas, de modo que o salário se situará abaixo do valor da força de trabalho. Isso se deve a que o maior desgaste pode reduzir o tempo de vida útil do trabalhador, violentando o valor total da força de trabalho, embora o maior salário diário possa dar a impressão de que está acima do valor. No fundo, o capital está recebendo o trabalho de várias jornadas e paga o salário de uma jornada. Apropria-se assim do fundo de vida dos trabalhadores. (OSORIO, 2013, p. 59).

Os pesquisadores da obra de Marini entendem, em geral, que a categoria superexploração da força de trabalho é o corolário da teoria da dependência. Ou seja, que uma coisa está naturalmente ligada à outra.

Para aqueles que afirmam que a categoria de superexploração do trabalho não estaria baseada nas ideias marxianas, a resposta seria que Marx não estava pensando, quando escreveu *O Capital*, a respeito do capitalismo em sociedades dependentes. Lênin contribuiu para desenvolver a questão do imperialismo a partir das teorias marxianas. A forma com a qual apresenta as fases de desenvolvimento capitalista faz com que sejam necessárias atualizações. Logo, a análise de Marini também seria para contribuir e dar prosseguimento, bem como atualizar o pensamento de Marx, no interior de uma sociedade capitalista dependente. Osorio assegura que,

os [capitalismos] particulares, por sua relação diferenciada na acumulação do capital em escala mundial, geram, por sua vez, *formas internas particulares de reprodução do capital*. Dar conta de explicar a originalidade dessa reprodução no capitalismo dependente, em sua imbricação com o capitalismo central, é a tarefa que Marini procura resolver em *Dialética da dependência*. A teoria exposta em *Dialética da dependência* é talvez a formulação mais ambiciosa e acabada sobre o particular capitalismo dependente. Aqui, em contraste com as teses de *O capital*, não se pode assumir diretamente os pressupostos que ali prevalecem (em *O capital*), pois a análise de *Dialética da Dependência* busca explicar um capitalismo mais concreto e específico, uma forma da negatividade do desenvolvimento do capitalismo, em que *a superexploração é agora a noção articuladora e definidora desta forma de reprodução capitalista*. (OSORIO, 2013, p. 58).

Da mesma forma como Marini daria continuidade ao pensamento de Marx, fazendo uso dos estudos de *O Capital* para fazer uma análise concreta de uma sociedade concreta,

Osório irá, a partir das ideias de Marini, pensar a questão do *Padrão de reprodução do capital*, organizando em 2012, um livro com o mesmo título do conceito. E, em homenagem ao mestre, abre o primeiro capítulo do livro com um texto de Marini: “O ciclo do capital na economia dependente”. Assim sendo, para os marinistas e para alguns teóricos da TMD, estaria equivocada a crítica a Ruy Mauro no que se refere à linha teórica que ele segue. Melhor dizendo, Marini foi um intelectual marxista e seu conceito “superexploração do trabalho” seria uma complementação ou atualização da obra de Karl Marx.

Quando analisa a questão da superexploração do trabalho, Osorio adverte que a superexploração seria a violação do valor da força de trabalho. Violação do valor e do preço da força de trabalho. Para Osorio é importante ressaltar que nas economias dependentes (haja vista a forma de compensação de valor que seria transferida ao “imperialismo”), o trabalhador seria explorado, no fundo de vida de trabalho, seja ele:

- 1) O valor total – tempo de vida útil que o ser humano pode trabalhar;
- 2) O valor diário – quantidade máxima de horas que o trabalhador pode oferecer ao capital em condições razoáveis de trabalho.

Quanto mais o valor diário da força de trabalho é superexplorado, menor o valor total que o trabalhador teria a oferecer ao capital. Além disso, a superexploração do trabalho não permite que o trabalhador tenha o fundo de consumo, pois

foi se formando uma modalidade de capitalismo – dependente –, em que o consumo da população trabalhadora se torna um elemento secundário em relação aos setores, ramos ou unidades produtivas mais dinâmicas dentro da acumulação dependente. Definitivamente se trata de um capitalismo no qual os trabalhadores contam mais como produtores de valor que como consumidores, de modo que seu papel no mercado local tende a ser pouco significativo. (OSORIO, 2013, p. 65).

Para suas análises, Osorio leva em conta que o salário corresponderia ao valor de força de trabalho individual. Não existe salário familiar. Entretanto, a mulher também adentrou ao mercado de trabalho. Todavia, ela também é remunerada sobre o valor do trabalho individual. Mas, a soma de trabalho das pessoas de uma família não é suficiente para sua subsistência, ainda mais para manter os filhos, em idade que não possam vender, ainda, sua força de trabalho. O que de certa forma, obriga muitas famílias de trabalhadores a “forçar” a entrada dos filhos ainda em tenra infância no mercado de trabalho. Assim se o valor pago ao

trabalhador nas economias dependentes é superexplorado, não sendo possível com esse valor subsistir, a família do trabalhador é por sua vez, superexplorada. Assim, Osorio afirma que,

podemos afirmar que a dependência é uma forma particular de reprodução do capital, baseada na superexploração, forma que reproduz a subordinação dessas economias aos centros imperialistas. Somente a partir de uma perspectiva do conjunto do processo de reprodução do capital e das relações estabelecidas nesta unidade a superexploração alcança seu significado essencial. Refletir a partir desta perspectiva é uma das virtudes do marxismo e da filosofia que o constitui. (OSORIO, 2013, p. 66).

Existem outras determinantes que devem ser avaliadas e que caracterizam ainda mais a questão da superexploração, por exemplo, a questão do salário mínimo individual. Como mostra a tabela do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos (Dieese) os salários pagos aos trabalhadores são inferiores as suas necessidades básicas, ou seja, não mantem sequer a sua subsistência. Essa situação não se alterou com o passar dos anos, só se agravou. Os gráficos abaixo apresentam os salários pagos no Brasil entre os anos de 1995 até 2013. A tabela do Dieese mostra os salários mês a mês. Aqui, colocaremos apenas os meses que antecedem e de reajuste do salário mínimo. Recorre-se aqui a essa tabela a fim de dar demonstração empírica aos argumentos de Osorio.

1995 ⁴⁶

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Abril	R\$ 70,00	R\$ 812,78
Maio	R\$ 100,00	R\$ 773,18

1996

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Abril	R\$ 100,00	R\$ 775,26
Maio	R\$ 112,00	R\$ 801,95

1997

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Abril	R\$ 112,00	R\$ 863,71

⁴⁶ Dados extraídos na tabela do Dieese, informada na página do site. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Consultada em 15 de dezembro de 2013.

Maio	R\$ 120,00	R\$ 820,86
------	------------	------------

1998

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Abril	R\$ 120,00	R\$ 916,30
Maio	R\$ 130,00	R\$ 942,09

1999

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Abril	R\$ 130,00	R\$ 878,24
Maio	R\$ 136,00	R\$ 882,53

2000

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Março	R\$ 136,00	R\$ 967,21
Abril	R\$ 151,00	R\$ 973,84

2001

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Março	R\$ 151,00	R\$ 1.066,68
Abril	R\$ 180,00	R\$ 1.092,97

2002

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Março	R\$ 180,00	R\$ 1.091,21
Abril	R\$ 200,00	R\$ 1.143,29

2003

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Março	R\$ 200,00	R\$ 1.466,73
Abril	R\$ 240,00	R\$ 1.557,55

2004

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Abril	R\$ 240,00	R\$ 1.386,47
Maior	R\$ 260,00	R\$ 1.522,01

2005

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Março	R\$ 260,00	R\$ 1.477,49
Abril	R\$ 300,00	R\$ 1.538,64

2006

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Março	R\$ 300,00	R\$ 1.489,33
Abril	R\$ 350,00	R\$ 1.536,96

2007

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Março	R\$ 350,00	R\$ 1.620,89
Abril	R\$ 380,00	R\$ 1.672,56

2008

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Fevereiro	R\$ 380,00	R\$ 1.900,31
Março	R\$ 415,00	R\$ 1.881,32

2009

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Janeiro	R\$ 415,00	R\$ 2.077,15
Fevereiro	R\$ 465,00	R\$ 2.075,55

2010

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Dezembro de 2009	R\$ 465,00	R\$ 1.995,91

Janeiro	R\$ 510,00	R\$ 1.987,26
---------	------------	--------------

2011

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Dezembro de 2010	R\$ 510,00	R\$ 2.227,53
Fevereiro	R\$ 540,00	R\$ 2.194,18
Março	R\$ 545,00	R\$ 2.247,94

2012

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Dezembro de 2011	R\$ 545,00	R\$ 2.329,35
Janeiro	R\$ 622,00	R\$ 2.398,82

2013

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Dezembro de 2012	R\$ 622,00	R\$ 2.561,47
Janeiro	R\$ 678,00	R\$ 2.674,88

Aqui temos apenas como referência o valor mínimo “legal”, que o trabalhador deveria ser remunerado (salário mínimo nominal) em detrimento do valor necessário para que o trabalhador possa manter sua subsistência. Não se quer com isso comprovar a superexploração do trabalho. Para isto seria necessário um estudo muito mais preciso. O que se pretende é demonstrar que os salários, sejam individuais ou familiares, não permitem que os trabalhadores e suas famílias mantenham suas subsistências. Além disso, cabe lembrar que muitos trabalhadores ainda recebem menos do que um salário mínimo. Há também aqueles que vivem em regime de quase escravidão. Sem falar, ainda, nos trabalhadores informais. Também temos os trabalhadores do campo que sequer tem os direitos trabalhistas resguardados e se sujeitam aos mais diversos tipos de exploração. O trabalho feminino é, geralmente, pago em valor menor que o do homem. O trabalho do menor aprendiz, que tem uma legislação distinta, permite um salário “legal” ainda menor que o exposto nas tabelas acima. Há também a questão da exploração do trabalhador negro.

O que se pretende pensar com isso? A questão da superexploração está posta. Mas, existem muitas particularidades dentro da categoria de Marini, defendida por Osorio e outros

intelectuais que seguem essa linha que devem ser avaliadas. Historicamente as condições dadas ao trabalhador fazem com que seja necessária uma reavaliação do *status* e estrutura em que se insere. Marini em seu artigo “As razões do neodesenvolvimentismo”, argumenta que a superexploração só pode ser avaliada dentro de determinada característica do sistema. Não seria possível pensar superexploração do trabalho em um sistema de economia feudal. O pressuposto para avaliar a superexploração do trabalho seria nas sociedades em que se supõe o trabalho assalariado “livre”. No entanto, são muitos os dados estatísticos necessários para demonstrar a condição em que vive o trabalhador assalariado e comprovar empiricamente as teses de Marini, o que não se constitui em objetivo da presente pesquisa.

Outro estudioso da obra de Marini, Carlos Eduardo Martins, caracteriza a superexploração da seguinte forma:

A superexploração caracteriza-se pela queda dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor. Esta se desenvolve por meio de quatro mecanismos: a elevação da jornada ou da intensidade de trabalho sem a remuneração equivalente ao maior desgaste do trabalhador; a redução salarial; ou, finalmente, o aumento da qualificação do trabalhador sem a remuneração equivalente ao incremento de valor da força de trabalho. Estes mecanismos podem se desenvolver isoladamente ou de maneira combinada, de acordo com a fase em curso de acumulação de capital, mas representam maior desgaste do trabalhador e, conseqüentemente, o esgotamento prematuro e a limitação da sua força de trabalho, em condições tecnológicas determinadas. E porque a superexploração seria a característica específica da acumulação dos países dependentes? A resposta de Marini o leva à teoria geral da acumulação de capital para buscar no capitalismo dependente suas condições específicas de atuação, seguindo estritamente o método marxista de mover-se do abstrato para o concreto. Para o autor, a inovação tecnológica e a mais-valia extraordinária estão ligadas prioritariamente ao segmento de bens de consumo de luxo. (MARTINS, 2013, p. 17).

Para os estudiosos da obra de Marini (apesar de algumas poucas divergências com alguns conceitos do autor) está sendo fundamental a retomada do seu pensamento no Brasil. Além de dar o reconhecimento que o autor merece, seria importante atentar para a possível aplicabilidade de suas teses, buscando entender a situação atual da América Latina. Martins caracteriza esse retorno, assegurando que,

o pensamento de Marini constitui um dos mais originais e criativos estabelecidos na América Latina. Movendo-se do abstrato ao concreto o autor não apenas contribuiu para a elaboração da teoria da dependência, mas também aportou novas categorias em seu interior que enriqueceram o arsenal conceitual para interpretar a acumulação de capital nas periferias e na economia mundial, renovando o marxismo. Os conceitos de superexploração

do trabalho, subimperialismo, Estados de contrainsurgência ou de quarto poder, e a reinterpretação dos esquemas de reprodução de Marx ou da teoria social latino-americana são contribuições decisivas de seu pensamento que abrem um enorme campo de investigação e pesquisa. A fecundidade de seu pensamento revela-se no extenso campo de seguidores que propiciou e em obras que inspirou, como a enciclopédia latino-americana e o conjunto de ensaios reunidos que lhe foram dedicados por alguns dos mais destacados intelectuais do planeta. (MARTINS, 2013, p.43).

Embora existam vários pesquisadores de diferentes universidades brasileiras retomando o tema “teoria da dependência”, bem como organizando grupos de pesquisa com o objetivo de retomar tais teses, existem como será apresentado no próximo item deste trabalho, aqueles que discordam da importância do resgate dessas categorias, Angelita Souza é uma delas.

Ainda em 1994, a pesquisadora Lídia Goldenstein alerta que apesar de ser urgente e necessária, bem como atual a problemática da dependência, não se deve retroceder ao pensamento conspiratório e estagnacionistas da Cepal e das teorias da dependência que associavam a divisão internacional do trabalho à “besta do apocalipse”. Assim, “sem cair no determinismo do velho imperialismo, é preciso repensar as possibilidades do desenvolvimento capitalista interno, sua relação com o movimento internacional do capital. Repensar as ‘condições internas’, as condições externas e suas interações”. Assim sendo, segundo a autora seria necessário perceber as mudanças do sistema capitalista e assim buscar novas alternativas, pois olhar “o passado e dele tirar modelos ou tornar processos como referências não é suficiente”. (GOLDENSTEIN, 1994, p. 55).

Entretanto, independentemente dos eventuais erros ou acertos do autor, acreditando que seja necessário seu resgate para possibilitar que novas gerações de pesquisadores tenham contato com as teses desse pensador brasileiro. A obra de Marini resumir-se-ia em três categorias: dependência, superexploração e subimperialismo. Elas, juntas, “explicam a dialética do desenvolvimento latino-americano”. (TRASPADINI e STEDILE, 2007, p. 36). Assim, ainda há muito que se pensar sobre suas categorias e sua aplicabilidade para entender a situação econômica e política brasileira e latino-americana.

2.2- Apontamentos e debate sobre a relevância da categoria subimperialismo

A supressão de todas suas conquistas sociais e políticas, as matanças, a tortura, a diminuição dos salários e a extração forçosa da mais valia a que estão submetidos os trabalhadores chilenos são suficientes para demonstrar a gravidade da ameaça que representa para a América Latina a existência de um sistema como o subimperialismo brasileiro, que exporta necessariamente a superexploração e o terror. (MARINI, 2012, p. 44).

O primeiro texto de Marini que traz suas reflexões sobre a questão da dependência é *Subdesarrollo y revolución*. Esse trabalho foi publicado em 1969 pela Editora Siglo XXI, e traduzido para o português somente em 1998, sendo mais uma das duas traduções em língua portuguesa feita pela primeira vez no Brasil⁴⁷.

A versão utilizada aqui é *Subdesenvolvimento e Revolução*, publicado pela Editora Insular (Florianópolis) em 2012. Ela traz a tradução do prefácio à quinta edição na qual Marini busca explicar algumas questões que foram discutidas e debatidas sobre o tema no texto original. O Prefácio foi escrito em 1974, cinco anos após a divulgação da primeira edição, e de acordo com o autor:

Além de correções de forma e atualização dos dados, as mudanças introduzidas nesta edição consistem na inclusão de dois ensaios sobre o atual problema brasileiro, que não modificam o conteúdo do livro, antes ampliam e reforçam minhas análises e conclusões sobre o processo que se iniciou no Brasil em 1964, bem como minha avaliação sobre suas implicações para a América Latina. Foi sobre esta base que posteriormente pude sugerir uma explicação teórica global da dependência latino-americana. (MARINI, 2012, p. 27).

Isto posto, o objetivo será discorrer acerca da categoria de subimperialismo em Marini, elencando comentadores que farão o debate a respeito da importância dessas teses nas Ciências Sociais e demais áreas do conhecimento⁴⁸. São quatro pesquisadores com visões distintas que fazem a análise da categoria subimperialismo. A escolha dos pensadores não se deu pela concordância ou discordância da obra de Marini. Trata-se, como diz o título desse trabalho, de mostrar a importância da teoria da dependência nas Ciências Sociais. Entende-se

⁴⁷ MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs). *América Latina: história, ideias e revolução*. São Paulo: Xamã/NET, 1998, p. 113-129, tradução de Angélica Lovatto e Paulo Barsotti.

⁴⁸ Não houve a pretensão de se fazer a análise imanente do pensamento de Marini. Entretanto, indicamos os trabalhos de Mathias Seibel Luce que faz uma análise mais profunda do termo. São eles a dissertação de mestrado: *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração do governo Lula (2003-2007)* e a tese de doutorado: *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital*.

que trazer o debate da teoria da dependência e das categorias abordadas por Ruy Mauro Marini para esse trabalho, reforça a hipótese sobre a atualidade do tema.

Não existe uma obra específica em que o autor trate da questão do subimperialismo. Entretanto, em seus textos, foi explicitada a questão de maneira que possibilitou, segundo Luce (2013), afirmar a categoria subimperialismo da seguinte forma:

a categoria *subimperialismo* formulada por Marini expressa uma totalidade formada por diferentes níveis de abstração. Enquanto fenômeno histórico, o subimperialismo vai modificando suas formas, mas conservando sua mesma essência. Desconsiderar esses pressupostos foi a origem de muitos dos equívocos interpretativos em torno do conceito. (LUCE, 2013, p. 140).

Trabalhando com a questão do subimperialismo, a partir das teses de imperialismo em Lenin, Marini caracterizou a situação do Brasil nesta condição. Para Marini, apesar de o Brasil ser dependente, ele seria também subimperialista. Subordinado aos Estados Unidos da América, mas em uma categoria distinta dos outros países sul-americanos. Ele assegura que “a influência do subimperialismo brasileiro não ocorre automaticamente, mas se encontra articulada com o controle dos Estados Unidos, mesmo que ostente certo grau de autonomia e iniciativa em relação a este país.” (MARINI, 2012, p. 43).

A análise de Ruy Mauro consistiria em pensar a maneira como o Brasil estava vivendo o processo econômico durante o regime militar. A esse respeito, Marini observa que o golpe não foi uma revolução burguesa. Em suas palavras:

A amplitude e profundidade das transformações que o regime militar introduziu na vida econômica, social e política do país levaram inclusive alguns estudiosos a posições que beiram a apologética – por exemplo, quando pretendem identificar esse regime com a revolução burguesa brasileira⁴⁹. (MARINI, 2012, p. 28).

Para Marini, observar o momento político brasileiro, significava fazer uma análise do país inserido na totalidade de sua formação histórica. Ao lado de Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra formou um conjunto de discussões teóricas que veio ser denominada Teoria Marxista da Dependência (TMD).

⁴⁹ Em nota de rodapé Marini esclarece: Esta tese foi sustentada por Fernando Henrique Cardoso no Seminário sobre Classes Sociais e Crise Política na América Latina, organizado pelo Instituto de Investigaciones Sociales e pela Facultad de Ciencias Políticas y Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México, realizado em Oaxaca em junho de 1973.

Marini, não vê “situações de dependência”, e difere de Fernando Henrique que, com sua análise weberiana, não considera a dependência uma teoria. Para Niemeyer Almeida Filho, organizador do livro *Dependência e desenvolvimento: Cátedra Ruy Mauro Marini* (2013):

Um dos elementos mais importantes da polêmica que resultou na divisão interna entre as concepções weberiana e marxista diz respeito ao ‘status do conceito de dependência’. Fernando Henrique Cardoso, em textos de autoria individual, ou com a participação de José Serra, apontava ‘situações de dependência’, isto é, sugeria condições históricas observáveis, porém sem avançar em uma proposição teórica mais profunda. Segundo ele, o conceito de dependência não alcançava a condição de categoria, ou seja, não apreendia um elemento de realidade inerente. Assim, preferia apontar “tipos, ou situações, de dependência. (ALMEIDA FILHO, 2013, p. 11).

As análises dos autores dependentistas, inclusive de Marini, estão dentro de um período particular, ou seja, pós 1964. Isto é importante, pois é um marco historiográfico. As análises são pós-golpe militar e algumas interpretações do Brasil, à época, acreditavam que o novo regime “causaria estagnação e até mesmo retrocesso do desenvolvimento capitalista no país”. Essas análises se pautaram, inclusive em “expressões tão sofisticadas quanto errôneas como a de ‘pastorização’, aludindo ao possível retorno da economia brasileira à fase de produção e exportação de bens primários, com o consequente bloqueio da industrialização.” (MARINI, 2012, p. 29).

Analisando o caso concreto do Brasil, Marini se dispôs a pensar que apesar da situação de dependência do país semelhante ao restante da América Latina, o Brasil possuía características distintas. Uma delas seria o subimperialismo. Para ele,

Foi a partir dessa perspectiva que sugeri, para o caso do Brasil, o *conceito de subimperialismo*. Sem poder negar o expansionismo comercial brasileiro, alguns dos já mencionados críticos do sistema buscaram tergiversar o problema, recorrendo, sem inibições, ao próprio Lenin. A exportação de manufaturas – declaram doutamente – não caracteriza o imperialismo; este se define pelo controle de fontes de matérias-primas, a partilha do mundo e a exportação de capitais. Agregam ainda que a exportação de manufaturas levada a cabo pelo Brasil não responderia a problemas de realização criados pelo estreitamento relativo do mercado interno, mas sim à necessidade de remunerar o capital estrangeiro investido, de forma direta ou indireta, na economia brasileira. (MARINI, 2012, p. 33, grifo nosso).

Para Marini, para um país ser denominado subimperialista seria necessário que se enquadrasse em algumas características. Em suas palavras,

O subimperialismo se define, portanto: a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho; o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extremada a favor da indústria de bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores). (MARINI, 2012, p. 40).

É recorrente nas argumentações de Marini a lembrança de que o sistema capitalista necessita de reestruturações mundiais. Portanto, a internacionalização da classe operária é um pressuposto das conceituações defendidas por Marini.

Cabe frisar que os trabalhos abordados para retomar as teses de Ruy Mauro são recentes. Não são unânimes as reflexões acerca da importância deste resgate para as Ciências Sociais e demais áreas do conhecimento. Tanto a importância das categorias em Marini, quanto a importância do autor são questionadas. A primeira abordagem aqui apresentada será de Angelita Matos Souza, que acredita que a análise de Marini seja equivocada. Em texto recente, Souza exprime:

o conhecimento de história econômica brasileira e latino-americana na obra do autor [Ruy Mauro Marini] é frágil tanto diante de pesquisas recentes como da investigação mais cuidadosa a partir das informações disponíveis no momento em que seus livros foram produzidos. (SOUZA, 2013, p. 148).

Em nota de rodapé, a autora acrescenta: “Portanto, se o autor não obteve o reconhecimento que seus seguidores acham merecido, isto não se deve apenas ao boicote supostamente orquestrado por FHC e José Serra, entre outros”. (SOUZA, 2013, p. 148).

A análise de Souza parte de seu entendimento sobre as teses de Lenin em *Imperialismo*: fase superior do capitalismo. Na primeira parte de seu texto, faz uma breve análise do imperialismo em Lenin, para fazer a abordagem de dois “novos conceitos” com os quais ela discorda: a) o de que o Brasil seria um país imperialista – capital-imperialista, e b) da categoria de subimperialismo ao qual ela afirma categoricamente nem ser uma teoria. Em suas palavras: “Ademais, Marini não chegou a elaborar uma teoria do subimperialismo (de fato, não há teoria nenhuma), sendo pobre o conteúdo sócio histórico de sua obra permeado por interpretações ligadas às do PCB.” (SOUZA, 2013, p. 147).

Não é apenas Souza que busca as teses de Lenin para pautar suas afirmações. Marini também parte da categoria de imperialismo em Lenin para adotar o conceito de subimperialismo. Para Ruy Mauro:

A teoria leninista do imperialismo – ela própria um desenvolvimento da economia política marxista destinado a explicar as novas tendências do capitalismo mundial no início do século XX – é um ponto de referência obrigatório para o estudo do subimperialismo, mas não pode ser invocada para impedir que este estudo se concretize. E não pode sê-lo, entre outras razões, porque se refere ao *imperialismo*, e não ao *subimperialismo*. (MARINI, 2012, p. 37).

Esta é uma das maiores discussões entre os teóricos que analisam a teoria da dependência hoje e, em particular, o conceito de subimperialismo. Grande parte desses estudiosos-marxistas chama para si o referencial teórico leninista para justificar suas teses.

Virginia Fontes em seu livro - *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história* (2010) – faz uma análise do conceito de Marini e diz que ele não é suficiente, nos dias de hoje, para analisar o caso brasileiro. Ela traz uma nova categoria – capital-imperialismo – para descrever o atual desenvolvimento econômico do Brasil.

Não serão feitas comparações entre as teses de Fontes e Marini neste trabalho, mas é importante apontar que, a partir das análises do conceito de subimperialismo, Fontes não entendeu ser possível a sua aplicabilidade para analisar o atual momento do desenvolvimento brasileiro, e achou necessário buscar outro conceito que explicasse a atualidade histórico-econômica brasileira.

Para Fontes: “a expansão do capitalismo no Brasil levou-o a integrar o grupo de países capital-imperialistas, mantendo sua inserção secundária entre as nações preponderantes no mundo contemporâneo, sendo os Estados Unidos o mais importante.” (FONTES, 2013, p. 104).

O novo conceito criado por Fontes também parte de suas análises da obra de Lenin: “A adesão ao capital-imperialismo se reforça pela ampliação da capacidade de anestesiação interna, característica apontada desde Lenin.” (FONTES, 2013, p. 108). Para Fontes, o conceito de Marini estaria ultrapassado, pois “neoliberalismo e neodesenvolvimentismo são metamorfoses da expansão contemporânea do capital e do capital-imperialismo no e do Brasil, demonstrando extrema agilidade para adequar-se aos constrangimentos internos e externos.” (FONTES, 2013, p. 111). Em suas análises assegura:

Prossegue nos dias atuais a subalternização das relações internas ao desenvolvimento do capital-imperialismo no exterior, mas, como o previa Florestan, essa subordinação é antes de tudo ao capitalismo *tout court*, tornando-se as burguesias brasileiras as primeiras e últimas trincheiras da defesa de sua expansão e valores. É pela inserção subordinada que o Brasil – assim como outros países – está exercitando sua nova condição capital-imperialista; é pela adesão plena aos valores e à competição intercapitalista que os governos de tais países vêm se apresentando como ‘soberanos’. (FONTES, 2013, p. 111)

Em uma corrente de pensamento próxima a de Fontes vem Raúl Zibechi, jornalista e ativista uruguaio, que lançou em 2012 o livro: *Brasil Potência: entre a integração regional e um novo imperialismo*. Entretanto suas análises exacerbam as ponderações da categoria capital-imperialismo. Nesta obra, o autor afirma que o Brasil não é mais um país dependente e que, com o declínio dos Estados Unidos da América e com o crescimento do Brasil, este último estaria tornando-se uma potência e um país imperialista.

Todavia, apesar desses novos conceitos e formas de analisar a situação econômica brasileira, o número de estudiosos que retomaram as teses de Marini é considerável, o que traz ainda mais efervescência ao debate. Esta gama de pesquisadores que buscam resgatar as teses de Marini para explicar o atual momento brasileiro, esse fato está causando discordâncias entre alguns intelectuais, inclusive marxistas. Angelita Matos Souza destaca

tem chamado atenção a retomada da “teoria” do subimperialismo de Marini, perspectiva comprometida pela matriz “consumo”, problemática em qualquer teoria do imperialismo (ainda mais na era da globalização), num esquema explicativo (superexploração e subconsumo → subimperialismo) centrado no peso dos fatores externos e marcado pela imprecisão quanto à definição de capital financeiro, por vezes identificado ao robusto capital bancário local (consolidado durante a ditadura militar), outras ao capital financeiro internacional (que financiaria o subimperialismo brasileiro). (SOUZA, 2013, p. 147).

As abordagens de Souza buscam demonstrar que as análises tanto de Marini, quanto de Fontes seriam equivocadas e que “são desproporcionais as acusações de imperialismo ao Brasil” – ou seja, a análise de Fontes não seria correta, pois – “ainda que seja possível praticar o imperialismo sem adentrar a fase superior do capitalismo, sendo possível fazê-lo com bancos públicos, nas análises atuais sobre o imperialismo brasileiro, o papel de capital financeiro vem sendo atribuído ao BNDES.” (SOUZA, 2013, p. 147). Se Fontes, na percepção de Souza, incorre em eventual erro, quanto à utilização da categoria de capital-imperialismo, as análises de Marini e seus discípulos também seriam equivocadas e não

existiria um “entendimento do que seja capital financeiro, cuja existência não pode ser deduzida de articulações do setor bancário produtivo/comercial por meio do sistema de crédito ao consumo, mas sim a partir da definição leninista, resumida na primeira parte deste texto.” (SOUZA, 2013, p. 149-150). Souza adverte:

a noção de subimperialismo não merece *status* teórico – nem o Brasil o de país imperialista – embora, se possa, sem rigor, usar a designação para nomear práticas expansionistas das empresas brasileiras apoiadas pelo BNDES – que, claro, devem ser rechaçadas. Infelizmente, as tentativas de teorização em torno de uma ideia que traz mais confusões que esclarecimentos parecem expressar as dificuldades atuais de inovação do pensamento social latino-americano, que já contou com grandes nomes, sendo controverso que entre eles esteja o de Ruy Mauro Marini. (SOUZA, 2013, p. 150).

Diferentemente das abordagens de Souza – que descarta categoricamente as teses de Marini – o pensamento e estudo de Mathias Seibel Luce reafirma a importância das análises de Ruy Mauro para o entendimento do processo político-econômico brasileiro, buscando, inclusive, mostrar a atualidade e aplicabilidade das teses “marinistas” no Brasil. O recorte da sua dissertação de mestrado é 2003 a 2007, ou seja, um período recente da história brasileira.

Luce assegura que:

No nível de análise das formações histórico-concretas submetidas às relações imperialistas, o vocábulo dependência ganharia o *status* de categoria de análise com os autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD), pensada como complemento necessário da teoria do imperialismo. [...] Entre eles, Ruy Mauro Marini, analisando as mudanças no sistema capitalista mundial nas décadas de 1960 e 1970, identificou a emergência do subimperialismo como uma nova etapa do capitalismo dependente, através do amadurecimento de um novo tipo de formação econômico social, que na América Latina se materializava no Brasil. (LUCE, 2013, p. 129).

O autor considera as teses de Marini atuais e pertinentes para a análise do Brasil, seja nos anos 1960-1970, seja no período atual. Para ele, apesar de não existir um livro específico que trate dos conceitos “subimperialismo”, “superexploração”, na obra do autor, é possível entender o subimperialismo como uma categoria.

Corroborando a análise de Luce, destaca-se que na década de 1980 Marini orientou uma dissertação sobre o subimperialismo brasileiro na Bolívia. Esse tema está sendo considerado extremamente atual, haja vista a quantidade de bolivianos que estão trabalhando no Brasil em condições de superexploração e até mesmo, algumas vezes, em condição de

escravidão. Isto é sabido não apenas do ponto de vista acadêmico, mas a própria mídia brasileira apresenta frequentemente casos de imigrantes bolivianos em situação de quase miséria no Brasil.

Para Luce, a teoria do subimperialismo de Marini é uma “etapa superior do capitalismo dependente”, assim como o imperialismo é para Lenin etapa superior do capitalismo. Em suas palavras:

Assim como Lenin caracterizou o imperialismo como a etapa superior do capitalismo, o subimperialismo consiste, segundo Marini, na “forma que o capitalismo dependente assume ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro”. Um estágio superior de desenvolvimento no qual “a seu estilo dependente e subordinado, o Brasil entraria na etapa de exportação de capital, assim como na rapina das matérias-primas e fontes de energia no exterior, como o petróleo, o ferro, o gás”. (LUCE, 2013, p. 132).

Entende-se aqui que, para avaliar, concordar, discordar ou até mesmo descartar as teses de Marini, faz-se necessário um estudo mais apurado de seus textos. Muitos deles ainda são pouco conhecidos e divulgados no Brasil, e estão sendo retomados, como já exposto, recentemente. É bem possível que Marini, provavelmente, concordasse com os argumentos que Luce usa para justificar sua teoria. Essa justificativa é a de que “a emergência do imperialismo e do subimperialismo constituem processos de amadurecimento da economia capitalista mundial – no centro o primeiro, na periferia o segundo – com a passagem à fase dos monopólios e do capital financeiro.” (LUCE, 2013, p. 131).

Desta forma, é possível observar que essa teoria não estaria pronta e acabada. Do mesmo modo que Lenin deu um passo adiante no entendimento do capitalismo e descreveu o imperialismo – o que foi considerado, por alguns, um passo adiante nos estudos de Marx – existe uma análise competente sobre a teoria da dependência e da questão do subimperialismo e do capital-imperialismo.

Ainda refletindo sobre as teses de subimperialismo de Marini, serão abordadas as discussões apontadas por Tatiana Berringer. Ela também se diferencia dos comentadores aqui apresentados, pois refuta as teses de Fontes e Marini. Não acredita que no Brasil exista um capital-imperialismo, mas também não concorda que o país seja subimperialista. Pois, para entender o subimperialismo da forma como Marini propõe seria necessário entender uma submissão aos Estados Unidos da América e a autora não entende que o Brasil não se caracterize por essa subordinação ao centro. Ela elenca alguns episódios, entre 2002 e 2012, em que, de seu ponto de vista, o Brasil tomou decisões autônomas e contrárias aos interesses

dos EUA. Para justificar suas análises – Berringer – retoma as reflexões acerca da questão da formação da burguesia no Brasil e faz as seguintes distinções:

As teses sobre a existência de um suposto imperialismo ou de um subimperialismo brasileiro têm no seu centro a discussão sobre a natureza da política externa dos governos brasileiros e envolvem, visto que tais governos agem tanto no plano interno quanto no externo como representantes de interesses de classe, uma discussão sobre a situação econômica e política da burguesia brasileira e de sua relação com o Estado nacional. (BERRINGER, 2013, p. 124).

O que distinguem as teses dos autores são os caminhos percorridos, e na análise de Berringer, tudo se pauta a partir da concepção sobre qual seria a constituição da burguesia no Brasil. É necessária a análise do que é, e como se classificam as classes burguesas. Berringer trata das distinções da burguesia, classificando algumas. Ela classifica o conceito de burguesia com base nas análises de Nico Poulantzas e descreve que existe uma burguesia interna que indicaria uma parte da classe dominante em uma sociedade dependente e que esta ocuparia uma posição intermediária entre a burguesia compradora e a burguesia nacional. Isso é importante pois o debate da existência ou não de uma burguesia nacional no Brasil é o que pautou a obra de Fernando Henrique Cardoso, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, que comentamos no capítulo anterior deste trabalho. Para Berringer,

No caso das teses sobre “o imperialismo brasileiro”, mesmo que os autores não o digam tudo se passa como se tivéssemos uma burguesia nacional que pretenderia ocupar ou disputar o lugar dos Estados Unidos na região. Haveria uma disputa interimperialista entre Brasil e Estados Unidos e essa burguesia teria se organizado politicamente para colocar em marcha uma expansão capitalista e dominar política e economicamente a América Latina. (BERRINGER, 2013, p. 125).

Assim sendo, como não existiria no Brasil uma burguesia nacional organizada e anticapitalista que está em disputa com o país do centro, para Berringer, as teses de Fontes ou Zibechi não se sustentariam. Pois para a autora o Brasil possui uma burguesia interna, nos termos poulantzanos, isto é, aquela que como citamos acima é uma categoria que está entre a burguesia compradora e a burguesia nacional.

Para Berringer, se os autores da tese de imperialismo analisam o aspecto brasileiro partindo da concepção de o país possuir uma burguesia nacional em expansão – levando em consideração que Fontes analisa as empresas multinacionais brasileiras e sua crescente expansão e parte daí sua tese de capital-imperialismo – Marini pensaria que numa condição de

país subimperialista a burguesia existente no Brasil seria a “burguesia compradora”. Melhor dizendo:

o conceito de burguesia compradora indica a fração burguesa que não tem acumulação interna própria e que tende a se comportar como uma simples intermediária dos interesses imperialistas no interior de uma formação social dependente. A tese do subimperialismo parece supor que a burguesia brasileira se comporta como burguesia compradora. (BERRINGER, 2013, p. 125).

Se, para Berringer, o Brasil possui uma burguesia interna, diferentemente de uma burguesia nacional ou compradora, não se classificaria, portanto em nenhuma das análises apresentadas, seja a de Fontes ou a de Marini. Em sua análise, o Brasil é um país que possui certa autonomia em relação aos Estados Unidos da América e mesmo que não se coloque de forma anti-imperialista, está defendendo seus interesses, inclusive, frente ao país do centro. E, é nesse “jogo” que o Brasil estaria conseguindo avançar a partir de seus governantes progressistas.

Vamos concluir a análise do conceito do subimperialismo, após todos os apontamentos trazidos pelos comentadores, com a descrição do próprio criador do conceito: Marini. Acreditamos que a partir de sua concepção de país dependente e fazendo a análise da totalidade, como já colocamos, é que o autor classificou a condição brasileira como a de um país subimperialista. Isto não significa que ser um país subimperialista seja bom. Há quem assim pensaria ou defenderia. Dentro de uma condição de subalternidade, “imitar” a exploração dos países dependentes seria um avanço. Na concepção de Marini não se trata de um avanço ou retrocesso, mas de uma condição que precisa ser combatida se quisermos acabar com a superexploração do trabalho. Também não é qualquer país que se enquadraria no conceito. Existem determinadas condições. Deste modo,

a concretização histórica do subimperialismo não se deve a uma questão meramente econômica. A existência de condições propícias ao seu desenvolvimento não assegura por si só a conversão de um país em um centro subimperialista. Contudo, é possível afirmar que o subimperialismo corresponde, por um lado, ao surgimento de pontos intermediários na composição orgânica do capital em escala mundial – na medida em que aumenta a integração dos sistemas de produção – e, por outro, à chegada de uma economia dependente à fase do monopólio e do capital financeiro. Neste sentido, em nossos dias, o Brasil se identifica como a mais pura expressão do subimperialismo. (MARINI, 2012, p. 41).

Após a exposição de várias análises sobre a questão, entendemos que o conceito de subimperialismo, no mínimo, deve ser considerado e melhor analisado. É na análise de todos os prós e contras do conceito que poderá ser encontrada uma viabilidade para classificá-lo como pertinente, ultrapassado ou inadequado. As variáveis são inúmeras, inclusive no campo do marxismo. Mas, em algumas análises pontuais, o conceito parece “encaixar” perfeitamente. Apenas numa abordagem minuciosa, criteriosa é que se pode tomar uma posição definitiva quanto a essa questão. E, convenhamos, não é uma questão que poderá ser tão facilmente descartada.

Em nosso entendimento, Marini é um intelectual que deve ser respeitado. As condições com as quais ele trabalhou suas teses não foram as mais confortáveis como ele descreve em suas memórias. Passando boa parte de sua vida útil, enquanto intelectual, vivendo em exílio e mudando constantemente de país, não foi fácil desenvolver suas reflexões. Por isso, também, como ocorreu com outros estudiosos, ele não teve tempo e condições de escrever uma obra em que colocasse todas as suas teses. Entretanto, há um elo que não pode ser desconsiderado em sua obra. O seu pensamento enquanto teórico da dependência está pautado definitivamente em alguns conceitos-chave, e dentre eles está, sem dúvida, o conceito de subimperialismo.

CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 3

O DEBATE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA EM SUAS TRÊS VERTENTES

3.1– A atualidade da teoria da dependência: a teoria nacional-dependente

Na teoria da dependência, estão presentes três versões: a teoria original, marxista, a teoria da dependência associada e a teoria que denominarei de nacional-dependente. (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 219-220).

Em 1998, Luiz Carlos Bresser-Pereira participou do seminário “A teoria da dependência 30 anos depois”, patrocinado pelo Instituto de Estudos Avançados da USP em São Paulo. Nesse evento, Bresser-Pereira faz um debate com Faletto (com quem dividiu a mesa), e afirma que gostaria de ter podido debater com Theotônio dos Santos. Sua explanação começa com algumas colocações. Ele informa que prefere chamar a teoria da dependência de “teoria da nova dependência” para que não seja confundida, como geralmente o é, em sua opinião, com a teoria do imperialismo. A diferença fundamental na “teoria da nova dependência” seria que essa pretendeu explicar as novas características da dependência. Nesse ponto do discurso, afirma que acha difícil situar Theotônio dos Santos como um dependentista, pois, ele seria um defensor da teoria renovada do imperialismo e não da teoria da nova dependência. Em sua opinião, seria contra essa versão da teoria do imperialismo (leia-se como autores desta teoria: Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Rui Mauro Marini), que uma série de trabalhos foram desenvolvidos nos anos 1960, entre eles o de Cardoso e Faletto.

Na época do seminário, ano de 1998, Bresser-Pereira era o Ministro da Administração Federal e da Reforma do Estado no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Após fazer a crítica às teses desenvolvidas por Caio Prado Junior em a *Revolução Brasileira*, referindo ao livro como “trabalho tão brilhante quanto equivocado”, volta a se

referir as mudanças no contexto histórico nas décadas de 1950 e 1960, afirmando que “quem percebeu essa mudança de forma mais brilhante foram o Fernando Henrique e o Faletto⁵⁰” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 3). Para encerrar sua apresentação, falou das suas contribuições para explicar a história econômica brasileira e assegura que o maior acerto de Cardoso e Faletto “não é ser contra ou a favor da revolução, mas a tese bem desenvolvida de que é possível haver desenvolvimento sem revolução, é possível haver desenvolvimento na dependência”. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 4). Mais uma vez, nota-se a forma equivocada da interpretação das teses dos teóricos da dependência marxistas. Ele continua “o Theotônio achava que não, como o Rui Mauro Marini” e repete que é por isso que ele tem dificuldade em situá-los como teóricos da dependência. Entretanto, ele assegura “*Mas quero assinalar que considero inaceitável que um artigo em resposta a uma crítica semelhante a esta que estou fazendo não seja publicado na mesma revista que publicou a crítica*”. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 4, grifos nossos).

Apesar da crítica sem fundamento, haja vista que os autores da teoria marxista da dependência jamais falaram em estagnação econômica, e que esta questão seja um pensamento da Cepal, principalmente na pessoa de Celso Furtado, é importante o reconhecimento de Bresser-Pereira ao “boicote” de Cardoso à publicação de “As razões do neodesenvolvimentismo”, a resposta de Marini à Cardoso e Serra. Concluindo sua apresentação, exclamou:

Temos de impor a nossa própria agenda diante dos países centrais. Face a eles nossa posição é a da defesa de nossos interesses. O que a teoria da dependência dizia é que era possível desenvolver nossos países sem revolução, mesmo porque a revolução nem naquela época era fácil. Assim, o que aquela teoria proclamou é que era possível construir um mundo melhor para nós. Portanto, a teoria da dependência nos ajudou a sair daquele túnel em que estávamos depois do golpe de Estado de 1964. Hoje não estamos em um túnel, mas temos dois desafios pela frente: aprofundar a democracia e reconstruir o Estado. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 5).

Apesar da defesa a teoria da dependência de Cardoso, o discurso de Bresser-Pereira é nacionalista, uma dicotomia para quem sabe que a teoria da dependência de Cardoso é uma associação ao capital internacional. Se é uma associação, não há o que “impor” aos países centrais. Percebe-se que as ideias de Bresser-Pereira continuam, ainda, vinculadas ao pensamento desenvolvido no Iseb.

⁵⁰ Trata-se do resumo da intervenção de Bresser-Pereira realizada no Seminário: “Teoria da dependência 30 anos depois”, disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=4730>, visitado em 10 de Abril de 2011.

Já em 2005, pós governo FHC, quando foi convidado por Caio Navarro de Toledo a escrever um texto para a coletânea *Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do Iseb*, Bresser-Pereira escreve o artigo “Do Iseb e da Cepal à teoria da dependência”, em que começa a se posicionar como um dependentista “de última hora”, tendo em vista que apesar de ser um intelectual influente, não havia escrito trabalhos especificamente sobre o tema. Em 2007, quando escreve o prefácio do livro: *As identidades do Brasil. De Varnhagen à FHC*, dá ao prefácio o título de “Uma sociedade nacional-dependente”, e em 2010 escreve um artigo para a Revista *Perspectivas* intitulado “As três interpretações da dependência”, em que se coloca como um teórico da dependência, fundamentando três versões:

1) a teoria original, marxista; 2) a teoria da dependência associada; 3) a teoria nacional-dependente.

Em particular, dentro das versões assinaladas, a que Bresser reivindica como sendo sua corrente de pensamento é a teoria “nacional-dependente” que parte do pressuposto que o desenvolvimento brasileiro será possível com a participação de uma burguesia nacional. Esta visão de Bresser é a mesma que na década de 50, Hélio Jaguaribe e os integrantes do Iseb, no Rio de Janeiro, analisavam.

Para Bresser, não apenas o Iseb partia dessa premissa, os integrantes da Cepal, em Santiago do Chile, também pensavam o desenvolvimento na América Latina a partir de uma perspectiva nacionalista. O final da década de 1960 caracterizou o período em que houve uma mudança de pensamento, que foi “o momento em que ocorreu uma importante transição na região”, quando as perspectivas se alteraram e, em vez “do nacionalismo, que via o desenvolvimento econômico como resultado de uma revolução nacional e capitalista e da adoção de uma estratégia nacional de desenvolvimento”, as ideias foram sobrepujadas “para a interpretação da dependência associada, que rejeitava a possibilidade de uma burguesia nacional e, conseqüentemente, de países verdadeiramente independentes na região”. Esta nova análise “sustentava que o desenvolvimento econômico estava de qualquer modo garantido em razão do caráter dinâmico do capitalismo e dos investimentos feitos pelas corporações multinacionais” assim se “voltava a atenção para a justiça social e a democracia” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 18-19).

O pressuposto da análise de Bresser para as distinções da teoria da dependência era que o Iseb e a Cepal, a seu modo, viam no “subdesenvolvimento da região não apenas ao atraso decorrente da colonização mercantil da América Latina”. Era latente os “interesses do centro imperial em manter os países em desenvolvimento produzindo bens primários”, isto

fazia com que o desenvolvimento fosse “fruto de uma estratégia nacional definida com a participação das burguesias nacionais e dos técnicos do Estado” (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 201).

As análises realizadas pelos intelectuais latino-americanos “de esquerda” a partir dos anos 60 e início dos anos 70, após os golpes militares na América do Sul, foram de “afirmar a impossibilidade da existência de uma burguesia nacional, e a desenvolver uma teoria da dependência associada”. Assim sendo “enfraqueceu o conceito de nação na América Latina” (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 202).

Para Bresser, algumas das análises são equivocadas, e dado o momento histórico em que elas são propostas tem um significado. Isto ocorreu com as análises dos teóricos da dependência, e talvez tenha sido o motivo pelo qual uma determinada corrente de pensamento se sobressaiu, pois,

Para quem está preocupado essencialmente com a justiça social, é difícil defender a idéia de desenvolvimento, porque este implica um acordo de classes que acaba, de alguma forma, legitimando o capitalismo. Da mesma forma, para defender o desenvolvimento é difícil ser radicalmente socialista, porque não há desenvolvimento sem uma estratégia nacional de desenvolvimento, e uma estratégia desse tipo envolve sempre um certo acordo de classes. Na América Latina, especialmente, onde a injustiça social é tão profunda, esta dificuldade é central. (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 202-203)

O golpe militar permitiu que a teoria desenvolvida por um dos membros da “escola paulista” tivesse uma grande vitória, influenciando assim o pensamento social e político brasileiro. Isto ocorreu não somente porque os seus intelectuais tomavam para si uma análise baseada na ciência, mas, fundamentalmente, porque naquele momento havia um ressentimento da esquerda e dos “democráticos” com o golpe, e ainda a análise nacional-dependente, que Bresser associa ao modelo político do Iseb, e que segundo ele “foi adotado pelo Partido Comunista Brasileiro” fora “entendido como uma traição aos trabalhadores e ao ideal socialista” (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 215).

Além disso, a forma como se punha o livro de Cardoso, representante da escola paulista, dava uma nova interpretação para a história do desenvolvimento econômico no Brasil. Seria uma tese mais ampla do que as demais pesquisas feitas na Universidade de São Paulo. Bresser afirma que apesar de Florestan Fernandes, fundador da “escola de sociologia de São Paulo” e Fernando Henrique seu principal representante,

a obra fundamental da interpretação do Brasil produzida pela escola de sociologia de São Paulo foi escrita pelo segundo, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1970), em associação com o sociólogo chileno Enzo Faletto. Com esse ensaio, a teoria da dependência, que fora iniciada em 1965 com André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini, perdeu o caráter radical, e a possibilidade de compatibilizar desenvolvimento com dependência ganhou estatuto de teoria sociológica e de teoria do desenvolvimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. viii)⁵¹.

Mais uma vez, Bresser-Pereira afirma que a distinção das teses de Cardoso sobre a teoria da dependência e as demais, teria sido a possibilidade do desenvolvimento econômico com dependência.

Entretanto, como a teoria da dependência “surgiu” após o golpe militar, e, que esse teve amplo amparo na burguesia bem como participação direta dos Estados Unidos da América, durante algum tempo a esquerda brasileira teria criticado veementemente a análise da dependência associada e a da teoria nacional-dependente e logo partilharam uma interpretação da dependência com base na superexploração capitalista. Mas, com o golpe militar a teoria nacional-dependente teria sido descartada, a da superexploração capitalista extirpada e a da dependência associada que “casava” com os interesses da “burguesia” que apoiara o golpe e dos Estados Unidos da América, teve seu triunfo garantido.

Bresser afirma que apenas a análise do Iseb foi criticada pelo grupo da escola paulista, e que apesar da Cepal compartilhar da ideia nacional-desenvolvimentista, ela foi poupada não apenas porque a análise dessa era de caráter econômico e que a do Instituto era de caráter político, mas, porque não interessava a nenhuma das partes a crítica a Cepal.

Para Bresser, “na história intelectual da América Latina, um dos temas tratados de forma mais confusa e imprecisa é o da teoria da dependência”. Assim, “a maioria dos que a discutem simplesmente a confundem com a teoria do imperialismo” este é para o autor um dos erros mais graves na interpretação da teoria da dependência. Ele acredita que a teoria da dependência seria uma crítica da teoria do imperialismo, “especialmente quando supõe a possibilidade de uma revolução nacional nos países periféricos com a participação ativa das diversas elites nacionais, a começar pela burguesia nacional”. (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 217).

Temos que ter em mente que Bresser, ao falar da questão da teoria da dependência, se remete sempre a sua versão, que ele afirma que era apoiada pelo PCB durante os anos 1950.

⁵¹ Trata-se do prefácio a 9ª edição ampliada de *As identidades do Brasil: De Varnhagem a FHC*.

Na análise das duas outras vertentes, acredita que “na versão da dependência associada dá-se um passo além”, distinguindo-se da teoria da superexploração capitalista, pois, “se afirma que essa participação das empresas multinacionais no desenvolvimento, trazendo sua poupança externa” e neste ponto se alia a teoria nacional-dependente, “e dos empréstimos internacionais, também envolvendo poupança externa, será condição para o desenvolvimento da América Latina”, o que significa que existe a associação ao capitalismo, não rompendo, portanto com esse modo de produção. (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 218).

Bresser-Pereira assegura que “finalmente, para ficar clara a distinção entre a teoria da dependência e a teoria do imperialismo, é preciso assinalar que a primeira, ao contrário da segunda, é uma teoria originalmente marxista” (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 218). Aqui é importante denotar algumas “confusões” que o autor remete. Em 1998, ele assegura que não entende Theotônio e Marini como dependentistas, mas como vinculados a uma nova versão da “teoria do imperialismo”. Em 2005, ele busca dar novas explicações as suas colocações anteriores, vejamos: “Na teoria da dependência, estão presentes três versões: a teoria original, marxista, a teoria da dependência associada e a teoria que denominarei de nacional-dependente”. (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 219 e 220). Após essa nova configuração, a seu ver, do que seria as teorias da dependência ele explica,

A primeira interpretação adotou um raciocínio linear, muito próprio de um marxismo que se pretendia ortodoxo. Dada a impossibilidade da existência de uma burguesia nacional, não restaria alternativa para os trabalhadores, ou para as esquerdas, senão trabalhar pela revolução socialista. Era, portanto, uma teoria próxima da do imperialismo, porque admitia claramente a existência do mesmo, mas radicalmente uma teoria crítica da versão nacional-desenvolvimentista da teoria imperialista, porque negava qualquer possibilidade de reação nacional nos quadros do capitalismo, sob a liderança de uma burguesia industrial nacional. (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 220).

Mais adiante, assegura: “A versão da dependência associada deriva diretamente da escola de sociologia de São Paulo, e é originalmente também de base marxista” (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 221). Esta é uma interpretação equivocada, mas que foi endossada por muitos leitores da obra de Cardoso. Entretanto no prefácio a nova edição de *Desenvolvimento e dependência na América Latina*, como já foi colocado neste trabalho, o autor desfaz este equívoco. Além disso, uma teoria marxista não entenderia como solução para a questão da dependência o desenvolvimento a partir da sua subordinação aos países de centro, que é o caso da teoria da dependência associada. A teoria da dependência de caráter marxista é tão somente a desenvolvida por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra,

cada uma com suas especificidades, mas que demonstra que a dependência só será extinta com uma revolução socialista.

Importante frisar que Bresser fez uma releitura da teoria da dependência associada e que, segundo ele:

Durante muito tempo, eu não vi com clareza a distinção entre essa versão e a minha própria da teoria da dependência, que denomino “nacional-dependente”. Hoje, a leitura que me parece adequada da dependência associada pode ser resumida — com todos os riscos dos resumos — em uma idéia simples: já que os países latino-americanos não podem contar com uma burguesia nacional, não lhes resta outra alternativa senão se associarem ao sistema dominante e aproveitar as frestas que esse oferece para que a América Latina se desenvolva. Dessa forma, a teoria da dependência associada compartilhava com a teoria da superexploração capitalista o pressuposto da impossibilidade de uma burguesia, ou, mais amplamente, de elites nacionais, mas dava muito mais ênfase à possibilidade do desenvolvimento nos quadros da dependência. (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 222).

Bresser afirma que “a versão do desenvolvimento nacional-dependente, embora tenha diversos pontos em comum com a da dependência associada” – e por isso a falta de clareza que ele informa não ter tido – “distingue-se dela por negar a premissa principal: a impossibilidade de existir uma burguesia nacional ou, mais amplamente, de elites nacionais.” (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 223).

Para concluir sua idéia acerca das distinções nas três versões da teoria, ele coloca que, “a interpretação da superexploração capitalista é radicalmente de esquerda e relativamente cosmopolita: faz a denúncia do imperialismo, mas nega a possibilidade da nação ao negar a possibilidade de um acordo nacional entre as classes para constituí-la”, esta seria a teoria desenvolvida por Marini. Entretanto, “a interpretação da dependência associada é moderadamente de esquerda, e claramente cosmopolita”, referindo-se a “teoria” de Cardoso e Falleto, e, “a interpretação da nacional-dependente, finalmente, é moderadamente de esquerda e claramente nacionalista: apesar de reconhecer sua ambiguidade, considera a possibilidade da existência de elites nacionais”, seria então a teoria da dependência defendida por Bresser em concordância com o pensamento de Jaguaribe e de Furtado. (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 227).

Outra característica importante das teses de Bresser-Pereira que merece atenção é a defesa da nação. Para o autor, o pressuposto de se assumir a não existência de uma burguesia

nacional, prejudica e inviabiliza a possibilidade de uma nação no Brasil. E, só a partir de um Estado- Nação forte haveria a possibilidade de superar a dependência, pois

ao se reconhecer a ligação intrínseca entre nação, Estado e desenvolvimento, ao se salientarem os interesses nacionais de ordem econômica e política que ligam os membros da nação, a dependência não desaparece, mas revela superável porque fica aparente seu caráter ambíguo e contraditório (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. xiv).

Para dar embasamento as suas teses, Bresser-Pereira busca demonstrar que haveria outra alternativa de desenvolvimento econômico para o Brasil e América Latina, além dos propostos por Cardoso. O desenvolvimento econômico poderia ter ocorrido, como se deram em alguns países da Ásia, ou seja, por meio de estratégias nacionais de desenvolvimento. Para o autor, o enfraquecimento da hegemonia dos Estados Unidos da América a partir dos anos 2000, representaria uma oportunidade que deveria ser aproveitada, da mesma forma como nos anos 1930 significou uma oportunidade que o Brasil utilizou para se desenvolver.

Assim, dentro do atual processo econômico, social e político que o Brasil se encontra, bem como das atuais crises econômicas mundiais, existiria, na perspectiva de Bresser-Pereira, a possibilidade de superação da dependência econômica por meio de um plano de desenvolvimento nacional.

3.2 – Os antecedentes do “não-debate” acerca das teorias da dependência

Fiz a reforma da Previdência para que aqueles que se locupletam da Previdência não se locupletem mais, não se aposentem com menos de 50 anos, não sejam vagabundos em um país de pobres e miseráveis”, disse FHC.

Antes do “surgimento” da teoria da dependência, a questão debatida no meio acadêmico era o desenvolvimento. Foi a partir desta premissa que a Cepal desenvolveu algumas teses.

Como já exposto neste trabalho, o ensaio de Cardoso foi escrito para Raúl Prebisch e tinha como objetivo, também, desmistificar as teses de estagnação econômica propagadas por Celso Furtado. Além de a estagnação econômica ser, para Cardoso, uma concepção

incorreta, ela também teria levado outros dependentistas a escreverem “teorias da dependência” a partir desse pressuposto. Foi esta a forma como Fernando Henrique colocou as teses de Marini, durante décadas.

A ideia de Cardoso seria tentar provar que tomando como alicerce as ideias estagnacionistas os teóricos da dependência que partilhavam desta concepção vislumbrariam como solução para o problema da dependência a revolução socialista. Conseguindo demonstrar, em suas teses, que existiria a possibilidade de desenvolvimento com dependência, haveria também como defender a continuidade do regime capitalista e não a ruptura. Ainda que, quando estavam debatendo sobre essas questões, vivia-se na América Latina uma série de golpes militares que tinham como um dos objetivos a restauração da ordem.

Os golpes se deram após a Revolução Cubana de 1959, este fato histórico mudou os rumos da América Latina e fez com que os capitalistas e a burguesia conservadora se pusessem contra a ameaça comunista.

Como bem colocou Bresser-Pereira, de alguma forma, a premissa de Cardoso com o seu “desenvolvimento capitalista associado ao capital estrangeiro” endossava o que pretendiam os militares após o golpe.

Nesse mesmo período Fernando Henrique fundou o Cebrap com apoio financeiro da Fundação Ford (empresa estadunidense que também apoiou e financiou o golpe militar no Brasil e América Latina). Se a intenção de fundar o Cebrap foi boa, ou seja, empregar profissionais que foram afastados e sofreram censura pelo regime que o país vivia, o que foi produzido pelo instituto pode ser questionado. Segundo a pesquisadora Frances Stonor Saunders, a Fundação Ford teria sido o braço direito da Cia com o intuito de financiar artistas e intelectuais seja de direita ou de “esquerda” com o objetivo de afastar a “*intelligentsia* do comunismo e aproximá-la do *American way of life*”⁵². Para Palmério Dória, “Se a Cia financia quem financia o Cebrap, então a Cia financia o Cebrap”. (DÓRIA, 2013, p. 35).

Para mostrar, dentro da totalidade histórica, as críticas de Cardoso à Marini, é necessário apresentar o artigo “A dependência revisitada”. No entanto, o artigo não foi apenas publicado em 1972 como informa Cardoso⁵³ em *As ideias e seu lugar*. O texto foi publicado com título distinto “Notas sobre o Estado atual dos estudos sobre a dependência”, nos Cadernos Cebrap 11, em 1975, e também em um livro organizado por José Serra: *América Latina: ensaios de interpretação econômica*, em 1976.

⁵² Ver SAUNDERS, Frances Stonor. *Quem pagou a conta? A Cia na guerra fria da cultura*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

⁵³ Não há qualquer referência no livro de que o artigo foi publicado sob outro título.

Algo chama atenção em relação aos dois textos produzidos para fazer a crítica à Marini. Em 1972, Cardoso fez a crítica, mas de forma “elegante”. Para ressaltar o ponto em que vai discordar das teses de Marini ele aponta “aqui que a discussão da tese de R. M. Marini parece pertinente” (CARDOSO, 1993, p. 107), trata-se das análises sobre o intercâmbio desigual, e encerra mais adiante:

A razão pela qual trato de limitar o alcance teórico das explicações dadas por Marini (sem negar o peso histórico de alguns de seus argumentos) diz respeito à própria teoria marxista do capitalismo e ao ponto anteriormente mencionado relativo à compatibilidade entre dependência e desenvolvimento capitalista. (CARDOSO, 1993, p. 110).

Já em 1978, sobre o mesmo assunto (intercâmbio desigual), Cardoso exacerba: “Noutros termos, o IRT (como a designação indica) registra a variação de *preços relativos*, enquanto o intercâmbio desigual se refere às variações de produtividade e *valores* unitários. Que desdita sofreu a análise de Prebisch na pena de Rui Mauro Marini?” (CARDOSO, 1979, p. 45). Este ponto será desenvolvido mais adiante.

Não obstante, apesar das discordâncias teóricas, é notável que em 1972 a linguagem usada por Cardoso para fazer a crítica é relativamente cordial. É de modo “cordial” que ele apresenta suas argumentações que consistirá sempre em afirmar que Marini entende a dependência como estagnação e que suas categorias (superexploração do trabalho e subimperialismo) são contestáveis. Todavia, como vimos no pequeno trecho acima citado e que será desdobrado neste trabalho, quando escreve as “Desventuras da dialética” em parceria com José Serra, o linguajar ameno é esquecido. Alguns trabalhos recentes apontam alguns motivos históricos para essa mudança na forma com que Cardoso passou a se dirigir à Marini⁵⁴.

Alguns dos fatos relevantes a ser pensado são as movimentações do autor no cenário acadêmico e político brasileiro no período em que escreve esses textos. Nesse período de “transição transada”, é possível Cardoso ter participado diretamente da criação da Anpocs por meio do Cebrap, do qual é o membro fundador, como aponta Adolpho Wagner em sua dissertação:

neste período de definições e indefinições, as ciências sociais vão se institucionalizando. Cria-se a Anpocs em 1977, a partir, pelos dados que conseguimos obter, de uma articulação muito próxima entre o Cebrap e o

⁵⁴ Prado (2011) indica bibliografia que começa a apontar alguns elementos que explicariam tais mudanças.

Iuperj. Através dela dá-se início a uma política de criação e consolidação de programas de pós-graduação em ciências sociais. Esta expansão se fez, como destaca Sorj, contra o pensamento de tradição marxista, resultando, com o passar do tempo, na constituição de uma dominância do pensamento antimarxista, pelo menos entre as afiliadas a esta Associação. (WAGNER, 2005, p.148).

No ano seguinte, 1978, Cardoso começa aspirar cargos políticos, sai candidato a Senador por São Paulo ficando como suplente de Franco Montoro. Nesse mesmo ano, Cardoso e Serra escrevem e apresentam, em Princeton, EUA, a famosa “As desventuras da dialética” com o objetivo de “colocar trancas que fechem as saídas”. Também em 1978 o texto é publicado na Revista Mexicana de Sociologia com a devida resposta de Ruy Mauro Marini. Mas, em 1979, quando publicada nos Cadernos Cebrap nº 23, a resposta de Ruy Mauro foi “esquecida”. Em 28 de agosto de 1979, é promulgada a lei 6.683, mais conhecida como “lei da anistia” que permitiu aos exilados voltarem ao país. E, entre os anistiados estava Marini. Seria a volta de Marini do exílio uma preocupação para Cardoso?

Em 1980, no momento de abertura democrática que é lançado o livro *As ideias e seu lugar*, composto de cinco artigos escritos durante os anos 1970 e mais a introdução escrita no mesmo ano do lançamento do livro⁵⁵, em que Cardoso aborda a questão da dependência e do desenvolvimento econômico brasileiro⁵⁶. Na apresentação e introdução são expostas suas teses sobre dependência e explicado o motivo pelo qual deu esse título para a obra.

Esboçando a ideia original de Roberto Schwarz em *As ideias fora do lugar* (texto publicado nos Cadernos Cebrap e posteriormente incluso no livro *Ao vencedor as batatas*)⁵⁷, Cardoso afirma que existiria n Brasil e na América Latina um pensamento original, sem que seja, necessariamente, cópia ou plágio do pensamento de autores de outros países⁵⁸.

O objetivo principal do livro, no entanto, seria rever suas teses. Cardoso, mais uma vez, faz críticas aos autores da teoria marxista da dependência denominando-as como “estagnacionistas” e “catastróficas”. Em sua concepção, apesar das divergências de análises acerca da questão da dependência, aquela que conseguiu identificar a possibilidade de desenvolvimento capitalista nos países dependentes foi a “predominante”. Em suas palavras,

⁵⁵ Quando da edição que usamos, 1993, Cardoso incluiu um adendo, publicado em 1990.

⁵⁶ Nestes artigos, tem-se a leitura desde o surgimento do pensamento da CEPAL e suas análises, bem como a discussão sobre as teses de outros autores dependentistas (termo que diz lhe causar horror) e o consumo indevido, em sua concepção, da teoria da dependência nos EUA.

⁵⁷ Schwarz faz uma crítica ao pensamento latino-americano, em especial a Machado de Assis, afirmando que as ideias desenvolvidas no Brasil são mera “cópia” do que já foi desenvolvido na Europa.

Houve, é verdade, divergências de interpretação. Não faltaram análises apressadas para mostrar que havia tendência à estagnação econômica da periferia graças à estreiteza dos mercados. Mas a linha predominante nas análises academicamente sólidas foi outra. Ela tende a mostrar que *dependência e desenvolvimento capitalista* podem marchar paralelos. (CARDOSO, 1993, p. 21).

A introdução de as *Idéias e seu lugar* serve como base para se entender o que a “teoria da dependência” buscava explicar, ou seja, os motivos da dependência e as possíveis soluções. Após explicitar historicamente o caráter da dependência latino-americana no bojo do sistema capitalista, procura delimitar sua posição distinta e “original” assegurando a existência da concepção estagnacionista e catastrofista nas teses dos teóricos da TMD. Vejamos,

A argumentação falaciosa que acreditava na *estagnação* provável das economias periféricas industrializadas devido a estreiteza do mercado interno, bem como a saída alternativa que consistiria na expansão das exportações e eventualmente na luta entre nações “*subimperialista*” para assegurarem mercados, desfez-se na última década. (CARDOSO, 1993, p. 23, grifos nossos).

Qual razão Cardoso teria para afirmar e reafirmar que as teses dos dependentistas da TMD eram estagnacionistas? Por qual motivo o consumo da “teoria” da dependência de Cardoso teve importância para entender o Brasil e dar as respostas para se pensar os rumos do país?

O primeiro artigo que compõe o livro é “Originalidade da cópia: a Cepal e a ideia de desenvolvimento”, nele Cardoso retrocede da questão da dependência para mostrar o pensamento dos cepalinos, em especial de Raúl Prebisch, abordando as críticas que esse “pensamento” sofreu, bem como elencando a contribuição da concepção cepalina para entender o problema latino americano. Para Cardoso a perspectiva “catastrofista”, que levou mais tarde a formulação de teorias do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, estava incrustada na própria explicação cepalina. (CARDOSO, 1993, p. 42). Apenas após os golpes militares que ocorreram na América Latina foi que essas teorias foram substituídas por uma outra explicação derivada dos teóricos dependentistas. Entretanto, apenas uma das correntes que passou a pensar a dependência não seria, para Cardoso, catastrofista. Essa interpretação seria mais sociológica e política e não tanto econômica, como era o pensamento cepalino. A interpretação seria a versão que ele e Faletto desenvolveram.

O próprio autor tem ciência, ainda na década de 1970, da importância e repercussão positiva das suas teses – não apenas academicamente – como alternativa viável para a compreensão dos problemas latino-americanos. Algo a pensar é por qual motivo, durante os anos de chumbo da ditadura, a tese de Cardoso foi publicada e consumida no Brasil mesmo mediante a censura.

O segundo capítulo desse livro foi contemplado com o artigo “A dependência revisitada”, aquele em que as críticas são “amenas”. Nele, Cardoso retoma a origem da teoria da dependência, aborda e se põe contra as teses de Marini, bem como afirma que a teoria da dependência só tem sentido se analisada através de uma leitura marxista, e classifica sua obra nessa perspectiva. Em suas palavras,

Não tem sentido inventar procedimentos teórico-metodológicos supostamente novos para caracterizar a corrente de pensamento a que me estou referindo. Implícita ou explicitamente a fonte metodológica é a dialética marxista. Entretanto, existem tão variadas maneiras de conceber a utilização da dialética marxista que pode ser útil explicitar o que entendo por ela. Antes de mais nada, convém matar no nascedouro um equívoco que quer ter ares de polêmica. Não deve existir confusão entre a insistência da natureza *concreta* das análises de dependência e qualquer vestígio de empirismo historicista ou “neopositivismo”. Na seção anterior adiantei os argumentos que explicam o que se entende por caminho que leva ao concreto na dialética marxista. Antes de mais nada uma análise concreta sobre a dependência deve partir de uma “situação concreta” e resultar numa “análise concreta”, o procedimento que está por trás desta afirmação é o mesmo tantas vezes reafirmado por Marx ao dizer no texto famoso da *Contribuição a Crítica da Economia Política* que “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”. (CARDOSO, 1993, p. 91).

Delimitando o período em que o texto foi escrito, 1972, pode-se constatar que Cardoso precisava, ainda, afirmar-se como autor que usava as categorias marxistas. No entanto, com as mudanças nas condições históricas sua “adaptação” a outras correntes teóricas foram se acentuando. Como já citado aqui, Cardoso se afirma eclético.

Com relação aos antecedentes do não-debate, Prado traz algumas respostas a esses questionamentos. Para isso ele faz uma análise histórica do pensamento dos autores, expondo os motivos que, possivelmente, teria levado Cardoso a delimitar a entrada do pensamento de Marini no Brasil e “colocar trancas que fechem as falsas saídas”.

Analisando a questão da dependência na América Latina, pode-se afirmar que o debate “existiu e foi riquíssimo”, entretanto, no Brasil,

houve um não-debate, e em seu lugar existiu uma leitura unilateral em relação às contribuições vinculadas ao marxismo e à luta revolucionária latino-americana. Tais contribuições, além de terem sido alvo da censura e da perseguição política, sofreram um sistemático trabalho de deturpação intelectual, no qual o ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso teve um papel central, contando também com a conivência de diversos intelectuais de peso e com uma tenaz inércia intelectual, que apenas recentemente tem sido rompida (PRADO, 2011, p. 69).

Em vez do debate que existiu na América Latina, no Brasil a única corrente de pensamento acerca da teoria da dependência que se fez conhecida foi a da (inter)dependência de Cardoso. Além de aceitar suas teses, o que escreveu em seus artigos foi o que predominou no debate que ocorreu no Brasil, inclusive as críticas aos autores Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank. Muitos intelectuais conceituados no Brasil se pautaram nas observações de Fernando Henrique com relação aos autores citados para endossarem tais críticas.

Além do artigo “Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência”, Prado aponta outro que teve uma repercussão ampla. Trata-se de mais um artigo que foi publicado mais de uma vez com títulos distintos. Em 1973 quando apresentado na Conferência Internacional sobre “Sociologia del desarrollo y desarrollo: dependência y estructuras de poder” foi intitulado de “As contribuições do desenvolvimento associado”, no entanto, quando publicado em 1975 no livro *Autoritarismo e democratização*, o artigo abre o capítulo I, como “As novas teses equivocadas”. Cabe ressaltar que esse livro tem ampla divulgação e foi bem recebido no meio acadêmico por intelectuais de direita ou esquerda. Nesse caso, Cardoso informa que o artigo já havia sido publicado anteriormente. O alvo, nesse artigo, eram as contribuições de Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank. Mais uma vez a crítica “não tinha sustentação na obra dos autores a quem eram dirigidas” (PRADO, 2011, p. 72).

São diversas as teses invertidas nesse artigo, como também em “As desventuras da dialética” do qual Marini se defendeu e que será exposto no item 3.4 deste trabalho. Para Prado, na crítica constante de “As novas teses equivocadas”, é “patente a falta de rigorosidade, pois o artigo transforma citações, não faz referências a textos, utiliza expressões inventadas como se fosse dos autores em questão, entre outras artimanhas de uma crítica injusta”. Apesar disso, “foi precisamente neste artigo onde se estabeleceram as noções mais recorrentes relacionadas àqueles autores criticados” (PRADO, 2011, p. 73).

Mas, os ataques as teses de Marini não pararam por aí. Não achando suficiente, Fernando Henrique Cardoso encontrou em José Serra um colaborador e juntos escreveram a já citada “As desventuras da dialética da dependência”. Algumas das críticas constante desse artigo das “desventuras” foram publicadas na revista *Dados*, apenas por Serra, sem a parceria de Cardoso. O título dado ao texto foi “As desventuras do economicismo: três teses equivocadas sobre autoritarismo e desenvolvimento”. Tais críticas mais uma vez foram amplamente divulgadas e “não por acaso foram retomadas no momento prévio à anistia política” (PRADO, 2011, p. 74).

A partir deste ponto, Prado traz elementos importantíssimos no que diz respeito a reprodução do que intitula “pensamento único” por muitos intelectuais brasileiros. Não se trata da análise do pensamento dos autores que irá apresentar. Mas, argumentar que esses, tendo como alicerce as críticas de Cardoso, não foram à obra de Marini para verificarem a crítica, apenas a reproduziram confiando nas alegações do “príncipe dos sociólogos”.

A primeira intelectual apontada é Maria da Conceição Tavares, no artigo “O desenvolvimento industrial-latino americano e a atual crise do transnacionalismo – algumas considerações” faz críticas a Gunder Frank, e não menciona os trabalhos de Theotônio dos Santos à respeito das corporações multinacionais, mesmo escrevendo sobre o tema. Após as críticas, Tavares passa aos elogios as contribuições de Cardoso e Faletto, entretanto, ao mesmo tempo em que ressalta a importância das contribuições dos teóricos da dependência associada, volta a crítica aos teóricos da dependência que “por certas visões primárias” da teoria e de que “seus esforços de interpretação terminaram sem status teórico afiançado e sem aprofundamento das análises dos subsistemas industriais que se propunham estudar”.

De acordo com Prado, Tavares age de forma distinta. Com os teóricos que faz a crítica não apresenta quaisquer argumentações, mas quanto à Cardoso e Faletto, faz um resumo detalhado do trabalho, antes de adentrar aos outros temas que fazem parte do artigo.

Além de Tavares, outro intelectual influente teria seguido esse caminho. Prado especifica que João Manuel Cardoso de Mello também criticou negativamente as teses dos teóricos marxistas da dependência e valorizou as teses de Cardoso, “mas não num artigo, e sim em sua influente tese doutoral, defendida em 1975, e que pouco depois se tornou livro e condicionou boa parte das interpretações inscritas na chamada ‘Escola da Unicamp’” (PRADO, 2011, p. 76). Cardoso de Mello, na introdução de *O capitalismo tardio*, afirmaria:

a primeira vertente da Dependência – representada pelos trabalhos de A.G. Frank, centrados na ideia de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, que

se entende nuclearmente como uma contínua rearticulação de uma relação entre Metrôpoles e Satélites – consiste, de modo cristalino, numa mera reprodução da problemática cepalina e, por isto, não apresenta maior interesse teórico.

Ao contrário, a formulação de F.H. Cardoso e E. Faletto merece um exame cuidadoso, por sua importância decisiva. (CARDOSO DE MELLO *apud* PRADO, 2011, p. 77).

Após explicitar o trecho do doutorado de Cardoso de Mello, passa a elencar alguns problemas acerca do tema, teoria da dependência, tratados na tese. Para Prado há um estreitamento no que concerne aos dependentistas, pois não teria havido uma “origem comum entre os dependentistas” e, tampouco esses partiram do pressuposto da “não-industrialização” para desenvolver suas argumentações. Além disso, “é notável a forma com que Cardoso de Mello descarta o debate com André Gunder Frank, afirmando uma opinião insustentável como se estivesse baseado num argumento ‘cristalino’” (PRADO, 2011, p. 78).

O terceiro intelectual a ser mencionado é Guido Mantega. No entanto, diferentemente dos dois anteriores, o autor dedica um capítulo do seu livro *Economia Política Brasileira* para fazer a análise do “modelo de subdesenvolvimento capitalista”, a partir dos autores Andre Gunder Frank, Caio Prado Júnior e Ruy Mauro Marini. Segundo Prado, no livro, haveria “falsas críticas” tendo como base os argumentos de Cardoso. Existe uma citação ampla em que Prado faz a sua argumentação, na qual faremos um recorte apenas para mostrar, mais uma vez, a crítica aos teóricos da TMD e os louros a Fernando Henrique.

À medida que as teses de Frank e outros autores estagnacionistas colidiam com a expansão da acumulação e com as transformações políticas verificadas principalmente nos anos 50 e 60 em vários países da chamada periferia, surgem, no cenário teórico latino-americano, novas interpretações [...] que acreditavam na viabilidade de um desenvolvimento capitalista no Brasil. Trata-se dos artífices da Teoria da Dependência, dentre os quais destacam-se Fernando H. Cardoso, Enzo Faletto [...] e outros, responsáveis por um filão teórico a ser explorado a partir da segunda metade da década de 60, que seria decisivo para a superação das teses estagnacionistas. (MANTEGA *apud* PRADO, 2011, p. 78).

Os três intelectuais aqui mencionados tem um papel importantíssimo na influência de suas análises sobre o Brasil. Assim, além das críticas de Cardoso, ter em Tavares, Cardoso de Mello e Mantega o endosso destas distorções do pensamento de Marini, fez com que esse ficasse marcado como intelectual das teses estagnacionistas, da inviabilidade do desenvolvimento capitalista na periferia, entre outros estigmas. Além dos três autores citados,

Prado, ainda faz a colocação de mais dois: Horácio Gonzáles e Luiz Carlos Bresser-Pereira, esses como os outros partiram de uma concepção equivocada dos teóricos marxistas da dependência, e endossaram por muito tempo a contribuição “fenomenal” da obra de Cardoso. No caso de Luiz Carlos Bresser-Pereira, como exposto no primeiro item deste capítulo, afirma que se equivocou nas leituras que havia feito do desenvolvimento associado. E, inclusive passa a informar que no artigo “Seis interpretações sobre o Brasil” existem algumas análises errôneas. Todavia, com relação as teses de Marini, Bresser continua publicando textos que dão ênfase ao não-debate e a influência de Cardoso.

Outros intelectuais como José Luís Fiori e Marcelo Ridenti remetem as teses de Marini como estagnacionistas. Para Ridenti,

Fala-se aqui em “teoria da dependência” no sentido que a expressão foi empregada por Weffort, englobando autores como Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos, que não viam alternativas de crescimento para os países subdesenvolvidos dentro do capitalismo, sistema que nos países dependentes só poderia ser mantido pela força bruta das ditaduras. Não confundir essa escola com a “teoria da dependência” a que se refere Guido Mantega, teoria que negava as teses de estagnação, argumentando a possibilidade do desenvolvimento capitalista no Brasil e na América Latina, embora dependente e associado ao capital internacional. (RIDENTE *apud* PRADO, 2011, p. 85).

Além dos autores apontados por Prado, consideraremos mais um que, tendo como base “As desventuras da dialética da dependência”, fez a crítica aos teóricos marxistas da dependência. Trata-se de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, que no prefácio que escreveu ao livro *Repensando a dependência*, de Lídia Goldenstein, faz a citação de dois trechos das “desventuras” e em cima destas vai desenvolvendo seu raciocínio para também desqualificar uma tese em detrimento da outra. Nas referências bibliográficas citadas para o tal prefácio constam tão somente o livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina* e “As desventuras da dialética da dependência”, no entanto, não há referência de nenhuma obra dos autores da TMD.

Assim, como bem apontou Prado, as críticas continuam se sucedendo pelos leitores dos autores citados e ainda outros. Serão apontadas as críticas de Cardoso e Serra no próximo tópico, bem como a réplica de Marini no tópico subsequente, com o intuito de demonstrar a forma com a qual a teoria da dependência de Ruy Mauro foi deturpada e por esse motivo a leitura de sua obra foi desconsiderada durante décadas.

3.3 - As desventuras da dialética da dependência

“Nunca tive a pretensão de que algum dia poderia explicar tudo. Minha sensibilidade intelectual está mais para o lado de Weber do que para o lado de Marx. Marx faz um sistema e explica tudo: eis aí a verdade. Não sabe viver sem sistema. Já Weber não fez sistema, e quem não faz sistema permanece mais tempo. Nunca deixei de analisar os fatos com o recuo do homem de ciência, o que me dá certa tranquilidade na prática da política” (CARDOSO, 1997, p. 295-296).

Como exposto no item anterior, por diversos motivos, Cardoso e Serra fizeram um esforço para fazer a leitura da *Dialética da dependência* e deram suas interpretações com o intuito de “senão propor alternativas (que seria pedir muito), pelo menos colocar trancas que fechem as falsas saídas.” (CARDOSO e SERRA, 1978, p. 36).

Aparentemente, como será indicado neste capítulo, é possível avaliar que os autores da crítica tenham avaliado as teses de Marini como perigosas, pois acreditam que sejam impróprias para a leitura de pessoas “desavisadas” e um “atraso”.

Em razão das críticas calorosas de Cardoso a Marini, de sua forma agressiva de expor as ideias do pensador da teoria da dependência marxista e da desqualificação intelectual do autor, faz-se necessárias as seguintes indagações:

- 1) Se o texto de Marini é tão desprezível, como faz crer Cardoso e Serra, por que “perderam” tempo em escrever a crítica, em vez de simplesmente ignorar algo tão absurdo? Seria apenas pelo teor “perigoso”?
- 2) E, se não bastasse apenas Cardoso fazer esta crítica, já que é/era o teórico da dependência mais lido no Brasil, porque a necessidade de unir-se a José Serra para expor os argumentos?

A forma como Cardoso e Serra escrevem *As desventuras da dialética* permitem algumas interpretações. Não é possível afirmar – pois existem mais insinuações do que afirmações – mas o que o texto dos autores deixa transparecer é uma crítica velada àqueles que deram suas vidas no afã de um projeto socialista, posto que Marini teria sido acusado de fazer teoria para justificar a luta armada. Assim, como entender as palavras de Serra e Cardoso?

interessa-nos criticar as explicações econômicas propostas porque elas, fundamentadas pobremente na teoria marxista, sugerem práticas políticas

equivocadas. Se no plano da análise econômica os equívocos podem ser sanados pela crítica, as políticas inspiradas por estas mesmas análises podem levar a desastres cuja “correção” passa muitas vezes pelo sacrifício, até físico, de setores importantes de toda uma geração. (CARDOSO, 1979, p. 36).

Em tom agressivo, como se verá por todo o texto, Cardoso e Serra alegam que essa teoria poderia causar danos incomensuráveis aos “menos avisados”, quando tenta esconder “os crassos enganos em que se baseia”, dando elementos falsos àqueles que queriam mudar a ordem estabelecida. Todavia, “quando o impulso generoso dos que desejam revolucionar se soma a postulados falsos ou equívocos”, não apenas haveria uma perda da teoria que se “empobrece embebida em má política”, como causaria uma menor gravidade se a política não se estiolasse “em tentativas, frustrações e enganos”. (CARDOSO e SERRA, 1979, p. 36).

Passados mais de 30 anos da divulgação desse artigo, pode-se afirmar que todo o discurso inflamado com que foi escrito, foi absorvido pela maioria que o leu. Foram décadas de intelectuais se referindo ao assunto, como um “fechar de bocas” à repercussão do pensamento de Marini. Ao se referir ao intelectual da teoria marxista da dependência, muitos apenas se recordavam daquele que tinha sido “destruído” pelas críticas de Cardoso:

Depois de certo tempo, a custa de muita energia perdida, o ímpeto revolucionário desanima e cede à apatia. Mas parece que a rigidez mental de alguns intelectuais leva-os a continuar ostentando, como os mandarins, os lauréis acadêmicos obtidos com um saber que já está morto; assim, dando uma conotação mais dramática à observação de Keynes, continuam, como fantasmas, persuadindo os políticos a serem escravos de ideias defuntas. Neste artigo nos preocuparemos com a análise de um autor, Rui Mauro Marini. (CARDOSO e SERRA, 1979, p. 36).

Isto é apenas a “introdução” do artigo. Aqui trataremos do conjunto de colocações que os autores imputaram como deficiência das teses de Marini. Mas, considerando o peso acadêmico que Cardoso conseguiu galgar durante os anos 1960 e 1970, e escrevendo a crítica após quase dez anos da publicação e circulação de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, é possível crer que os autores de “As desventuras dialéticas da dependência” tivessem consciência de que tais acusações causariam um impacto à disposição para a leitura obra de Marini, que sequer tinha sido publicada no Brasil.

Segundo os autores, Marini teria proposto uma ambiciosa teoria para explicar a “dialética da dependência”. Pela explicação da categoria de superexploração do trabalho nas sociedades dependentes, “fonte” para Marini do “intercambio desigual”, ele teria juntado sua

teoria “às ideias relativas ao esgotamento do mercado interno e à *estagnação* provocadas pelo estilo de desenvolvimento em curso”. Isso teria dado a sugestão de que para a burguesia sair desse problema seria necessário o subimperialismo. Por meio desta desordem, Marini teria mostrado as teses de Theotônio dos Santos, “fascismo ou socialismo”, como “teoricamente sustentável”. Desta forma, Marini teria criado teoricamente algo que não existia – a explicação de uma *estagnação econômica*, a superexploração do trabalho e o subimperialismo. E após estas bases teóricas supostamente incabíveis, na percepção de Cardoso e Serra, Marini teria proposto o socialismo como solução para resolver esse problema “absurdo” criado teoricamente. Marini e Santos teriam justificado que, caso o socialismo não se desse, a América Latina estaria fadada ao fascismo.

Muito mais do que divergências teóricas entre os autores, nesse texto há uma supressão das teses de Marini. Cardoso e Serra buscam invalidar totalmente a discussão que Ruy Mauro procurou fazer em *Dialética da dependência*. Para os autores,

Esclareça-se desde logo, que a destruição eventual de alguns ou mesmo de todos os principais supostos das teorias de Marini não implica na inviabilidade do socialismo. Por sorte para este (e para as classes dominadas da América Latina) existem outros, e mais sólidos argumentos para sustentar, por caminhos diferentes, o mesmo resultado. (CARDOSO e SERRA, 1979, p. 37).

Cardoso começa a crítica elencando o pensamento da Cepal e do PCB e as propostas de aliança nacionalista como pressuposto, na perspectiva dos dois grupos, para sair do impasse da dependência. Ele descreve a forma como trabalhará o artigo nos seguintes termos: “no tópico inicial deste trabalho – ‘Desenvolvimento nacional e estagnação econômica’ – [farei] uma síntese de como certos círculos de esquerda abordavam esta questão”. Na sequência, Cardoso e Serra, passam às críticas a Marini: “em seguida, apresentaremos a secção intitulada ‘O intercâmbio que não é bem igual’” e “desbastadas as dificuldades iniciais da referida dialética analisaremos os passos subsequentes do pensamento de Marini”. A ironia continua... “No item sobre ‘O subimperialismo e as trevas’ veremos como se faz renascer um Frankenstein com *appeal* político, embora sem fundamentação teórica adequada e assentando em base empírica escassíssima”. E com relação à tese da superexploração do trabalho, último item “discutido” por Cardoso e Serra, eles colocam que “ver-se-á como o que não se sustentava na análise do passado tem maiores dificuldades ainda para manter-se como teoria geral do sistema capitalista periférico contemporâneo”. (CARDOSO e SERRA, 1979, p. 37-38).

No primeiro item, Cardoso e Serra fazem a análise das teses de “estagnação econômica” que estariam no âmago do pensamento do Iseb, da Cepal e do PCB. Afirmam isso, citando as análises realizadas no trabalho *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, defendendo que os grupos analisados – percebendo a “inviabilidade” do nacional desenvolvimento – passaram a confundir o que seria o processo “real” do desenvolvimento do capitalismo. Seria como se não houvesse alternativa viável além das propostas do Iseb, Cepal e PCB, mas a verdade era outra. Ou seja, não necessariamente o desenvolvimento teria que se dar através do nacional-desenvolvimentismo. Havia outras possibilidades e essa teria sido a originalidade de Cardoso e Faletto em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, isto é, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro poderia ser viabilizado com a associação ao capital internacional, como tantas vezes citamos nesta dissertação. No entanto, dentro da perspectiva frustrada pela não realização do processo nacional-desenvolvimentista, alguns intelectuais de esquerda apontavam que,

a alternativa imediata que se colocava para as classes exploradas era a de elas mesmas tomarem em suas mãos a tarefa de promover o desenvolvimento, removendo os obstáculos da estrutura agrária tradicional e da dominação externa e abrindo caminhos ao socialismo, dentro de um processo de revolução ininterrupta. (CARDOSO e SERRA, 1979, p. 40).

Depois de justificar o que, para os autores, estaria no centro do pensamento dos teóricos marxistas da dependência, são apresentados dois trechos de um livro de Theotonio dos Santos em que justifica o socialismo como alternativa única para “estagnação burguesa”⁵⁹ e “eliminação das barreiras ao desenvolvimento capitalista no país”. Entretanto, em nota de rodapé, Cardoso e Serra indicam que existem outros trabalhos do autor que “são mais ricos e matizados do que poderiam sugerir estas citações isoladas”. Na sequência, esclarecem que entre os autores com maior representatividade na perspectiva de Santos e Marini, poderia ser citado André Gunder Frank.

Cardoso e Serra fazem então a citação do próprio Marini, em *Subdesenvolvimento e Revolução*, em que a resposta de Ruy Mauro aos problemas de dependência seria “o exercício de uma política operária de luta pelo socialismo”. Na perspectiva dos autores que fazem a

⁵⁹ Santos, 1968, p. 41 e 113. Há um problema com esta citação, nas referências bibliográficas Cardoso aponta apenas um livro de SANTOS, Theotonio, *Socialismo o fascismo: El Dilema Latinoamericano*. Santiago: Prensa Lationamericana, 1969. 2ª edição revista, 1972. Não consta o livro de 1968, entendemos que se trate de 1969 e haja erro de digitação.

crítica, foram esses “tipos de análise” que coadjuvaram os argumentos usados por parte da esquerda latino-americana para fundamentar a necessidade da “luta armada”.

Novamente, os críticos passam a imputar aos teóricos marxistas a estagnação como justificativa para suas propostas, lembrando o cientista político Hélio Jaguaribe. Nas palavras dos autores,

entre os que aceitaram a ideia da estagnação e se preocuparam com proposições de alternativas nem todos concluíram que necessariamente o socialismo estava às portas (ou então que fosse desejável). Esse foi, por exemplo, o caso de autores como Hélio Jaguaribe, um dos mais importantes propugnadores do desenvolvimentismo nacional que, escrevendo em 1969 e considerando ser [a estagnação latino-americana uma das principais características atuais da região] reuniu imaginação criadora suficiente para redefinir as bases de seu antigo projeto, agora em termos de “autonomia desenvolvimentista”, cujo principal ator passaria a ser a classe média, sobretudo a representada pela oficialidade militar. (CARDOSO e SERRA, 1979, p. 41).

Para Cardoso e Serra, acreditando na impossibilidade do desenvolvimento do capitalismo em sociedades dependentes, em particular no Brasil, diversos pensadores – “não apenas marxistas” – se viram às voltas com quais seriam as razões desta conjuntura. Tendo como referência o pensamento da Cepal, alguns discordaram destas explicações e buscaram alternativas.

Mais uma vez, os críticos ao pensamento de Marini ressaltam o pensamento “original” de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* como contraponto às teses cepalinas. Sempre, de forma implícita – quando não explicitamente – Cardoso afirma que as suas ponderações acerca do tema da dependência significaram um avanço, e um acerto nas análises de qual seria o caminho correto para o país. O autor se “auto” distingue de uma maioria de pensadores, aos quais imputa o “pessimismo” como “obstáculo” para ver “mais longe”.

Para encerrar a “introdução”, os autores mais uma vez usam a ironia afirmando que: “no tópico seguinte, analisaremos as relações entre as teorias cepalinas e o nascimento da dialética da dependência, a qual, *malgré* pai e filho, são como Dr. Jekyll e Mr. Hyde do filme”. (CARDOSO e SERRA, 1979, p. 42).

Para Wagner, as “Desventuras da Dialética da Dependência” seria:

um texto de difícil leitura, muitas vezes sem deixar claro a quem pertencia uma determinada opinião – se de seus proponentes ou do próprio Marini – além de uma forma agressiva e deselegante de travar o debate científico

(principalmente a quem se destinava até alguns elogios). (WAGNER, 2005, p. 139).

De fato, a forma pouco convencional e não acadêmica de fazer a crítica, fez com que o texto não fosse fluido. As várias alusões e insistências em torno da concepção de estagnação econômica nas teses de Marini, segundo os autores, determina que seja esse o ponto que fique em evidência e que se “fixe” na memória de seus leitores. E, pelo que a história mostrou, se era esse o objetivo, o resultado foi alcançado. Marini ficou, por muito tempo, conhecido como o teórico da dependência das teses “estagnacionistas” e “catastrofistas”.

Após explicar as questões relativas ao desenvolvimento nacional e estagnação econômica, Cardoso e Serra, no item “O intercâmbio que não é bem desigual”, afirmam que o “ponto de partida” de Marini em *A Dialética da dependência* seria a questão em torno do IRT – Índice de Relação de Troca. Para demonstrar os equívocos de Marini, os autores apresentam como a questão teria sido abordada pela “teoria cepalina”.

As teorias apresentadas pela Cepal que se referiram ao “intercâmbio desigual” se originaram das teses de Raúl Prebisch e Hans Singer. O comportamento desigual ocorreria porque, para Prebisch, nos países centrais, industrializados, os ganhos de produtividade provenientes do processo técnico são apropriados tanto pelos capitalistas quanto pelos trabalhadores. Os capitalistas em função da direção de grandes monopólios, e os trabalhadores por terem sindicatos fortes, que permitiriam a defesa de seus salários, forçando aumentos todas as vezes que houvesse “incrementos de produtividade”. Em detrimento disso, nos países periféricos – com nível de industrialização baixo, exportadores de produtos primários – as condições são distintas. Os trabalhadores, por exemplo, não dispõem de sindicatos fortes e esses também não conseguiriam de “instrumentos político-sociais” e de capacidade para conseguir salários melhores. (CARDOSO e SERRA, 1979, p. 43). A partir da argumentação de Prebisch, a Cepal passou a explicar, desta maneira, a deterioração do IRT.

Essa seria também a tese da qual Marini partiria para explicar a relação centro-periferia. Segundo Cardoso e Serra, estas análises seriam controversas. Outros estudos acerca do índice especulavam sobre as diferenças entre a comercialização de produtos primários e manufaturados na relação centro-periferia e estariam, possivelmente, equivocados. As análises que embasaram as teses do “intercâmbio desigual” se centraram em estudo realizado nas relações com a Inglaterra e não com os EUA e Alemanha, por exemplo, que seriam economias mais dinâmicas.

Com a pergunta: “Que desdita sofreu a análise de Prebisch na pena de Ruy Mauro Marini?”, Cardoso e Serra passam expor o entendimento do que para Marini seria a teoria de intercâmbio. De acordo com os autores,

Marini, *en bon marxisme*, procurou fazer a revolução copernicana: não se deve explicar a desigualdade pelo comércio (pelo mercado); é preciso detectá-la no sistema produtivo. Entretanto, como vimos, Prebisch não a explicava pelo mercado. Não fazia derivar do comércio *em si* a diferença dos preços relativos entre a indústria e a agricultura, nem desconhecia os avanços relativos maiores do progresso técnico na indústria, embora não menosprezasse (como faz erroneamente Marini) a ocorrência de progresso técnico também na agricultura e mineração. Introduzia no seio da explicação, contudo, um elemento que se Marini tivesse aproveitado bem dos textos cepalinos teria certamente utilizado: a luta de classes é o componente dinâmico na explicação do fenômeno. Sem que se considere, por um lado, a capacidade de luta dos trabalhadores industriais no Centro bem como a defesa pelos empresários de seus interesses monopolistas, e, por outro, a fraqueza relativa de ambos na periferia, não se explica o intercâmbio desigual, processo que reflete as condições reais das relações sociais nas quais se desenvolve a produção capitalista. Ao invés de seguir esta pista, Marini propôs uma bizarra teoria do intercâmbio desigual, confundindo este fenômeno com a tendência à deterioração das relações de troca. (CARDOSO e SERRA, 1979, p. 45).

Para Cardoso e Serra os pressupostos para a *Dialética da dependência* seriam:

- A taxa de mais-valia é determinada pelo grau de exploração de trabalho e não pela produtividade do trabalho em si;
- A redução do valor na produção das mercadorias que constituem a “cesta de consumo” dos trabalhadores seria o disposto nas mãos dos donos dos meios de produção para aumentar a cota de mais-valia da qual se apodera.
- O aumento da exportação de bens de salário pela periferia cumprirá um papel expressivo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais;
- A redução do valor de capital variável, nos países industrializados, ocasionado pela exportação, dos países periféricos, de alimentos possuiria um efeito contraditório – elevando a taxa de mais valia e, ao mesmo tempo aumentaria a composição do valor orgânico do capital e por isso tenderia à diminuição da taxa de lucro;
- Após supor que as taxas de lucro tendessem a baixar, Marini teria buscado nos países periféricos a “salvação”, quando aponta que a exportação das matérias-primas

industriais, com valores reduzidos, o capital constante dos países centrais, contrabalanceariam a “tendência à baixa taxa de lucro”.

Dentro dessa premissa, Marini teria chegado à conclusão de que a inserção da economia periférica da América Latina teria solucionado duas problemáticas da explicação que concerne às relações centro-periferia:

- As exportações da periferia tenderiam a baixar a taxa de lucro dos países industrializados devido à redução da composição do capital variável;
- Compensaria esta propensão porque também baratearia, em valor, o capital constante investido pelas economias de centro.

Após demonstrar as teses acima – que seria, na concepção de Cardoso e Serra, o escopo das teses de Marini – os críticos entram na discussão do que seria a superexploração do trabalho na obra *Dialética da dependência*. Para eles, a hipótese da dialética estaria “ancorada na superexploração como mecanismo de resposta à queda do IRT”. (CARDOSO e SERRA, 1979, p. 48). Pressupostos: sendo o aumento de produtividade dos países industrializados maior que os dos países periféricos (máquinas têxteis x produção de café, por exemplo), e dada a transferência em menor medida aos preços, haveria uma crescente transferência de valor da periferia para o centro, pois uma unidade do produto do país central seria vendida a um preço maior que seu valor, e desta forma a taxa de lucro dos países industrializados cresceriam em detrimento aos dos países periféricos. Como reação à queda da taxa de lucro, os capitalistas dos países periféricos forçariam o aumento da produção “física” como meio de compensar a “massa de valor” que foi perdida. Nesse esforço para equilibrar a “transferência de valor” excessiva para o centro, os capitalistas da periferia necessitariam fazer uma maior exploração do trabalho, seja por meio do aumento da intensidade, prolongamento de jornada, ou ambos. Dentro do pressuposto da superexploração como única forma de “aumentar a massa de valor e a ‘quantidade de dinheiro’ produzida no intercâmbio, ‘explicar-se-iam’ a tendência à deterioração dos termos de intercâmbio e o aumento da oferta de alimentos e matérias primas” (CARDOSO e SERRA, 1979, p. 48). Essa foi a interpretação que os críticos imputaram as teses de Marini. Eles asseguraram que, “tão seguro estava Marini da descoberta de sua lei que reiterou rebarbativamente: as nações desfavorecidas não

procuram corrigir o desequilíbrio entre o preço e o valor, mas sim compensar a perda de renda através da maior exploração do trabalhador” (CARDOSO e SERRA, 1979, p. 48).

Partindo do pressuposto de Prebisch, que coloca a diferença de salários dos trabalhadores de centro x periferia com prejuízo aos últimos – sendo que isso seria um processo da relação da luta de classes – os críticos afirmam que Marini teria invertido esta análise, pois acreditaria em suas suposições em vez do real. E em decorrência disto tropeçaria na lógica, pois confundiria “alhos com bugalhos” (CARDOSO e SERRA, 1979, p. 48).

Para Cardoso e Serra os equívocos nas teses de Marini estariam:

- na suposição de que o aumento da produtividade na produção de bens manufaturados implicaria na redução da taxa de lucro na periferia;
- no aumento de produção exportadora na periferia em condições necessárias de produtividade decrescente (ou estagnada).

Os críticos consideram absurdo supor que a taxa de lucros dos capitalistas dos países periféricos se reduzem por causa do aumento de produtividade dos países centrais, ou seja, *el desarrollo del subdesarrollo*, bem como seria absurda a ideia de que a superexploração do trabalhador por meio do aumento físico da produção salvaria os capitalistas das mesmas periferias do colapso que a dependência diante dos países centrais, impõe. Estas análises não seriam simples, pelo contrário. Mas a solução não estaria nas teses de Marini, ainda porque, ele teria confundido “bisonhamente intercâmbio desigual com deterioração do IRT”. (CARDOSO e SERRA, 1979, p.50-51)⁶⁰.

Após estas colocações, os autores passam a refutar as teses de Marini a partir do que afirmam ser uma análise de processos reais. Assim, expõem os dados estatísticos listados por Marini e se contrapõem. Segundo Cardoso e Serra, na “Dialética” constariam dados estatísticos, dentre os quais o de que em 1880 o Brasil já passaria uma porcentagem de bens-salário para a Inglaterra por meio da produção de trigo, manteiga e queijo, batatas e carne. Entretanto, à época, boa parte da produção era feita por mão de obra escrava e, dos produtos listados, a carne e o trigo seriam exportados do Uruguai e Argentina, países nos quais a superexploração do trabalho seria menor.

⁶⁰ Nota de rodapé número 17.

Após a análise das teses do intercâmbio desigual, na obra de Marini, Cardoso e Serra asseguram que existiria uma falta de “fundamentação empírica” sobre a *Dialética da dependência*. Na sequência passam à crítica de “O subimperialismo e as trevas”.

No terceiro tópico de “As desventuras da dialética da dependência”, Cardoso e Serra, expõem como entenderam o que seria a categoria subimperialismo de Marini e fazem questionamentos. As respostas são baseadas em excertos retirados do texto de Ruy Mauro. Com esses fragmentos, os críticos vão fazendo a “desconstrução” das teses. Em seguida, passam a mostrar uma série de tabelas economico-políticas que colocariam em “xeque” as análises nas quais Marini se apoiou para explicar os motivos pelos quais, o Brasil, enquadrar-se-ia nesta nova categoria. Com a apresentação dos dados econômicos, os autores dão por encerrada a crítica da categoria subimperialismo, entendendo, possivelmente, que teriam conseguido, assim, provar que essa tese não teria embasamento teórico, econômico ou político.

Cardoso e Serra buscaram fazer algumas relações entre as teses de Marini de forma provocativa. Ou seja, consideram o “intercambio desigual” como um impedimento para o desenvolvimento do capitalismo. Se isso era um alicerce da condição de economia estagnada, como explicar a industrialização e a categoria subimperialismo? Ironicamente, mais uma vez, os autores asseguram que “de dedução em dedução [Marini] foi elaborando uma “nova teoria”. Ele teria “ajuntado” um qualificativo antigo mais atraente – imperialismo – pela força explicativa que continha, e acrescentou-lhe um prefixo, resultando em *sub-imperialismo*. Além disso, teria feito um reducionismo em relação à política, alegando que o militarismo seria consequência indispensável da etapa em que estava o capitalismo dependente. E, fechando o argumento, um novo escárnio: “assim, ao contrário do Senhor que fez das trevas luz, Marini, referindo-se ao regime brasileiro pós 1964, fez do que era claro escuridão” (CARDOSO e SERRA, 1979, p. 54).

Marini teria entendido que a associação entre os capitalistas da periferia, no caso o Brasil, em associação aos monopólios estrangeiros – e com a superexploração do trabalhador brasileiro – teriam convertido o imperialismo em subimperialismo. Dentro desta premissa, haveria respostas para a questão do “mercado”, do “latifúndio”, da “renovação tecnológica” etc. Também havia resposta sobre como ficaria a situação do trabalhador e da burguesia. Neste caso, para os primeiros, a situação era insustentável posto que lhes restaria apenas a superexploração do trabalho. Quanto à burguesia, aquela que teria se associado a grupos financeiros seria beneficiada. Cardoso e Serra alegam que essas teses têm muito mais

“imaginação que rigor teórico, capacidade analítica ou observância dos fatos” (CARDOSO e SERRA, 1979, p. 58).

Os autores resumem a categoria de Marini como algo que se sustenta, por sua vez, em duas outras insustentáveis. O subimperialismo seria resultado do intercâmbio desigual e da superexploração do trabalho. Não seria possível identificar, na perspectiva dos autores, essas teses. Desta forma, buscaram no decorrer do artigo como um todo, mostrar as incoerências do que seria o “intercambio desigual”, o “subimperialismo” e, adiante, a “superexploração do trabalho”. Assim, desconfigurando todas as categorias eleitas por Marini na “Dialética”, não haveria mais o que ser discutido. Afinal, se as teses se baseavam nessas categorias – e categorias são efêmeras – como seria possível dar crédito à *Dialética da dependência* de Marini?

Dentro de um marco teórico e analítico um pouco mais rigoroso e diante de uma observação menos ligeira da experiência brasileira, se pode asseverar que de nenhuma outra forma os fundamentos econômicos dessa “teoria” do subimperialismo mantêm-se de pé. E mais, obscurecem o sentido do que realmente aconteceu no país, dificultam a compreensão da dinâmica do capitalismo na América Latina e, o que é pior ainda (como sempre), tendem a levar a conclusões profundamente errôneas quanto a proposições de ação política. (CARDOSO e SERRA, 1979, p. 60).

Não é possível assegurar por completo, mas é provável que a forma como os críticos expõem suas análises às teses de Marini, levasse os leitores a observarem uma predominância da defesa do sistema capitalista de produção, do que aos ideais socialistas. Não obstante, em sua terminologia, os críticos tentam preservar um tom progressista – mas não revolucionário – demonstrando sempre uma solução democrática e sustentável. Assumem a exploração do trabalho como resultado dessa estrutura, mas apresentam soluções, como Cardoso já havia feito em *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*. É possível sentir no decorrer do texto, muito mais afirmações críticas contundentes às teses que propunham o socialismo, do que a apresentação de dados que permitam avaliar a possibilidade e manutenção do modelo político-econômico ao qual o país estava inserido.

Da apresentação do que entendem como análises errôneas da realidade realizadas por Marini, Cardoso e Serra passam a tratar da última categoria essencial para a “Dialética”. Em a “teoria” da superexploração do trabalho (ou mais-valia que nunca é relativa) os autores dizem procurar dar respostas à “lógica de ferro” da superexploração do trabalho. Para os críticos, essa categoria teria passado “de consequência do intercâmbio desigual a fundamento do

subimperialismo (na sua versão menos crua), representando, [segundo Marini] o traço essencial do capitalismo dependente” (CARDOSO e SERRA, 1979, p. 67).

Os críticos entendem que Ruy Mauro teria identificado a impossibilidade de se produzir a mais valia relativa em países dependentes, mas tão somente a mais-valia absoluta. Assim, para que o capitalismo dependente pudesse sobreviver e se expandir teria que se apoiar na extensão da jornada de trabalho e na redução absoluta dos salários reais.

Entretanto, afirmam Cardoso e Serra, o capitalista industrial não estaria interessado na taxa de *mais-valia*. Seus interesses estariam na taxa de lucro, que seria o elemento essencial para mover a economia. Desta forma, Marini teria mostrado “desconhecer o papel que pode apresentar o progresso técnico na produção de mercadorias que integram o capital constante e daí na elevação de produtividade e da taxa de lucros, papel que historicamente foi vital para o desenvolvimento do capitalismo” (CARDOSO e SERRA, 1979, p. 70).

Além de todos os equívocos apresentados pelos autores no que se refere à “Dialética da dependência”, eles apontam mais um. Marini teria um pensamento aproximado ao “modelo ricardiano simples”. Com algumas diferenças entre um e outro, os erros entre os dois autores (Marini e Ricardo) se assemelhariam,

primeiro, a suposição de que os trabalhadores não consomem outros bens (diferentes dos alimentos agrícolas – milho – no caso de Ricardo ou provenientes da agricultura e das indústrias tradicionais no caso de Marini, na sua versão menos crua, na mais crua ele supõe que os trabalhadores não consomem produtos industriais); segundo, que o progresso técnico é definitivamente avesso às atividades produtoras de bens-salário. De qualquer modo, se Marini conhecesse os escritos de Ricardo, bem como dos autores que os criticaram (inclusive Marx) poderia ter-se dado conta dos seus erros, pois o rigor do mesmo Ricardo e a agudeza dos seus seguidores e críticos, permitem identificar com absoluta clareza quais são os pressupostos dos quais o autor inglês parte e quais as consequências de sua análise. (CARDOSO e SERRA, 1979, p. 73-74) ⁶¹.

Após mostrar o que seriam as incongruências das teses de Marini, os autores tentam explicar os motivos pelos quais se dispuseram a fazer as análises e “provar” as incoerências da teoria de superexploração, do intercâmbio desigual e do subimperialismo.

O motivo que os levou a esta análise, teve como resposta a necessidade de mostrar a confusão que Marini teria feito dos conceitos marxistas ⁶². Os autores asseguram que tentaram mostrar que as análises de Marini contém um “impiedoso reducionismo econômico” que

⁶¹ Trata-se da nota de rodapé número 46.

⁶² Nas palavras dos críticos “germano com gênero humano”.

permite instaurar “a primazia do *economicismo* e do *voluntarismo*”. E esse saber já teria feito com que “muita gente”, em circunstâncias diversas, pagassem caro. Assim, dentro dessa premissa os autores acharam necessário “desarticular a nova versão da mesma fábula” (CARDOSO e SERRA, 1979, p. 76-79).

Historicamente foi essa a versão, ou seja, à crítica de Cardoso e Serra, que predominou nas Ciências Sociais, especialmente no pós 1964. São essas as teses que estariam corretas e às quais Marini teria sido reduzido. Cardoso e Serra asseguraram, como foi apresentado, que Ruy Mauro seria um ensaísta, que seus pressupostos estavam incorretos e mal intencionados. Com o objetivo de incitar à revolução socialista, Marini teria criado teorias infundadas. Diversos autores foram levados a reproduzir as análises de Cardoso, conforme apresentado no tópico anterior. A réplica a “As desventuras da dialética da dependência” serão expostas a seguir.

3.4 - As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra): uma réplica sem tréplica

[...] resta-me mencionar, entre os trabalhos escritos no México, a resposta ao artigo de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, “Las desventuras de la dialéctica de la dependencia”, que intitulei “Las razones del neodesarrollismo” (pensei chamá-lo “Porqué me ufano de mi burguesia”, ironia que Cardoso e Serra faziam por merecer); artigo e resposta se publicaram em edição especial da Revista Mexicana de Sociología, em fins de 1978.” (MARINI, 2007b, p. 118).

O objetivo deste tópico é dar voz a Ruy Mauro Marini. Trazer, em suas próprias palavras, a desconstrução e deturpação de suas teses na pena de Cardoso e Serra. Assim, nos ateremos às explicações que Marini apresenta, principalmente no que tange às alterações e distorções de seus argumentos pelos autores que fizeram a crítica. São inúmeras as adulterações do texto original, inclusive a adição de palavras aonde não existiam. Desta forma, faz-se necessário ir diretamente ao texto para buscar fazer das trevas - luz, parafrazeando os críticos.

“As razões do neodesenvolvimentismo” foi o texto escrito por Ruy Mauro Marini em resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra. Marini começa sua resposta, informando que seus críticos dão o título de “As desventuras da dialética”, baseando-se em um livro de Maurice Merleau-Ponty, o filósofo fenomenólogo francês, que escreveu em 1955 *Les aventures de la dialectique*. A obra era uma crítica ao filósofo francês Jean-Paul Sartre e sua aproximação com o Partido Comunista. Sartre não respondeu à crítica. Essa resposta foi feita por Simone de Beauvoir.

Após a explicação do título dado ao texto, Marini passa a apontar o que Cardoso e Serra informaram quanto à finalidade desse trabalho que, como já foi exposto, seria “colocar trancas que fechem as falsas saídas”. “As desventuras da dialética da dependência”,

em seu conjunto, constitui um texto desalinhado e truculento, que deforma quase sempre minhas análises para poder criticá-las, manipula os dados que utiliza (ou não utiliza) e que brilha pela falta de rigor, pela torpeza e inclusive pelo descuido no manejo dos dados e conceitos (MARINI, 2000, p. 168).

Para Ruy Mauro isso se deu, uma vez que o artigo teria sido escrito para um público mais jovem e, principalmente, para aqueles que não tinham conhecimento de seus escritos anteriores. Quem já tivesse feito contato com sua obra, teria o discernimento de saber que as colocações dos críticos eram, no mínimo, infundadas. Assim,

advertimos o leitor que, por se tratar da resposta a uma crítica específica, limitaremos ao essencial nossa argumentação, sem pretender retomar análises que fizemos, em outras oportunidades, sobre o capitalismo dependente latino-americano e brasileiro; neste sentido não se contempla aqui a totalidade e nem sequer os elementos principais do que expusemos em outros textos (MARINI, 2000, p. 168-169).

A intenção de Marini foi a de demonstrar que mesmo sendo um defensor do socialismo e da luta armada, ao escrever *Dialética da dependência*, esse não era seu objetivo. Tampouco nesta obra poderia se afirmar que se tratasse do tema da inevitabilidade da estagnação econômica. Se formos considerar a totalidade de sua obra, é possível conceber que, de fato, para o autor o socialismo seria a solução para o problema da dependência como superação do capitalismo. Mas, a *Dialética* não remete a esse tema. Ainda porque, ele afirma, teria escrito textos críticos acerca de como se realizou a luta armada no Brasil.

Para Ruy Mauro, algo importante nas “Desventuras” seria a confusão que os críticos fizeram entre estagnação e crise. Logo nas primeiras páginas da “análise”, Cardoso e Serra colocaram que “a aurora revolucionária teria como incubadores o impulso da estagnação e a crise”. No entanto, não teriam compreendido que “para um marxista, as crises correspondem a saltos do capitalismo para sua destruição, mas não se confundem com a estagnação; totalmente ao contrário, resultam da própria acumulação capitalista, isto é, *do desenvolvimento capitalista*”. (MARINI, 2000, p. 169).

Ruy Mauro aborda, entre outras coisas, alguns aspectos históricos e econômicos conforme vai respondendo às críticas, no entanto, não é objetivo deste trabalho entrar nessas questões pois os apontamentos que serão tratados abarcarão as distorções que Cardoso fez da obra de Marini no sentido *ipsis litteris*. Tratar-se-á de apontar todas as alterações que o crítico fez ao criticado com o intuito de afirmar suas teses. Nas palavras de Marini, isso seria uma “falta de honestidade no uso material criticado”, bem como uma deturpação daquilo que ele expressa posto que alguns trechos retirados da *Dialética da dependência* foram transcritos em se caracterizar o sentido a que estava sem referindo. Um entre tantos exemplos disso seria a citação que se refere à defesa de Marini a luta armada, à época. Entretanto, no trecho apontado em

‘As Desventuras’ não dizem que essa passagem é... uma crítica aos supostos da prática armada da esquerda brasileira, da época! Há muitas razões pelas quais denunciar-me como partidário da luta armada, mas afirmar que minha tomada de posição a respeito se deriva da tese da “estagnação” constitui pelo menos uma afirmação desventurada. (MARINI, 2000, p. 171).⁶³

Antes de especificar os trechos em que Cardoso e Serra fizeram alterações, Marini passa a descrever os estudos da Cepal: a tese de estagnação econômica de Celso Furtado, as análises pessimistas – sem ser estagnacionistas – de Aníbal Pinto, a forma com a qual o Partido Comunista se pôs com relação à questão do desenvolvimento econômico, bem como a crítica de parte da esquerda às posições do PCB que “postulava a colaboração de classes entre a burguesia nacional e o proletariado, em prol de uma revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e antifeudal”. (MARINI, 2000, p. 173).

Algo que cabe destacar aqui é a “não originalidade” do termo desenvolvimento associado: “Cardoso e Falleto manejam a relação da economia dependente com a economia

⁶³ Trata-se da nota de rodapé número 03.

mundial sempre em função do conceito cepalino de ‘setor externo’, o que não lhes permite relacionar como as tendências e leis do capitalismo operam em uma e outra, nem como se articulam”. (MARINI, 2000, p. 174). Apenas em trabalhos posteriores à *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Cardoso iria integrar esse tipo de análise que, de acordo com Marini, já tinha sido elaborado pela esquerda revolucionária brasileira. E que viriam

daí seus conceitos de “desenvolvimento autônomo” e “desenvolvimento associado”, tomados por empréstimo aos de “desenvolvimento autônomo” e “desenvolvimento associado”, que eu havia utilizado no artigo de 1965 citado, assim como no que foi publicado originalmente com o título “Brazilian Interdependence and Imperialist Integration”, *Monthly Review* (N. York), dezembro de 1965. (MARINI, 2000, p. 174).⁶⁴

A partir desse ponto, Marini passa a relatar as distorções feitas no que se refere às críticas ao intercâmbio desigual e a superexploração. O autor defende que não houve, apenas, uma inversão do sentido que colocou originalmente, como também foram adicionadas algumas questões. Ruy Mauro ressalta que os críticos se preocuparam muito mais com a questão do “intercâmbio desigual” do que a questão da superexploração. E afirma que “se meus desventurados ‘críticos’ contassem com conhecimentos elementares sobre a relação valor-preço, não necessitariam descobrir triunfalmente que os ‘dois intercâmbios não são exatamente iguais’”. (MARINI, 2000, p. 179). Desta forma, por não “ter conhecimento” desses conhecimentos “elementares”, Cardoso e Serra teriam sido levados àquelas alegações assombrosas.

Nas páginas seguintes, tenta demonstrar as implicações que os autores colocam em seu texto e as análises incorretas, tendo em vista que, como já mencionado, os críticos teriam cometido a incapacidade de distinguir a relação entre *valor x preço* e *taxa de lucro x taxa de mais-valia*. A respeito da questão da superexploração do trabalho, Marini faz diversas afirmações nas quais esclarece que analisar o valor da força de trabalho seria a “chave para a análise da luta de classes entre operários e capitalistas”. Além disso, esse conceito não serviria para “explicar a luta de classes numa sociedade escravista nem tampouco numa sociedade feudal, às quais só pode ser aplicado por extensão, já que é uma categoria típica de um modo de produção baseado no trabalho assalariado livre”. (MARINI, 2000, p. 184).

Mais uma vez, tomando por base o marxismo, o autor explica que os termos utilizados para explicar as relações sociais, as lutas de classes, serão regidas por “leis específicas” e que

⁶⁴ Trata-se da nota de rodapé número 07.

cabe construir um instrumental teórico para explicar a particularidade de cada momento que em que esta luta se põe. Por isso, para um marxista não bastariam “descrições tautológicas”, mas verificar na “realidade concreta” as relações entre trabalho vivo e trabalho morto e aplicá-la à produção. Assim é possível entender a tendência que a economia nas sociedades dependentes (produtora de matérias primas e alimentos) a “repousar mais na exploração da força de trabalho”, pois teria nessa “sua fonte imediata de nova acumulação”. (MARINI, 2000, p. 186).

Um dos pontos altos de “As razões do neodesenvolvimentismo” está no item II, em que Marini apresenta as alterações que Cardoso e Serra fizeram em seu texto. Para que não se perca o sentido do que o autor da réplica buscou mostrar, transcreveremos os parágrafos completos em que Marini demonstra passo a passo alguns exemplos do que denomina “falseamento”, “mutilação” e “alteração” de seu texto:

Na p. 28, as *Desventuras* citam: “assiste-se em toda a América Latina à ressurreição da velha economia *primário-exportadora*” (sublinhado pelos autores), remetendo a DD ⁶⁵, p. 75, onde se lê: “assiste-se em toda América Latina a ressurreição da velha economia exportadora”. Na p. 41, o que se repete na p. 44, citam: “fecha-se qualquer possibilidade de estímulo ao investimento” no setor produtor de bens-salário; a frase diz “fecha-se qualquer possibilidade de estímulo ao investimento tecnológico” no mencionado setor (DD, p. 73; meus críticos” sublinham *qualquer*, a palavra-chave é *estímulo*). Na p. 27, depois de remeter-se a uma passagem referente à relação entre a realização da produção industrial e as remunerações dos trabalhadores (DD, p. 64), assinalaram que, para “retificar ou pelo menos precisar melhor” a análise, eu acrescentei um parágrafo que foi tomado da p. 72; na realidade, a primeira citação se refere a um determinado período (a industrialização até a década de 1940) e a segunda a outro (a qual, com novo caráter, se desenvolve nos anos cinquenta e nos anos sessenta), estando esse corte histórico claramente especificado no texto (subtítulo: “O novo anel da espiral”, DD, p. 66). Na p. 4, citam: “o aumento da produtividade conduzida pela técnica não pode se traduzir em lucros” (no setor de produção suntuária); o parágrafo diz: “como não representa bens que intervenham no consumo dos trabalhadores, o aumento de produtividade induzido pela técnica nesses ramos de produção não pôde ser traduzido em maiores lucros *através da elevação da taxa de mais-valia*, mas apenas mediante o aumento da massa de valor realizado” (DD, p. 72). (MARINI, 2000, p. 189).

Em nota de rodapé, Marini explica que a partir desse ponto, Cardoso e Serra, por meio de “uma enrolada digressão sobre o papel do capital constante na taxa de elevação de lucro”, acabaram por imputar ao criticado estar avaliando o *capital constante*, quando na verdade estaria tratando do *capital variável*. Assim, é possível perceber, mesmo para quem não tem

⁶⁵ DD é a sigla de Marini dá para *Dialética da dependência*.

muita familiaridade com a obra de Marini, que as alegações e as críticas recebidas foram “trabalhadas”. Qualquer leitor sabe que uma vírgula colocada no lugar “errado” altera o sentido de uma frase. Aqui não se tratam apenas de vírgulas, mas acréscimos de palavras, ou subtração delas, fazendo com que, sem sombra de dúvidas, o sentido daquilo que se escreveu seja perdido, distorcido e manipulado. As adulterações do texto de Marini continuam,

Na p. 38, nota 40, as *Desventuras* se referem a uma passagem em que explico o aumento da produtividade, ao reduzir o valor individual das mercadorias, afeta negativamente a mais-valia, qualificando-o de absurdo. Vejamos o contexto da afirmação. O extrato das *Desventuras* é tomado de um extenso raciocínio sobre o efeito de produção de mais-valia pelo capital, onde assinalo que, dada essa característica da produtividade (a redução do valor individual da mercadoria), a taxa da mais-valia só não é afetada negativamente se o capital consegue extrair *mais trabalho* (isto é, uma maior quantidade de mercadorias e, assim, uma massa acrescida de valor). Isto implica necessariamente manter a jornada de trabalho (apesar de que a produtividade *reduz o tempo de produção* da mercadoria) e/ou aumentar a intensidade do trabalho (apesar de que a produtividade *reduz o esforço físico* necessário para a produção de mercadoria); em consequência, “*o que aparece, no plano da produção, como diminuição do tempo de produção, como uma diminuição do tempo de produção se converte, do ponto de vista do capital, em aumento da produção exigida ao trabalhador*” (DD, 95-96, sublinhado no original). Observemos que este raciocínio se tornou presente no contexto de uma crítica a Cardoso, que, em polêmica comigo, opôs taxativamente o aumento da mais-valia relativa (Cardoso queria referir-se à produtividade do trabalho) ao incremento da exploração da força física do trabalhador, admitindo implicitamente que o capitalismo, à medida que se de seu modelo puro, se converte em um sistema cada vez menos explorador e consegue reunir as condições para solucionar indefinidamente suas contradições internas” (DD, p. 98). As *Desventuras* só confirmam que eu tinha razão ao atribuir a Cardoso essa visão idílica e apologética do capitalismo. (MARINI, 2000, p. 189-191).

Marini, após esses apontamentos, declara que todas as suas argumentações permitiriam aos leitores da réplica identificar a falta de “seriedade” e o grau de “honestidade” dos críticos. Além da questão das distorções teóricas, a forma com que “As desventuras da dialética da dependência” foi escrita, denota falta de rigor científico. Por estranho que possa parecer, o que se constata é que a falta de “rigor” que Cardoso e Serra imputam a Marini, na verdade, caberia a eles próprios. Cabe ressaltar que com isso, não se pretende avaliar as questões teóricas do debate, mas destacar que, ao alterarem o texto de Ruy Mauro para que pudessem fazer a crítica, Cardoso e Serra demonstram, ao fim e ao cabo, um falseamento de suas análises.

Entretanto, como foi exposto no item 3.2 deste trabalho, as “Desventuras” foram e continuam sendo “consumidas” e dando o “tom” quando o assunto é o debate acerca da “teoria da dependência” e das análises de Cardoso em detrimento das de Marini. Não há sequer um trabalho dos propagadores das ideias de Fernando Henrique mencionando, questionando ou debatendo sobre a resposta que Marini deu à crítica.

Após essa demonstração, Marini se põe a fazer a defesa de sua tese em “A dialética da dependência”, e busca demonstrar que os críticos, mais uma vez, teriam pretendido confundir os leitores a respeito do que, de fato, seria a superexploração do trabalho e o subimperialismo. Assim, a tese central de seus textos é que

o capitalismo dependente, baseado na superexploração do trabalho, divorcia o aparelho produtivo das necessidades de consumo das massas, agravando assim uma tendência geral do modo de produção capitalista; isto se expressa, a nível da diversificação do aparelho produtivo, no crescimento monstruoso da produção suntuária, em relação ao setor de produção de bens necessários e, em consequência, na distorção equivalente que registra o setor de produção dos bens de capital. (MARINI, 2000, p. 192).

No decorrer do restante de “As razões do neodesenvolvimentismo”, Marini busca demonstrar ponto a ponto, o que de fato escreveu, quais são suas teses e também mostrar que houve uma colocação de dados por parte dos críticos que remete muito mais a algo próximo da má-fé, do que apenas à falta de rigor científico. Começa a demonstrar o porquê da existência da superexploração do trabalho, aponta dados do FGTS. Destaca também a situação da empregabilidade do trabalhador brasileiro, o aumento de intensidade do trabalho, a questão da forma autocrática dos governos militares, bem como a aplicabilidade da categoria de subimperialismo como forma de entender o capitalismo dependente brasileiro. Demonstra o que é a intensificação do trabalho que, também, em sua perspectiva, caracteriza a superexploração. Enfim, além de demonstrar as adulterações feitas por Cardoso e Serra no que diz respeito a seus textos, trata de demonstrar e defender as análises apresentadas em *Dialética da dependência*.

Assim, entende-se que independentemente dos eventuais erros ou acertos de cada um dos autores aqui destacados, o fato primordial é que não houve um debate nas Ciências Sociais a respeito do pensamento de Marini, tendo em vista que até muito recentemente, dominava o “pensamento único”, que deu por verdadeiras as alegações de Cardoso e Serra em sua “As desventuras da dialética da dependência”, não dando espaço para que viesse a público a resposta de Ruy Mauro. Esta sim, teria levado a um verdadeiro debate.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalização deste trabalho de pesquisa respondeu à hipótese de que os estudos de dependência desenvolvidos por Fernando Henrique Cardoso influíram predominantemente nas Ciências Sociais, haja vista que entrou em conformidade com o que pretendiam os “donos do poder”. Além disso, sua forma ora “ardilosa”, ora “oportunista” permitiu que, durante anos, alguns intelectuais de esquerda não conseguissem compreender as suas contribuições para a manutenção do *status quo*. Isto se deu, porque o autor ora fazia uso das terminologias marxistas, e outras vezes fazia uso dos conceitos weberianos para construção de sua pesquisa. Com a justificativa da pluralidade e da perseguição histórica àqueles que não adotassem uma compreensão de mundo marxista, ou seja, “para não ser jogado ao lixo da história”, Cardoso conseguiu inserir-se tanto em determinados campos da esquerda quanto da direita.

Colocando-se sempre como um intelectual progressista que teria habilidade em ouvir, pensar e dialogar com as mais diversas vertentes políticas, econômicas e acadêmicas, o sociólogo da “escola paulista de sociologia” foi conquistando seus espaços. Recebeu o título de “príncipe dos sociólogos”, foi Presidente da República no Brasil por dois mandatos consecutivos e atualmente ocupa a Cadeira 36 da Academia Brasileira de Letras, tornando-se assim um “imortal”.

Seus trabalhos aqui expostos demonstram que o objetivo do autor jamais foi romper com o capitalismo, ao contrário, sempre buscou alternativas para que o sistema permanecesse e se desenvolvesse. Para obstaculizar a eventual ofensiva socialista na América Latina, apontou ser possível haver desenvolvimento com dependência. Além disso, optou por não debater com os teóricos da dependência marxista, e de alguma forma ajudou a que seu estudo sobre a dependência fosse hegemônico durante muitos anos nas Ciências Sociais no Brasil.

No entanto, apesar de todo este prestígio, se há originalidade no pensamento dos autores brasileiros como ele afirma, há de se rever algo em suas obras. Além da possibilidade de aproximação das teses de Elkins e Cardoso em *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, FHC se “inspirou” em outros autores que “surfaram na onda do sucesso”.

Vejam, o título de *As idéias e seu lugar*, como já mencionado é uma alusão a *As ideias fora do lugar* de Roberto Schwarz. No caso de *A soma é o resto*: um olhar sobre a vida aos oitenta anos, sua inspiração foi buscada em *La somme et le reste*, de Henry Lefebvre; o

artigo “As novas teses equivocadas” teve o título motivado por “*Siete tesis equivocadas sobre a América Latina*” de Rodolfo Stavenhagen. Alguns de seus artigos foram reproduzidos, como demonstramos no decorrer deste trabalho com um título diverso e sem referência de sua origem. E, não se estava em uma época que a produção acadêmica era uma imposição feroz do sistema. Ademais, não se pode afirmar que “aqui nada se cria, tudo se copia”, mas estes apontamentos e algumas das origens dos títulos e das ideias dos trabalhos de Cardoso, pode nos fazer repensar algumas coisas. O próprio Marini coloca que a categoria “dependência associada”, não seria originalidade de Cardoso.

Bem, apesar de tudo isto, não se pode deixar de reconhecer que no jogo de correlação de forças, Cardoso saiu-se vitorioso. A obra de Marini de fato deixou de ser conhecida por anos a fio no Brasil. FHC e Serra conseguiram “colocar as trancas”, e existem inúmeras teses que corroboram que suas ideias não ficaram apenas no papel. Elas saíram de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* e foram colocadas em prática durante os anos em que o sociólogo paulista esteve à frente do governo brasileiro.

Apesar destas “trancas” terem sido eficazes, atualmente o pensamento de Marini vem sendo resgatado e difundido, bem como suas teses estão novamente sendo avaliadas quanto à pertinência, contribuição, aplicabilidade (ou não) e, se necessária, sua devida atualização. Também é importante que seja feita justiça ao intelectual mineiro, no sentido de que o Brasil possa conhecer o seu pensamento, seja para concordar ou discordar. A crueldade, neste caso, foi tê-lo deixado à margem da história, das Ciências Sociais e do pensamento brasileiro.

Pode-se afirmar que houve sim desenvolvimento no capitalismo dependente brasileiro, mas isso não foi, apenas, uma genialidade presente nas ideias de Cardoso. Outros autores, se não enfatizaram essa possibilidade, foi porque suas reflexões se pautavam em outros elementos, como foi o caso de Marini e também do mestre de Cardoso: Florestan Fernandes.

Em seu livro *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, Florestan assegura que

Se os setores sociais dominantes e as elites no poder realmente desejam um desenvolvimento gradual e seguro, e se forem capazes de obter apoio popular, suas probabilidades de êxito dependem de um forte nacionalismo revolucionário. Sob as condições econômicas, socioculturais e políticas dos países latino-americanos essa alternativa implica a implantação e aperfeiçoamento de um novo tipo de capitalismo de Estado, capaz de ajustar a velocidade e a intensidade do desenvolvimento econômico e da mudança sociocultural aos requisitos da “revolução dentro da ordem social”. A outra resposta alternativa só pode surgir de uma rebelião popular e radical, de orientação socialista. (FERNANDES, 1973, p. 31-32).

Mais adiante, Fernandes, reforça

A terceira via já foi apontada acima: a “revolução contra a ordem” por meio da explosão popular e do socialismo. Ela não é fácil, por vários motivos, externos e internos, mas é possível na “escala latino-americana”, como o demonstra o exemplo de Cuba. A sua vantagem reside na ruptura total com os fatores e efeitos da dependência e do subdesenvolvimento, sob o capitalismo e a sociedade de classes. [...] Todavia, é a única via efetivamente capaz de superar a dependência e o subdesenvolvimento, convertendo-os em “desafio histórico” e em fonte de solidariedade humana na luta pela modernização autônoma e por uma ordem social igualitária. (FERNANDES, 1973, p. 102)

Fica evidente no decorrer deste trabalho, que inúmeros intelectuais concordam que as teses de Cardoso foram inovadoras e que proporcionaram uma solução para os problemas brasileiros, afastando-se da radicalidade da alternativa proposta por Marini, pelos teóricos da Teoria Marxista da Dependência, por Florestan Fernandes como acima colocado, e ainda por outros intelectuais de perspectiva teórica marxista ou de esquerda. Entretanto, apesar de falarem do mesmo tema, o estudo de Cardoso e Marini partiram de perspectivas distintas. O que este último tentou demarcar foi a violência extrema da superexploração do trabalho, a questão da dependência aprofundada do capitalismo brasileiro, a particularidade do subimperialismo e a questão da classe operária inserida mundialmente. Daí a importante função social que seu pensamento ocupou e ainda deverá ocupar no pensamento político e social brasileiro.

Para chegar a estas considerações, levou-se em conta os pressupostos dos dois autores e por meio dos estudiosos das suas obras, apontaram-se as especificidades das categorias por eles desenvolvidas. Tentou-se não privilegiar comentadores que apenas concordassem com os autores elencados, mas fazer uma apresentação ampla que, pelos motivos expostos ao longo deste trabalho, não existiu, durante anos, um debate profícuo acerca da dependência brasileira nas Ciências Sociais no Brasil. Entretanto, é imperioso continuar os estudos acerca dos dois autores. Apesar da crítica aqui exposta a Cardoso é pertinente os estudos aprofundados de suas obras, que são inúmeras, e o pensador continua ativo, produzindo. No ano de 2013 foi publicado *Pensadores que inventaram o Brasil* pela editora Companhia das letras. Uma coletânea de artigos seus escritos sobre interpretes do Brasil. Todavia, também é crucial fazer um levantamento das teses de Marini, traduzi-las e publica-las no Brasil e analisa-las, haja vista que muitas ainda estão apenas em espanhol. E este foi o intuito deste trabalho, apresentar as ideias de Marini e trazer suas contribuições para o pensamento social e político brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

REFERENCIAS

Bibliografia citada:

ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.

_____. Introdução. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.

ALMEIDA, Lúcio Flávio. Nacionalitarismo, anti-imperialismo e democracia: um desafio teórico prático que se repõe para o marxismo no século XXI. *Lutas Sociais*, São Paulo, Neils/PUC-SP, n.28, p.114-129, 2012.

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2012.

BARSOTTI, Paulo (org.); PERICÁS, Luiz Bernardo (org.) *América Latina: História, Idéias e Revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1959.

BELLUZO, Luiz Gonzaga de Mello. Apresentação. In: GOLDENSTEIN, Lídia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BERRINGER, Tatiana. A tese do imperialismo em questão. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 36, p. 115-127, 2013.

BORGES, Maria Angélica. Particularidade e objetivação do capitalismo. *Nova Escrita Ensaio*, São Paulo, ano IV, n. 08, p. 69-80, 1981.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A teoria da dependência 30 anos depois*. Discurso proferido na Universidade de São Paulo quando da comemoração dos 30 anos da teoria da dependência. Disponível no blog do autor: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=4730>. Acesso em 11 de Setembro de 2011.

_____. As três interpretações da dependência. *Revista Perspectivas*, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul/dez, 2010.

_____. Do Iseb e da Cepal à teoria da dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro de Toledo (org.) *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. Prefácio: uma sociedade nacional-dependente. In: REIS, José Carlos. *De Varnhagen a FHC*. 9ª. ed. ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. (Im)precisões sobre a categoria de superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. *A soma e o resto: um olhar sobre a vida aos 80 anos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, 3ª ed.

_____. *As ideias e seu lugar*. Petrópolis: Vozes, 1993a.

_____. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975

_____. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 5ª edição revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1972.

_____. Entrevista. In: SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sérgio. *O Sociólogo e o Político – Entrevista com Fernando Henrique Cardoso*. In mimeo, 2008.

_____. Livros que inventaram o Brasil. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 37, p. 21-35, 1993b.

_____. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 9ª edição revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1960.

CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. *As desventuras da dialética da dependência*. In *Estudos Cebrap*, nº 23, São Paulo, Cebrap, s/d.

CUNHA, Paulo Ribeiro. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

DEL ROIO, Marcos. Apresentação. In: ALMEIDA, Lúcio Flávio. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. da USFC, 2006.

- _____. Sodré e o feudalismo no Brasil: uma tentativa de atualização do problema. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (orgs). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.
- DEO, Anderson. *A consolidação da social democracia no Brasil: forma tardia de dominação burguesa nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial*. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.
- DÓRIA, Palmério. *O príncipe da privatária: a história secreta de como o Brasil perdeu seu patrimônio e Fernando Henrique Cardoso ganhou sua reeleição*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Globo, 2010.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente: e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- FONTES, Virgínia. A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 36, p. 103-113, 2013.
- _____. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GOLDENSTEIN, Lúcia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- JAGUARIBE, Hélio. O ISEB e o desenvolvimento Nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de Toledo (org.) *Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

LEONI, Brigitte Hersant. *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LOVATTO, Angélica. *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: os tempos do ISEB*. São Paulo: Xamã, 2010.

LUCE, Mathias Seibel. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital*. Tese (Doutorado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 2011.

_____. *O subimperialismo brasileiro revistado*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UFRGS, Porto Alegre, 2007.

_____. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 36, p. 129-141, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra. In: SADER, Emir (org). *Dialética da Dependência: uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

_____. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta (org.); STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2007a.

_____. Memória. In: TRASPADINI, Roberta (org.); STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2007b.

_____. Subdesenvolvimento e revolução. In: OURIQUES, N; TAVARES, E; PRADO, F; RAMPINELLI, W; PAIVA, B. (orgs). *Subdesenvolvimento e revolução: Ruy Mauro Marini*. 3ª. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

- MARTINS, Carlos Eduardo. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as Ciências Sociais. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. Notas sobre o “modo de produção escravista colonial”. *Nova Escrita Ensaio*, São Paulo, ano IV, n. 08, p. 81-95, 1981.
- OSORIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.
- OURIQUES, Nildo. Apresentação. In: OURIQUES, N; TAVARES, E; PRADO, F; RAMPINELLI, W; PAIVA, B. (orgs). *Subdesenvolvimento e revolução: Ruy Mauro Marini*. 3ª. ed. Florianópolis: Insular, 2012.
- PRADO, Fernando. A história de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 2, 2011, p. 68-94.
- REIS, José Carlos. *De Varnhagem a FHC*. 9ª. ed. ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e ‘um seminário’*. (1958-1978). Tese (doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ROMÃO, Wagner de Melo. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

- SAES, Décio. *A formação do estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SAUNDERS, Frances Stonor. *Quem pagou a conta? A Cia na guerra fria da cultura*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SERRA, José (coord.) *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 2ª. ed.
- SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo. Da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sérgio. *O Sociólogo e o Político – Entrevista com Fernando Henrique Cardoso*. In mimeo, 2008.
- SOUZA, Angelita Matos. Crítica à noção de subimperialismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 36, p. 143-151, 2013.
- TOLEDO, Caio Navarro. (org.) *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- _____. *Iseb: fábrica de ideologias*. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1982.
- TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- TRASPADINI, Roberta. *A Teoria da (Inter)Dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- WAGNER, Adolfo. *Dois caminhos para o capitalismo dependente brasileiro: Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini*. 2005. 155 f. Dissertação (mestrado em

Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

WEBER, Max. *Economía y Sociedad*. México: Fondo de Cultura, 1994, vol. IV, p. 37. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 5ª edição revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ZIBECHI, Raúl. *Brasil potencia: Entre la integración Regional y um nuevo imperialismo*. BOGOTA: Ediciones desde abajo, 2012. [Ed. bras.: Rio de Janeiro: Consequência, 2012].

Bibliografia consultada:

ALMEIDA, Lúcio Flávio. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. da USFC, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Mudanças Sociais na América Latina*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1969.

_____. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado brasileiro e argentino*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

COTRIM, Ivan. *O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

GOTO, Roberto. *Para ler Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Geração Editorial, 1998.

- LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2010.
- LOVATTO, Angélica. *Os Cadernos do Povo Brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.
- KONDER, Leandro. *O marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 2ª ed.
- MARKUN, Paulo. *O sapo e o príncipe: personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- PRONE, Leandro Avena. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil: Um estudo sobre a obra de FHC e suas implicações para a teoria da dependência*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.
- RIBEIRO JUNIOR, Amaury. *A privatária tucana*. São Paulo: Geração Editorial, 2011.
- SADER, Emir. *O poder, cadê o poder? Ensaio para uma nova esquerda*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- SADER, Emir; SANTOS, Theotônio (coord). MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (orgs). *América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: PUC/RIO; São Paulo: Boitempo, 2009.
- SANTOS, Theotônio. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. *A teoria da dependência: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SILVA, Christian Luiz. *Investimento estrangeiro direto: da dependência à globalização*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2005.

TOLEDO, Roberto Pompeu. *O presidente segundo o sociólogo: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

VALENCIA, Adrián Sotelo. *Teoria da dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. Londrina: Práxis, 2008.

VASCONCELOS, Gilberto Felisberto. *O príncipe da moeda*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1997.